

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MESTRADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL
MODALIDADE PROFISSIONAL

**AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO E A GESTÃO PARTICIPATIVA: O CASO DA ESTAÇÃO
ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA, SÃO FRANCISCO DE
ITABAPOANA – RJ**

DAVI PINTO CHERENE VIANA

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2016

DAVI PINTO CHERENE VIANA

**AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO E A GESTÃO PARTICIPATIVA: O CASO DA ESTAÇÃO
ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA, SÃO FRANCISCO DE
ITABAPOANA – RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental, área de concentração em Gestão e Planejamento de Áreas Protegidas, linha de pesquisa Avaliação e Gestão Ambiental.

Orientação: Luis Felipe Umbelino. D.Sc. – IFF (Doutor em Ecologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca. Setor de Processos Técnicos (IFF)

V614u Viana, Davi Pinto Cherene.

As Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro e a gestão participativa: o caso da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba, São Francisco de Itabapoana - RJ / Davi Pinto Cherene Viana – 2016.
122 f.: il.

Orientador: Luis Felipe Umbelino dos Santos

Dissertação (mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Campus Campos Centro. Campos dos Goytacazes (RJ), 2016.
Referências: p. 99-105.

1. Recursos naturais – Conservação. 2. Áreas de conservação de recursos naturais – Brasil – Administração. I. Santos, Luis Felipe Umbelino dos, orient. II. Título.

CDD – 363.700981

Dissertação intitulada AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A GESTÃO PARTICIPATIVA: O CASO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA – RJ, elaborada por DAVI PINTO CHERENE VIANA e apresentada publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, na área de concentração em Gestão e Planejamento de Áreas Protegidas, linha de pesquisa Avaliação e Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

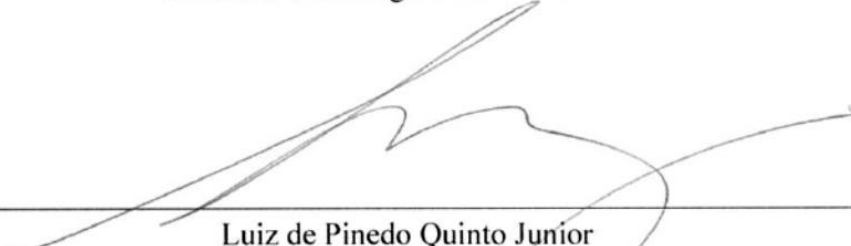
Aprovada em 26/07/16.

BANCA EXAMINADORA:



Luis Felipe Umbelino dos Santos (Orientador)

Doutor em Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Professor do Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF



Luiz de Pinedo Quinto Júnior

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo - USP / Professor do Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF



Aristides Arthur Soffiati Netto

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Professor da Universidade Federal Fluminense - UFF

DEDICATÓRIA

Aos conselheiros das mais diversas Unidades de Conservação por estarem na vanguarda do empoderamento social na gestão pública.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, depois aos meus pais pelas lutas e sacrifícios destinados à minha formação, por mostrar a importância da responsabilidade, dedicação, perseverança, honestidade e amor em tudo que se faz.

Aos meus irmãos, por serem sempre parceiros, amigos e por termos esse relacionamento inabalável, independente dos momentos de conflitos passageiros e supérfluos.

A toda minha família, por estar sempre presente na minha vida, me apoiando e acreditando nas superações dos obstáculos e alcance das metas traçadas por mim nessa vida.

A minha noiva pela parceria e amor em toda nossa trajetória.

Ao professor e orientador Luis Felipe Umbelino pela confiança, incentivo, ajuda e, sobretudo por compartilhar comigo sua visão e experiência acadêmica no tema.

A todos os professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

A todos os conselheiros do conselho da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba que colaboraram com este trabalho e, com solicitude atenderam ao chamado e participaram respondendo ao questionário. Em especial a gestora Vânia pela ajuda e pelo empenho para dirimir minhas dúvidas para a elaboração da dissertação.

Ao Inea pelo apoio nessa dissertação com o objetivo de melhorar a efetividade das ações realizadas no cumprimento da missão institucional com a capacitação de seus servidores.

Aos amigos e amigas pelo incentivo de cada dia.

A todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

Muito obrigado!

“Todo o poder emana do povo...”

(Carta Magna, Art. 1º, parágrafo único).

RESUMO

As Unidades de Conservação representam um componente fundamental nas estratégias para a conservação da biodiversidade e recursos hídricos e melhoria da qualidade de vida. O processo de criação e gestão das unidades de conservação é mais complexo do que antes nos parecia. Ao relembrarmos a história de criação das unidades de conservação no Brasil, nos deparamos com o histórico passado de erros e acertos, mais erros do que acertos. Um dos que mais nos chama a atenção, é a frequente desconsideração das populações envolvidas com a unidade de conservação, quer sejam tradicionais ou não (VIANA, 2007). O SNUC estabelece os princípios e diretrizes gerais que vão determinar a gestão de uma UC. Nele, está assegurado, em seu artigo 5º, “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”, consolidando a gestão participativa como elemento fundamental deste processo. O SNUC assegura ainda, que para o cumprimento desse objetivo, as UCs deverão dispor de Conselhos Gestores. Esses conselhos tratam-se de uma instância de discussão ampliada entre a UC e setores da sociedade interessados/afetados e deverão contar com ampla participação da sociedade. Supõe-se que a implantação de métodos participativos, desde o processo de criação até a adoção de uma gestão mais eficiente nos espaços protegidos, implicará em ganhos substanciais. Existirão ganhos no que concerne à manutenção da biodiversidade e da qualidade ambiental da área, bem como serão minimizados os conflitos em relação ao uso e à ocupação do solo em seus entornos. Desta forma a dissertação foi dividida em dois artigos: no primeiro será dado enfoque à participação da sociedade no processo de proteção da biodiversidade, destacando a gestão compartilhada dos espaços protegidos e a sua interface com os organismos governamentais e com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Foi também abordado detalhadamente o panorama atual das unidades de conservação nas esferas federal e estadual presentes no estado do Rio de Janeiro bem como se as mesmas possuem seus conselhos gestores formalmente instituídos. No segundo artigo foi realizada uma avaliação da gestão da EEEG, tendo como referencial os princípios da governança participativa, utilizando uma adaptação do método EMAP. Bem como um diagnóstico qualitativo das informações produzidas, objetivando enriquecer a análise, que tem um caráter mais quantitativo. Como resultados, foram identificadas 52 UCs no estado do RJ, das quais somente 43 UCs com

conselho instituído. A esfera federal foi a que apresentou a maior porcentagem de UCs com conselhos instituídos (100%), seguida da estadual (72,7%). Os parques e as APAs representaram as categorias que apresentaram o maior número de unidades com conselho gestor (15 num total de 18 cada uma). Quanto a avaliação da gestão da EEEG teve como resultado uma Gestão Medianamente Satisfatória, onde A UC dispõe de elementos mínimos necessários para uma gestão participativa, contudo, apresenta deficiências que dificultam a sua efetividade.

Palavras chave: Gestão participativa. Unidades de conservação. Áreas protegidas. EMAP

ABSTRACT

The protected areas are a key component in strategies for biodiversity conservation and water resources and improve the quality of life. The process of creation and management of protected areas is more complex than it seemed before us. When we recall the story of the creation of Conservation Units (CUs) in Brazil, we face the past history of successes and failures, more errors than hits. One that draws our attention is the frequent disregard of the people involved with the conservation unit, whether traditional or not (VIANA, 2007). The Brazilian Conservation Unit System (SNUC) sets out the principles and guidelines that will determine the management of a UC. It is provided in its Article 5, "the effective participation of local people in the creation, implementation and management of protected areas", consolidating participative management as a key element of this process. The SNUC also ensures that the achievement of this objective, the CUs should have management councils. These councils these are an instance of expanded discussion between CU and sectors of interested / affected society and should rely on broad participation of society. It is assumed that the implementation of participative methods from the process of creation to the adoption of more efficient management in protected areas, will result in substantial gains. There will be gains in relation to the maintenance of biodiversity and environmental quality of the area and conflicts will be minimized in relation to the use and occupation of land in their surroundings. Thus the dissertation was divided into two articles: the first will be given focus to the participation of society in the biodiversity protection process, highlighting the shared management of protected areas and their interface with government agencies and the Brazilian Conservation Unit System (SNUC). It was also discussed in detail the current situation of conservation units in the federal and state present in the state of Rio de Janeiro as well as if they have their management councils formally instituted. In the second article an assessment of the management of the Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba - EEEG was made as a reference the principles of good governance, using an adaptation of the EMAP method. As well as a qualitative diagnosis of the information produced, aiming to enrich the analysis, which has a quantitative character. As a result, we identified 52 protected areas in the state of Rio de Janeiro, of which only 43 CU with established councils. The federal level was the one with the highest percentage of protected areas with established councils (100%),

followed by the state (72.7%). Parks and APAs represent the categories that showed the highest number of units with management council (15 out of 18 each). The evaluation of EEEG management has resulted in a Moderately Satisfactory Management, where the CU offers minimum elements needed for a participative management, however, presents shortcomings that hinder its effectiveness.

Keywords: Participative management. Conservation units. Protected areas. EMAP

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ARTIGO CIENTÍFICO 1

FIGURA 1 Cobertura original da Mata Atlântica no Estado do RJ.....	24
FIGURA 2 Áreas remanescentes da Mata Atlântica no Estado do RJ.....	24
FIGURA 3 Evolução da criação das UCs no Estado do Rio de Janeiro.....	30
FIGURA 4 Características das categorias de unidades de conservação do SNUC.....	32
FIGURA 5 Número de Unidades de Conservação por esfera administrativa.....	40
FIGURA 6 Número de UCs e de Conselhos Gestores instituídos em cada esfera.....	43
FIGURA 7 Número de UCs e de Conselhos Gestores por Categoria de UC.....	46
FIGURA 8 Número de UCs e de CG instituídos em cada esfera no ano de 2007.....	47
FIGURA 9 Número de UCs e de CG instituídos em cada esfera no ano de 2015.....	47

ARTIGO CIENTÍFICO 2

FIGURA 1 Limites da EEEG, sua zona de amortecimento e área de vegetação nativa.....	61
FIGURA 2 Resumo de informações da EEEG.....	62
FIGURA 3 Hidrografia na EEEG e no seu entorno.....	64
FIGURA 4 Localidades no entorno da EEEG.....	65
FIGURA 5	

Trilha aberta para carreamento de madeira extraída ilegalmente.....	67
FIGURA 6 Área de pastagem em primeiro plano e cultura de cana-de-açúcar ao fundo.....	68
FIGURA 7 Área da EEG impactada pelo acesso de bovinos.....	68
FIGURA 8 Área no Brejo da Cobiça danificada pela prática de queimada.....	69
FIGURA 9 Linha de transmissão.....	70
FIGURA 10 Estrada da Cobiça.....	70
FIGURA 11 Escala de qualificação da gestão participativa da EEG.....	78
FIGURA 12 Distribuição dos pontos da EEG por princípios.....	89
FIGURA 13 Cenário atual do grau de gestão participativa da EEG.....	89
FIGURA 14 Composição do Conselho da EEG.....	91

LISTA DE TABELAS

ARTIGO CIENTÍFICO 1

TABELA 1	
Unidades de Conservação Federais no estado do RJ.....	41
TABELA 2	
Unidades de Conservação Estaduais no estado do RJ.....	42
TABELA 3	
Número de UCs e de CG por categoria.....	45
TABELA 4	
Número de UCs e de CG por categoria em cada esfera.....	45

ARTIGO CIENTÍFICO 2

TABELA 1	
Pontuação da EEEG nos princípios de Legitimidade e Participação.....	81
TABELA 2	
Pontuação da EEEG nos princípios de Igualdade e Inclusividade.....	83
TABELA 3	
Pontuação da EEEG nos princípios de Responsabilidade e Transparência.....	84
TABELA 4	
Pontuação da EEEG nos princípios de Auditoria e Equidade.....	85
TABELA 5	
Pontuação da EEEG nos princípios de Efetividade e Eficiência.....	87
TABELA 6	
Pontuação geral por princípios e variáveis relacionada ao processo de gestão participativa da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba - EEEG.....	87
TABELA 7	
Pontuação da EEEG por princípios.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APA** – Área de Proteção Ambiental
- APP** – Área de Preservação Permanente
- ARIE** – Área de Relevante Interesse Ecológico
- BDTD** - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- BPM** – Batalhão da Polícia Militar
- CAR** – Cadastro Ambiental Rural
- CBMERJ** - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
- CDB** – Convenção sobre Diversidade Biológica
- CNRBMA** - Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- CNUC** - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
- CONDIR** – Conselho Diretor
- DNOS** - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
- DIBAP** – Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas
- EE** – Estação Ecológica
- EEEG** – Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FIOCRUZ** - Fundação Oswaldo Cruz
- FLONA** – Floresta Nacional
- FUNBIO** - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBICT** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- ICMBio** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IEF** – Instituto Estadual de Florestas
- INEA** – Instituto Estadual do Ambiente
- JBRJ** - Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- MONA** – Monumento Natural
- NUREF** - Núcleo de Regularização Fundiária
- PNAP** - Plano Nacional de Áreas Protegidas

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PNUD - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PPMA/RJ - Projeto de Proteção à Mata Atlântica

RAPELD - Rapid Assessment Program and long-term ecological research

RAPPAM – Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

RESEC – Reserva Ecológica

RESEX – Reserva Extrativista

RJ – Rio de Janeiro

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SERF - Serviço de Regularização Fundiária

SIUC - Sistema de Informações das Unidades de Conservação

SMAC - Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TERMORIO – Usina Termoelétrica do Rio de Janeiro

TNC - The Nature Conservancy

UC – Unidade de Conservação

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPAm - Unidades de Polícia Ambiental

WWF - World Wide Found for Nature

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	17
2. ARTIGO CIENTÍFICO 1:	22
O CONSELHO GESTOR COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	22
2.1. INTRODUÇÃO	24
2.2. OBJETIVOS	26
2.3. REVISÃO DE LITERATURA	26
2.4. MATERIAL E MÉTODO	39
2.5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
2.6. CONCLUSÕES	49
2.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
3. ARTIGO CIENTÍFICO 2:	55
AVALIAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA	55
3.1. INTRODUÇÃO	57
3.2. OBJETIVOS	59
3.3. REVISÃO DE LITERATURA	60
3.4. MATERIAL E MÉTODO	76
3.5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	80
3.6. CONCLUSÕES	97
3.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
4. APÊNDICES	106

1. APRESENTAÇÃO

Desde o início da civilização, os povos reconheceram a existência de sítios geográficos com características especiais e tomaram medidas para protegê-los. Sítios esses, associados à mitologia, proteção de fontes d'água, caça, plantas medicinais e outros recursos naturais, sendo seu uso controlado por normas legais e instrumentos de controle social.

Hoje, em todo o mundo, milhares de áreas protegidas já foram criadas, chegando a um total de aproximadamente 114 mil, correspondendo a uma área de cerca de 2 bilhões de hectares (UNEP-WCMC, 2008)

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a estratégia de criação de unidades de conservação é utilizada desde a década de 30, permanecendo como uma das mais importantes ações do governo brasileiro para a proteção da biodiversidade (MMA, 2007).

Criar, implementar e gerir unidades de conservação é uma necessidade urgente diante do acelerado processo de degradação ambiental do planeta. Perdemos a cada dia dezenas de milhares de hectares de florestas e outros ecossistemas naturais em todo o mundo.

As unidades de conservação representam um componente fundamental nas estratégias para o equilíbrio do clima, a conservação da biodiversidade e recursos hídricos, melhoria da qualidade de vida. O Processo de criação e gestão das unidades de conservação é mais complexo do que antes nos parecia. Ao lembrarmos a história de criação das unidades de conservação no Brasil, nos deparamos com o histórico passado de erros e acertos, mais erros do que acertos. Um dos que mais nos chama a atenção, é a frequente desconsideração das populações envolvidas com a unidade de conservação, quer sejam tradicionais ou não (VIANA, 2007).

Sendo as unidades de conservação áreas especialmente protegidas destinadas à conservação da natureza e ao uso sustentável dos recursos naturais, sua criação já representa um passo fundamental para a conservação dos ecossistemas e para a manutenção da qualidade de vida do homem na terra. Porém o grande desafio para sua real implementação é assegurar a efetividade do manejo, ou seja, da gestão (IBAMA, 2007).

As UCs foram formalmente instituídas no Brasil, no ano 2000, em 18 de julho, com a Lei 9985. Criando assim o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

(SNUC), que procurou reorganizar e reordenar distintas tipologias de áreas protegidas existentes no país desde os anos 30 (MEDEIROS, 2006; MEDEIROS & GARAY, 2006).

O SNUC estabelece os princípios e diretrizes gerais que vão determinar a gestão de uma UC. Nele, está assegurado, em seu artigo 5º, “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”, consolidando a gestão participativa como elemento fundamental deste processo. O SNUC assegura ainda, que para o cumprimento desse objetivo, as UCs deverão dispor de Conselhos Gestores. Esses conselhos tratam-se de uma instância de discussão ampliada entre a UC e setores da sociedade interessados/afetados e deverão contar com ampla participação da sociedade.

Uma das categorias, das 12 presentes no SNUC, é a Estação Ecológica. As Estações Ecológicas representam a institucionalização do espaço e seus atributos ambientais adversos ao espaço social. A institucionalização da concepção de conservação através da categoria de manejo denominada Estação Ecológica tem evidenciado conflitos socioambientais, por se tratar de uma unidade de proteção integral, onde a mesma tem por finalidade a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, onde a visitação somente é permitida para fins científicos e educacionais. O estudo do caso da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba-EEEG tem como propósito demonstrar esses conflitos.

A Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba constitui uma área de aproximadamente 3.260 hectares, integralmente inserida no município de São Francisco de Itabapoana, em área de baixada litorânea. Foi criada em 30 de dezembro de 2002, por meio do Decreto Estadual nº 32.576, com o objetivo de proteger um dos maiores remanescentes de floresta estacional semidecidual no Estado do Rio de Janeiro, a mata de tabuleiros. Visto seus atributos e as pressões antrópicas que vem sofrendo este fragmento de mata está incluído na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), internacionalmente conhecida como patrimônio da humanidade pelo programa Homem e Biosfera da Unesco, estando caracterizado como zona-núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Quanto ao conselho gestor da EEEG o mesmo tem caráter consultivo e foi instituído pela Portaria Inea/Dibap n. 29, publicada em 6 de dezembro de 2012, hoje com vinte e uma instituições representadas pela sociedade civil e governamental. Da mesma forma a EEEG teve seu Plano de Manejo aprovado e publicado conforme disposto na Deliberação Condir/Inea n. 7, de 8 de fevereiro de 2010.

Desta forma, por meio de uma revisão teórica para a gestão de espaços protegidos, principalmente no que tange à gestão participativa e aos processos de governança, busca-se descrever o estágio atual da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba, com foco nos aspectos vinculados às suas questões ambientais, político-institucionais, administrativas, fundiárias e das relações mantidas com as populações locais.

Assim, será analisada a forma como vem sendo desenvolvida a gestão da EEEG. Desta forma será realizada uma análise histórica da criação dessa unidade, evidenciando os conflitos ambientais e socioeconômicos incorporados à sua rotina, fazendo em seguida um diagnóstico dos mecanismos de governança existentes, chegando, finalmente, a uma valoração da gestão participativa desse espaço protegido. Para essa finalidade, será utilizado um procedimento metodológico adaptado de uma técnica denominada *Medición de la efectividad del Manejo de Areas Protegidas EMAP*, desenvolvida por Cifuentes, Izurieta e De Faria (2000).

Para auxiliar na pesquisa serão analisados documentos oficiais produzidos por entidades das diversas esferas de governo, técnicas de observação participante e utilizados instrumentos específicos para a coleta de informações diretas, como o questionário e entrevistas, aplicados aos membros do conselho gestor bem como ao gestor da UC. É justificada a escolha desses atores em função do Conselho Gestor ser a principal instância de governança participativa prevista para as unidades de conservação.

O objetivo geral desse trabalho é examinar, sob o enfoque participativo, a gestão da EEEG, a partir da percepção dos membros dos seus conselhos gestores. Com relação aos objetivos específicos, busca-se: caracterizar o quadro atual das UCs presentes no Estado do Rio de Janeiro no que concerne a formação dos seus conselhos gestores; caracterizar o quadro atual da EEEG no que concerne aos seus aspectos ambientais e socioeconômicos; evidenciar os conflitos existentes nessa UC e avaliar a qualidade da gestão participativa nessa unidade, tendo como referência a utilização de mecanismos de governança em sua administração.

Se partiu da premissa de que o maior ou menor envolvimento das comunidades locais, o seu total afastamento, ou a opção de não incorporar ao processo de gestão a participação de segmentos da sociedade podem contribuir para um desempenho pouco satisfatório da gestão das unidades de conservação, ou mesmo agravar os conflitos já existentes entorno das mesmas. Assim, supõe-se que a conservação da biodiversidade não é garantida apenas com a existência de unidades de conservação. As formas de se implantar e gerenciar esses espaços protegidos são fundamentais para o alcance de seus objetivos, sejam eles de proteção integral ou de uso sustentável. Serão buscadas, desta maneira, evidências que demonstrem a hipótese

de que a gestão participativa contribui para o manejo das áreas protegidas, preservando e/ou conservando os seus atributos ambientais e propiciando às comunidades os benefícios diretos e indiretos que decorrem da sua implantação.

Em função do exposto, supõe-se que a implantação de métodos participativos, desde o processo de criação até a adoção de uma gestão mais eficiente nos espaços protegidos, implicará em ganhos substanciais. Existirão ganhos no que concerne à manutenção da biodiversidade e da qualidade ambiental da área, bem como serão minimizados os conflitos em relação ao uso e à ocupação do solo em seus entornos.

A escolha do tema se justifica pela importância do emprego de mecanismos de governança e de participação social nas unidades de conservação do Brasil, bem como de ainda ser um assunto pouco estudado, causando uma lacuna de informações vitais para a conservação ou preservação dos diversos ecossistemas presentes. A produção dessas informações subsidiará pesquisadores e a população quanto à existência e aos objetivos dessas áreas, no intuito de criar um envolvimento maior para a salvaguarda de seus atributos naturais socioeconômicos e culturais.

A percepção desses temas sinaliza para investigações que indiquem diretrizes para se alcançar uma política mais efetiva no tocante às áreas protegidas em nosso Estado. Este também é o marco para o entendimento dos problemas reais que as unidades de conservação enfrentam atualmente e para a elaboração de propostas que tragam mudanças expressivas para esses espaços.

Desta forma, a dissertação será dividida em dois artigos: no primeiro será dado enfoque à participação da sociedade no processo de proteção da biodiversidade, destacando a gestão compartilhada dos espaços protegidos e a sua interface com os organismos governamentais e com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. O conselho gestor também foi objeto de análise, como principal mecanismo de participação ampliada, demonstrado a importância desses conselhos como ferramenta para a gestão participativa de unidades de conservação. Foi também abordado detalhadamente o panorama atual das unidades de conservação nas esferas federal e estadual presentes no estado do Rio de Janeiro bem como se as mesmas possuem seus conselhos gestores formalmente instituídos.

No segundo artigo será realizada uma avaliação da gestão da EEEG, tendo como referencial os princípios de governança participativa, utilizando uma adaptação do método

EMAP. Será apresentada uma estruturação e quantificação das informações coletadas de acordo com a metodologia adotada. Bem como um diagnóstico qualitativo das informações produzidas, objetivando enriquecer a análise, que tem um caráter mais quantitativo. A finalidade é confirmar as informações que surgirão do questionário-matriz, que balizará a avaliação da gestão participativa da EEEG. Por fim, as considerações finais.

2. ARTIGO CIENTÍFICO 1:

O CONSELHO GESTOR COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO¹

RESUMO

O conselho gestor (CG) é um instrumento que visa garantir a participação da sociedade no processo de gestão de áreas protegidas. No Brasil a sua existência é formalmente garantida pela Lei 9985/00 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC). Contudo, nem todas as unidades possuem conselhos formalmente constituídos. O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de gestão participativa de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro através da constituição dos conselhos gestores. Para tal foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema e as seguintes informações sobre as Unidades de Conservação (UCs) foram obtidas junto aos órgãos responsáveis por sua administração: total de UCs, UCs com conselho gestor estabelecido, ano e instrumento formal de implementação dos conselhos. No total, foram identificadas 52 UCs no estado do RJ, das quais somente 43 UCs com conselho instituído. A esfera federal foi a que apresentou a maior porcentagem de UCs com conselhos instituídos (100%), seguida da estadual (72,7%). Os parques e as APAs representaram as categorias que apresentaram o maior número de unidades com conselho gestor (15 num total de 18 cada uma). Apesar de ainda ser baixa a frequência de conselhos em unidades de conservação estaduais, se comparadas com as federais, o esperado é de que esse cenário comece a ser alterado a médio e longo prazos em função de novos arranjos políticos e institucionais que possam criar melhores condições para a ampliação no número de conselhos no Brasil.

Palavras-chave: Gestão participativa. Unidades de conservação. Áreas protegidas.

¹ Artigo científico parte da dissertação intitulada: As unidades de conservação no estado do Rio de Janeiro e a gestão participativa: o caso da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba, São Francisco de Itabapoana, RJ, a ser apresentado no Instituto Federal Fluminense.

THE COUNCIL MANAGER AS A TOOL FOR PARTICIPATIVE MANAGEMENT CONSERVATION UNITS²

ABSTRACT

The management council is an instrument that aims to guarantee the society participation in the process of management of protected areas. In Brazil its existence is formally guaranteed by the Law 9985/00 that established the National System of Conservation Units (SNUC). However, not all units have formally constituted councils. The objective of this work was to analyze the process of participative management of the conservation units (CUs) in the Rio de Janeiro state throughout the constitution of the management councils. Bibliographical research on the subject had been carried out and the following informations about the conservation units (CUs) had been gotten together to the responsible agencies for its administration: total of CUs, CUs with established managing council, year and formal instrument of implementation of the councils. In the total, 52 CUs had been identified and only 43 CUs had presented council instituted. The federal level was the one with the highest percentage of CUs with councils instituted (100%), followed by the state (72,7%). The APAS and parks were the categories with the highest number of units with management council established (15 in a total of 18 each one). Although still low frequency councils in state conservation units, compared with federal, it is expected that this scenario begin to change in the medium and long term due to new political arrangements and institutional that can create better conditions for the expansion in the number of councils in Brazil.

Keywords: Participative management. Conservation units. Protected areas.

² Scientific article part of the dissertation entitled: The Conservation Units in the state of Rio de Janeiro and the participative management: the case of the Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba, São Francisco de Itabapoana, RJ, to be presented at Instituto Federal Fluminense.

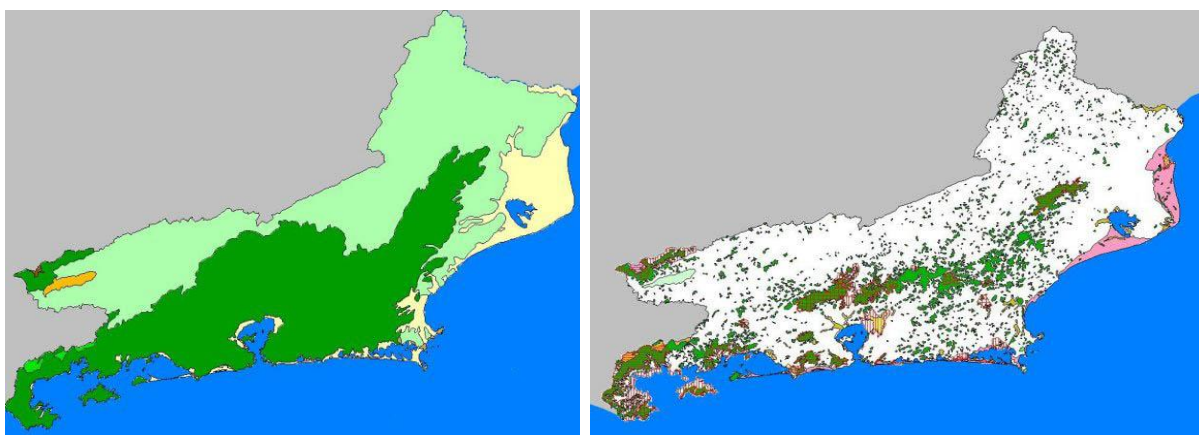
2.1. INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica abriga uma expressiva diversidade biológica, inúmeras comunidades tradicionais, um rico patrimônio cultural e assegura a proteção dos solos, sítios turísticos e mananciais. Por isso, a UNESCO a reconheceu, em 1991, como a primeira das Reservas da Biosfera brasileiras (CNRBMA, 2003).

Seus mananciais fluviais são a garantia de abastecimento de água potável para mais de 100 milhões de pessoas ou cerca de 70% da população brasileira, o que faz com que a sua proteção e recuperação sejam consideradas prioridades para o governo do país (CNRBMA, 2003).

Nos cinco séculos que se seguiram após o descobrimento, cada novo ciclo econômico de desenvolvimento do país significou mais um passo na destruição de uma floresta que outrora ocupou cerca de um milhão de quilômetros quadrados e, hoje, está reduzida a menos de 10% de sua área original (DEAN, 1996).

Os esforços para a conservação da Mata Atlântica enfrentam grandes desafios. O bioma apresenta altos índices de biodiversidade e de endemismo, mas encontra-se em situação crítica de alteração de seu ecossistema natural. Seus domínios abrigam as maiores cidades e os mais importantes polos industriais do Brasil. O resultado dessa concentração pode ser evidenciado pelo fato de a Mata Atlântica estar reduzida a 8,5 % de sua cobertura original e figurar entre os 34 hotspots mundiais, as regiões mais ricas e ameaçadas do planeta (MMA, 2000; MYERS *et al*, 2000; INPE, 2015).



FIGURAS 1 e 2 - Cobertura original da Mata Atlântica no Estado do RJ com recobrimento de aproximadamente 99% do território estadual e, no ano de 2014 Áreas remanescentes de Mata Atlântica no Estado do RJ (Fonte: Inea/RJ).

Gerir essa formidável riqueza demanda ação urgente, fundamentada em consciência conservacionista e espelhada em políticas públicas que representem as aspirações da sociedade.

No Brasil, o estabelecimento de áreas protegidas apenas foi efetivado parcialmente em 1896 com a criação do Parque Estadual de São Paulo. Só em 1937 foi criado o primeiro Parque Nacional, o Parque Nacional de Itatiaia (LEAL, 2004).

O objetivo mais importante das Unidades de Conservação, segundo DOUROJEANNI & PÁDUA (2001), é o da proteção da biodiversidade para permitir seu aproveitamento atual e futuro. A biodiversidade, segundo estes mesmos autores, é considerada como um grande patrimônio e os benefícios desse patrimônio são a melhor garantia de prosperidade dos povos que o possuem e dele souberem cuidar.

Um marco importante foi a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Esta Lei procurou reorganizar e reordenar distintas tipologias de áreas protegidas existentes no país desde os anos 30 (MEDEIROS, 2006; MEDEIROS & GARAY, 2006).

Contudo, segundo Faria (2004), é necessário geri-las de modo eficaz para conservação dos recursos nelas existentes. Pois somente a criação de unidades de conservação não é suficiente para assegurar a proteção deste patrimônio natural e cultural. Sabe-se também que o manejo efetivo de UC depende de vontade, conhecimento, métodos e planejamento. Desta forma, é necessário ter um conhecimento claro dos problemas e de suas causas dentro de uma visão geral da unidade (PADOVAN, 2002).

O SNUC estabelece os princípios e diretrizes gerais que vão determinar a gestão de uma UC. Nele, está assegurado, em seu artigo 5º, “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”, consolidando a gestão participativa como elemento fundamental deste processo. O SNUC assegura ainda, que para o cumprimento desse objetivo, as UCS deverão dispor de Conselhos Gestores. Esses Conselhos tratam-se de uma instância de discussão ampliada entre a UC e setores da sociedade interessados / afetados e deverão contar com ampla participação da sociedade.

2.2. OBJETIVOS

Geral

Analisar o processo de constituição dos conselhos gestores e seu papel na implementação da gestão participativa nas Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro.

Específicos

Identificar todas as Unidades de Conservação a nível federal e estadual existentes no estado Rio de Janeiro;

Determinar quais Unidades de Conservação possuem conselhos gestores formalmente instituídos;

Determinar quando os conselhos foram estabelecidos em cada Unidade de Conservação.

Demonstrar a evolução de criação dos conselhos gestores na última década.

2.3. REVISÃO DE LITERATURA

2.3.1. Breve histórico sobre a criação de Áreas Protegidas

Historicamente, o homem sempre desejou manter para si ou para seus descendentes certas áreas fornecedoras de recursos naturais. Há notícias de que alguns de nossos antepassados guardavam para si próprios determinados trechos de seus domínios principalmente como reservas de caças e preservação de recursos hídricos.

As primeiras diretrizes sobre proteção da vida silvestre de que se tem registro foram implementadas na Índia por volta século quarto antes de Cristo, quando todas as formas de uso e atividade extrativista foram proibidas nas floretas sagradas (DAKANG & PEIYAN, 1990 apud TERBORGH et al., 2002).

A partir do século XVIII, cresceram os questionamento com relação aos direitos ilimitados do homem sobre a natureza, agravadas com os problemas gerados pelo crescimento

desordenado das cidades. Esse quadro acabou por valorizar o sentimento bucólico das pessoas, quando, após a revolução industrial, surgiram os primeiros movimentos visando a proteção de áreas naturais com a finalidade de uso público. Deveu-se este fato, possivelmente, ao crescente número de pessoas inseridas em rotinas de trabalho fabril e que demandavam espaços para recreação ao ar livre (MILANO, 2000).

Inicialmente, essas áreas protegidas tinham como público principal a elite dominante e eram prioritariamente destinadas para o uso lúdico, sendo o critério de beleza cênica predominante para a sua criação. Essas áreas se constituíam em ilhas de preservação fora do alcance da crescente urbanização. A população tinha como objetivo à procura de meditação, contemplação cênica e reencontro com a natureza (DRUMMOND, 1997).

No contexto da conservação, McCormick (1992 *apud* BRITO, 2003) considera que o divisor de águas em relação às preocupações com o ambientalismo global, está em Estocolmo. Nessa cidade sueca, realizou-se em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Na Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, discutiu-se, entre outras coisas, os resultados do relatório preparado pelo Clube de Roma intitulado *Limites do Crescimento*. Este relatório chamava a atenção para o crescente consumo mundial de recursos naturais e suas potenciais consequências. Desta forma, das discussões provenientes desta pesquisa apresentada na Conferência de Estocolmo uma das consequências foi o documento *Declaração sobre o Meio Ambiente*, que expressava uma consciência ambiental com maior consistência. Esse documento objetivava chamar a atenção do mundo para a crise ambiental associada aos padrões de consumo vigentes, tornando-se assim um marco histórico para a política ambiental internacional, influenciando vários países a desenvolverem mecanismos e diretrizes de gerenciamento e controle ambiental.

A partir desse panorama, reforça-se a prática de criação de áreas legalmente protegidas como um dos instrumentos de política e gerenciamento do meio ambiente. Porém, segundo Diegues (2002), as bases teóricas e legais para se conservar grandes áreas naturais foram definidas na segunda metade do século XIX, como marco o ano de 1872, quando foi estabelecido o Parque Nacional de Yellowstone na região nordeste de Wyoming, nos Estados Unidos. A criação deste parque tinha como principal objetivo a preservação das paisagens naturais, devido ao seu valor cênico e da possibilidade de uso pelas gerações de então e as futuras.

Segundo Brito (2003), a moderna concepção de unidades de conservação também surge nos Estados Unidos da América, em 1872, com a criação do *Yellowstone National Park*. A

criação deste parque objetivava principalmente, além de oferecer lazer à população, a preservação das paisagens naturais, devido ao seu alto valor cênico, significado histórico e à possibilidade de uso pelas gerações atuais e futuras. Portanto, a novidade principal de Yellowstone era o seu caráter público, com acesso aberto aos cidadãos em geral. Outros parques nacionais, como *Yosemite* e *Sequóia*, foram criados mais tarde, seguindo a mesma filosofia. A idéia foi disseminada para o Canadá e para a Europa, consolidando-se como um padrão mundial, expressando-se, por exemplo, na criação do *Parque Natural Vanoise*, na França, em 1916 (MILANO, 2002).

Em seu trabalho, Dias (2003) cita que, com o passar dos anos, outros países foram aderindo a essa política conservacionista e novas áreas protegidas passaram a ser criadas em todo o mundo, considerando-se apenas o critério de “bezas cênicas”. Em 1898, foi criado na África do Sul, o Krüger National Park, e em 1914 a Suíça criou o seu primeiro parque. No Canadá, a primeira área protegida foi criada a partir de 1885; seguiram-se Nova Zelândia (1894), Austrália e México (1898), Argentina (1903) e Chile (1926). Embora tenha prevalecido em geral o critério de beleza cênica, tais iniciativas tornaram a criação de áreas naturais protegidas, uma das primeiras e mais importantes políticas ambientais implementadas pela maioria dos países no mundo contemporâneo.

No Brasil, o Regimento do Pau-brasil, de 12 Dezembro de 1605, é considerado como uma das primeiras leis ambientais. Este regimento procurava regular o acesso e a exploração desse recurso florestal, de importância relevante para a metrópole portuguesa, prevendo inclusive punições severas aqueles que desobedecessem as regras, incluindo pena morte e confiscação de toda sua fazenda (BRASIL, 1605).

Em 1876, após várias manifestações do interesse de se criar Parques Nacionais, inspirado pela criação do Parque Yellowstone nos Estados Unidos, em 1872, e muita discussão em torno do assunto houve a pioneira criação do Parque Estadual de São Paulo, em 1896 (BARRETO FILHO, 2004 Apud MEDEIROS, 2006).

Atualmente, são cinco as tipologias de Áreas Protegidas existentes no Brasil: 1) Unidades de Conservação; 2) Áreas de Preservação Permanente; 3) Reserva Legal; 4) Terra Indígena; 5) Áreas de reconhecimento internacional. Cada uma delas, por sua vez, está subdividida em categorias que indicam diferentes objetivos e estratégias de gestão e manejo destas áreas. (MEDEIROS & GARAY, 2006).

Em 2006 o governo lançou o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), tentando configurar uma oportunidade de o país reforçar suas políticas de governança participativa da gestão de áreas protegidas, em consonância com os objetivos e metas estabelecidos pela CDB através de seu Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas.

2.3.2. Histórico da criação das UCs no estado do RJ

Medeiros (2003; 2004; 2006) apresenta três fases distintas de política ambiental voltada para a proteção de áreas naturais no Brasil. A primeira fase vai desde os primeiros anos da República até 1963, em especial a década de 1930, quando surgem os primeiros diplomas tratando de áreas protegidas; a segunda de 1964 a 1984, período em que o país foi governado pelos militares, quando ocorre a revisão da legislação criada no período anterior; e a terceira fase nos anos pós 1985, quando se dá a redemocratização do Brasil e o advento de uma série de normas voltadas para a proteção ambiental.

Essas fases segundo Bastos (2005) estão ligadas respectivamente ao Código Florestal, Decreto 23.793 de 23/01/34 (primeiro Código Florestal); ao Novo Código Florestal, Lei 4.771, de 15/09/65; e ao SNUC, Lei 9.985 de 22/08/2000.

Na primeira fase, as únicas tipologias de áreas protegidas estabelecidas foram as Florestas Protetoras, as Florestas Remanescentes, as Florestas Modelo e as Florestas de Rendimento, previstas pelo Decreto 23.793/34 (primeiro Código Florestal). Estas tipologias tinham o objetivo expresso de promover a conservação/preservação de remanescentes florestais importantes (no caso das Florestas Protetoras e Remanescentes) e a utilização regulada pelo Estado de recursos florestais (no caso das Florestas Modelo e de Rendimento). Neste contexto o estado do Rio de Janeiro teve sua primeira área protegida criada em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia, sendo esta a primeira criada no Brasil a nível federal. Dois anos mais tarde, em 1939, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos foi estabelecido em áreas que abrangem os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Guapimirim e Magé. Somente em 1961 é que o terceiro Parque Nacional foi estabelecido no estado: o Parque Nacional da Tijuca.

Na segunda fase, diversos instrumentos legais são inseridos no contexto brasileiro de áreas protegidas. Dentre eles podemos citar: o Código Florestal, Lei 4.771 de 15/09/65; Lei n° 6.902, de 27 de abril de 1981, que criou as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental, regulamentadas pelo Decreto n° 99.274, de 06 de junho de 1990; Lei Federal

6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA), que previu como um de seus instrumentos *a criação de espaços territoriais especialmente protegidos* (Art. 9, IV).

Nesta fase, em pleno regime militar, são criadas as primeiras áreas protegidas estaduais e municipais no país. Segundo Diegues (2002) esse “boom” na criação de áreas protegidas se deu de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, ou as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhe eram impostas quanto ao uso dos recursos florestais.

A terceira fase é marcada pela instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, conhecido como SNUC, consolidando as legislações anteriores, a fim de definir, uniformizar e consolidar critérios para o estabelecimento e a gestão das áreas protegidas no Brasil.

Em especial no estado do Rio de Janeiro, a maioria das Unidades de Conservação (UCs) foram criadas a partir desta terceira fase (MEDEIROS, 2006) (figura3). Vale destacar que, do total de 33 UCs estaduais, 14 foram criadas a partir do ano 2000 e a soma das áreas dessas unidades mais recentes corresponde a 67% da área total das UCs estaduais. Somente no ano 2002 foram criadas cinco UCs, que somam uma área superior a 90.000 ha (900 Km²), a maior parte no Parque Estadual dos Três Picos. Nos últimos 5 anos foram criados mais 4 Parques Estaduais, destacando-se o Cunhambebe, maior deles, e ainda uma Área de Proteção Ambiental, a APA do Alto Iguaçu, a UC estadual mais nova, criada em janeiro de 2013.

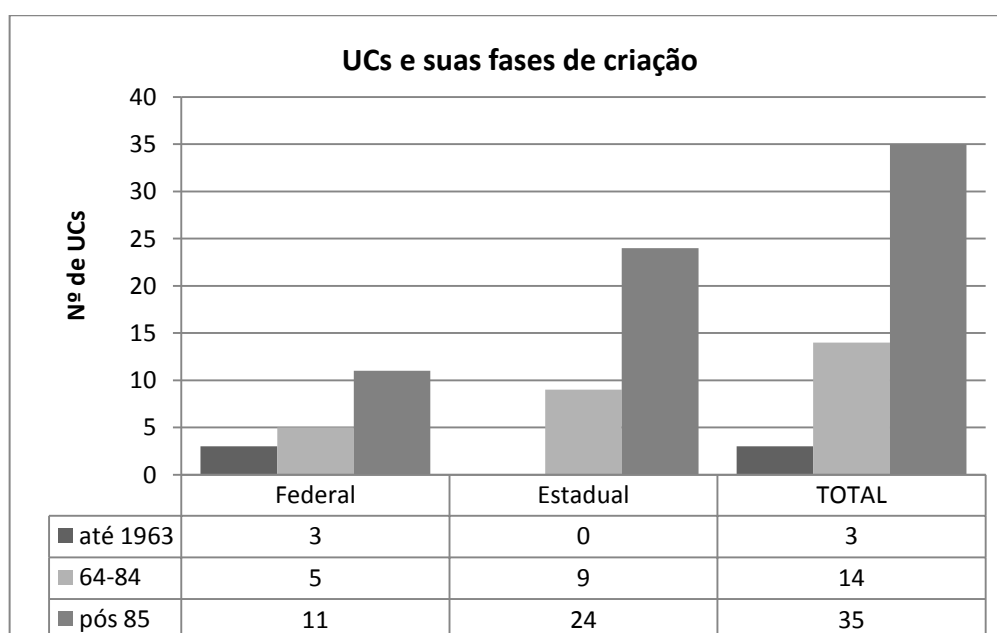


FIGURA 3 - Evolução da criação das Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro.

2.3.3. Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Depois de sucessivos estudos iniciados no final da década de 70 (WETTERBERG, 2004; MEDEIROS, 2006), foi elaborado, em 1992, na esteira da RIO 92, o Projeto de Lei - PL 2.892/92, criando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, conhecido como SNUC, tendo como relator inicial o Deputado Federal Fábio Feldman, substituído posteriormente pelo Deputado Federal Fernando Gabeira.

Após quase oito anos em tramitação no Congresso Nacional e 12 versões diferentes até chegar a atual, foi promulgada em 18 de julho de 2000 e regulamentada em 22 de agosto de 2002 pelo decreto nº 4.340, a Lei nº 9.985, consolidando as legislações anteriores no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Um importante instrumento criado a fim de definir, uniformizar e consolidar critérios para o estabelecimento e a gestão das áreas protegidas no Brasil.

Segundo a lei que aprova o SNUC, art. 2º - parágrafo I, uma unidade de conservação é:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Schenini *et al* (2004), afirmam que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, concretiza-se como sendo o conjunto organizado de áreas naturais protegidas (unidades de conservação federais, estaduais e municipais) que, planejado, manejado e gerenciado como um todo, é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação, desde que a legislação ambiental já instituída no Brasil seja corretamente e devidamente respeitada e cumprida por todas as pessoas.

O SNUC define e regulamenta as categorias de Unidades de Conservação nas instâncias federal, estadual e municipal, separando-as em dois grupos: de proteção integral e de uso sustentável (BRASIL, 2000). (Vide Quadro 3: Características das categorias de unidades de conservação do SNUC).

Segundo o SNUC, as unidades de conservação de proteção integral são áreas definidas onde estão restringidas a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais de forma direta, admitindo-se apenas o seu aproveitamento indireto, de modo a garantir a diversidade biológica e outros aspectos naturais. Fazem parte desse grupo as estações ecológicas, reservas biológicas, os parques criados nas diferentes esferas de governo, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre.

Ainda de acordo com o SNUC, as unidades de conservação de uso sustentável são áreas que conciliam as atividades produtivas diversas com a preservação dos recursos naturais, ou seja, é permitido a exploração ou aproveitamento dos recursos naturais, porém de forma regulamentada, que não traga danos ao meio ambiente. O objetivo básico dessas categorias é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Fazem parte desse grupo as áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, florestas criadas nas diferentes esferas de governo, reservas extrativistas, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural.

Grupo Proteção Integral			
Categorias	Objetivos	Posse e domínio	Restrições de Uso
Estação Ecológica	Preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.	Público	Proibida a visitação pública, exceto com objetivo educacional; a pesquisa científica depende de autorização. Permitem-se medidas visando a restauração de ecossistemas e o manejo de espécies; as áreas onde pode haver pesquisas e coletas são limitadas.
Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais.	Público	A pesquisa científica depende de autorização prévia. O uso direto é permitido em medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e em ações para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos.
Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica.	Público	Permite a pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e de turismo ecológico. Essas atividades estão sujeita às normas e restrições estabelecidas pelo órgão gestor, pelo Plano de Manejo e as previstas em regulamento.

Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.	Público e privado	Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da UC com o uso da terra da propriedade. No caso de conflito de uso a área deve ser desapropriada. A visitação est�a sujeita às condições e restrições estabelecidas pelo órgão gestor, pelo Plano de Manejo e pelo regulamento.
Refúgio de Vida Silvestre	Proteger áreas de reprodução de espécies da flora local e da fauna residente ou migratória.	Público e privado	Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da UC com o uso da terra da propriedade. No caso de conflito de uso, a área deve ser desapropriada. A pesquisa científica e visitação estão sujeita às condições e restrições estabelecidas pelo órgão gestor, Plano de Manejo e pelo regulamento.
Grupo Uso Sustentável			
�rea de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar a ocupação e assegurar a sustentabilidade.	Público e privado	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização da propriedade privada. A pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor, nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições, observadas as exigências e restrições legais.
�rea de Relevante Interesse Ecológico	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local.	Público e privado	O uso será regulado de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da UC. Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em seus limites.
Floresta Nacional	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica.	Público	Admite-se a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, conforme disposto em regulamento e no Plano de Manejo. Incentiva-se a pesquisa, e a visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas pelo órgão gestor, plano de manejo e às condições e restrições previstas em regulamento.

Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.	Público	A pesquisa científica e visitação pública são permitidas por meio de autorização do órgão gestor, de acordo com o Plano de Manejo e compatível com os interesses locais. São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas. O uso é concedido às populações extrativistas tradicionais residentes na unidade.
Reserva de Fauna	Realização de estudos técnico científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.	Público	A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão gestor. É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional. A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e nos regulamentos.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar e assegurar as condições e os meios para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida de populações tradicionais.	Público	É permitida e incentivada a visitação pública e a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, desde que autorizadas pelo órgão gestor, pelo plano de manejo e pelo regulamento. É admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica.	Privado	São permitidas, conforme regulamento, a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

FIGURA 4 - Características das categorias de unidades de conservação do SNUC
(Fonte: SNUC, 2000).

O Brasil possui um extenso quadro de unidades de conservação. Há compromissos de ampliar esses números, refletindo um esforço considerável de conservação *in situ* da diversidade biológica do país. De acordo com Drummond, Franco e Ninis (2006), o crescimento do número das unidades de conservação federais e de suas respectivas áreas ao longo dos últimos 70 anos revela algumas tendências claras. Segundo eles, a ampliação do

número e da área de UCs, mesmo que de forma desigual e sujeita a algumas discontinuidades, demonstra a consolidação dessa política nacional de conservação da natureza.

Entretanto, Pádua (2002) critica a forma de criação de unidades de conservação no Brasil nas diferentes esferas do governo. Ela comenta que a propagação desses espaços ocorre muitas vezes sem critérios técnicos, sem planejamento e ainda por interesses políticos e até pessoais, servindo muitas vezes como justificativa para a celebração de datas comemorativas, como o Dia Mundial do Meio Ambiente. A autora critica ainda a implantação de unidades de conservação em categorias inadequadas, quando unidades de uso restrito como reservas e estações ecológicas são criadas em locais onde seria melhor implantar parques, gerando conflitos com as comunidades locais. Segundo ela, a falta de estudos prévios, o desconhecimento do significado das categorias e das suas possibilidades de uso e manejo podem agravar o problema.

Desta forma A Lei do SNUC introduziu modificações importantes na política de criação e gestão de áreas protegidas no país. Dentre elas destaca-se a que visa assegurar uma maior e efetiva participação da sociedade, expressa em seu artigo 5º, que estabelece que o sistema seja regido por diretrizes que “asseguem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação” (BRASIL, 2000).

2.3.4. A Gestão Participativa em Unidades de Conservação

Pelo SNUC, a participação da sociedade pode se dar de duas formas: através de consulta pública para criação de uma UC e através dos conselhos gestores das UCs.

Medeiros (2003) explica que a consulta pública visa democratizar o processo de criação de uma UC, garantindo à sociedade uma ampla participação nos debates que conduzirão a sua implementação, revertendo a lógica perversa de criação de UCs pela imposição ou de “cima para baixo”, que predominou por longo período na política de criação de áreas protegidas no país.

Mas são os conselhos de gestão que desempenham um relevante papel no processo de inclusão social, uma vez que garantem de forma permanente a participação de distintos setores da sociedade. Os conselhos têm por finalidades auxiliar o processo de gestão de uma unidade de conservação, incorporando a representação de diferentes setores e segmentos da sociedade.

Suas competências estão definidas no decreto que regulamentou o SNUC (decreto 4340/02). Os conselhos podem ser meramente consultivos, ou seja, opinam sobre diferentes temas relativos à gestão, cabendo a direção da UC a decisão final, ou deliberativos, podendo interferir mais diretamente no processo de gestão a partir da decisão em colegiado das ações a serem implementadas.

Uma modalidade de gestão já utilizada em algumas categorias de Unidades de Conservação no Brasil, a gestão participativa, descrita pelo SNUC apresenta alguns dos seguintes objetivos centrais segundo Motta (2005): Partilha do poder; capacitação dos participantes; elevação da eficácia da gestão; distribuição compartilhada dos encargos e tarefas; valorização cultural dos participantes e seus grupos; sustentabilidade socioambiental do processo.

Os conselhos de gestão das UCs desempenham um relevante papel no processo de inclusão social, uma vez que garantem de forma perene a participação de distintos setores da sociedade. Os conselhos têm por finalidades auxiliar o processo de gestão de uma unidade de conservação, incorporando a representação de diferentes setores e segmentos da sociedade. Suas competências estão definidas no decreto que regulamentou o SNUC (decreto 4340/02).

Segundo Cases *et al* (2006), uma das premissas centrais da política ambiental brasileira e também enfoque prioritário no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), é a participação da sociedade no processo de tomada de decisões significa inclusão social em sentido amplo, como engajamento da sociedade na definição de políticas que interferem no direito do cidadão, na interpretação de patrimônio natural e cultural e na valorização do conhecimento baseado na simbologia local. Os autores também chamam a atenção no que diz respeito da sociedade ter papel fundamental no planejamento, uma vez que a gestão da unidade será realizada pelo órgão gestor em conjunto com o Conselho Gestor nomeado.

A inclusão social no processo de gestão de áreas protegidas constitui hoje uma meta a ser atingida em patamares mais expressivos por todos os países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, 1992; MEDEIROS & GARAY, 2006). O Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da CDB, aprovado em 2004 durante a 7ª. Conferência das Partes (COP7), realizada em Kuala Lumpur, na Malásia, estabeleceu como um de seus objetivos “intensificar e garantir a participação de comunidades indígenas e locais e de *stakeholders* (parceiros) relevantes” nos processos de “governança, participação, equidade e repartição dos benefícios” em áreas protegidas, tendo como meta a “completa e efetiva participação, até 2008”, das comunidades locais e indígenas na gestão de áreas protegidas já

existentes e aquelas a serem implementadas no futuro (CDB, 2004; MEDEIROS & GARAY, 2006.).

Cozzolino *et al* (2006) observam que a participação no Conselho, deve em tese, despertar na comunidade local um sentimento de corresponsabilidade no processo de gestão da área, tornando o cidadão em sujeito-ativo nas discussões e decisões que afetam sua comunidade.

Mussi e Loureiro (2006) reforçam a importância dos conselhos gestores como um instrumento dos grupos sociais, com seus respectivos interesses e detentores de um saber específico, onde eles podem contribuir para a explicitação das contradições sociais existentes e o equacionamento das questões socioambientais da UC. Em seu trabalho, é proposta uma classificação das UCs de acordo com o grau de consolidação dos conselhos: Tipo I - Unidades sem portaria de criação com conselho formado, porém não efetivado; Tipo II - Unidades com conselho formado por portaria de criação, porém com baixo grau de participação e Tipo III - Unidades com conselho formado por portaria e alto grau de participação, onde objetivou-se o incentivo a participação da sociedade nos conselhos gestores por intermédio de um programa de Educação Ambiental desenvolvido pelo Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA/RJ.

Para Jacobi (2002), a efetiva implementação de ações de desenvolvimento sustentável está diretamente relacionada com a participação da sociedade organizada no processo de tomada de decisões.

Dias (2003) argumenta que o SNUC estabeleceu um novo marco de construção do que se pode chamar de diálogo democrático para a conservação de áreas protegidas. Esse novo modelo visa um sistema mais participativo, em que a criação, implementação e gestão das áreas protegidas não são mais prerrogativas do Estado, mas envolvem diretamente as comunidades locais, estabelecendo parcerias entre o Estado e a sociedade civil, pois as políticas públicas que estimulam e apoiam as iniciativas locais, têm importante papel no conjunto das políticas de desenvolvimento sustentável.

Segundo Pádua & Sá (2002):

“a gestão participativa depende de uma integração intersubjetiva e intergrupala para que todos possam trabalhar em prol de um objetivo comum, reconhecendo, respeitando e apreciando diferenças e identidades. Não se trata de um processo linear, pois reflete a dinâmica de cada contexto. Também não há controle sobre a totalidade do processo, uma vez que suas regras de construção devem ser criadas e

negociadas coletivamente na medida em que ele acontece, já que se trata de um procedimento democrático”.

Segundo Drummond e Crespo (2000), o conceito de gestão participativa aplicado às unidades de conservação contempla: o envolvimento das comunidades do entorno nas ações concernentes à proteção da unidade; o envolvimento dos diferentes atores interessados na sua administração; o fortalecimento do sistema público responsável pela regulamentação e gerenciamento das unidades de conservação; a criação de novas engenharias institucionais ou arranjos que facilitem um processo decisório compartilhado e que assegurem a transparência do método escolhido; e o compromisso dos atores envolvidos com a continuação das metodologias instituídas conjuntamente.

Criar Unidades de Conservação sem a perspectiva de implantá-las provoca inúmeros problemas regionais, além de prejudicar a relação da instituição e da unidade com as comunidades locais. Dentre esses problemas, pode-se citar: expectativas não atendidas, desapropriação sem indenização, lucro e produção cessante, desestabilização cultural, déficit tributário pela redução de produção e paralisação do processo de desenvolvimento regional, todas culminando com a insatisfação regional e desgaste do nome e imagem institucionais (LIMA *et al.*, 2005).

Existe uma grande fração das Unidades de Conservação no mundo que fazem parte dos chamados “parques de papel”. Esse termo se refere às unidades de conservação que não foram realmente implantadas e têm apenas uma existência virtual (TERBORGH *et al.*, 2002).

Nesse contexto, o SNUC veio para reforçar a necessidade de participação da sociedade no processo de criação, implementação e gestão das UCs no Brasil. Sob o ponto de vista legal, o país já se encontra em situação privilegiada tendo legislações bem desenvolvidas com respeito à gestão de áreas protegidas. Porém, um desafio maior é analisar as experiências já desenvolvidas nesse campo que possam configurar aprendizado para melhoria do processo de gestão participativa no país.

Desta forma, os conselhos gestores se configuram em um importante instrumento de governança ampliada para a implementação do processo de gestão participativa nas unidades de conservação, independentemente de sua categoria de manejo. Se devidamente conduzidos, auxiliarão nas negociações de conflitos locais, o que poderá diminuir as pressões antrópicas sobre o ambiente. Em consequência, é possível que ocorra uma melhoria da qualidade dos recursos naturais, com reflexos significativos no padrão de vida das comunidades existentes

na unidade e/ou no seu entorno, as quais passarão a entender a importância da implantação da área protegida em seus diversos aspectos, e a interferência que a mesma causará no curso de suas vidas.

2.4. MATERIAL E MÉTODO

Foram identificadas todas as Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais existentes no estado do Rio de Janeiro. Esse levantamento foi realizado com base em pesquisa junto aos órgãos responsáveis pela gestão de UCs em cada esfera. Foram consultadas bases do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Chico Mendes (ICMBio), do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), visto que duas UCs estaduais estão sob administração do município.

Pesquisas bibliográficas e eletrônicas também foram realizadas no intuito de levantar informações a respeito do processo de gestão em UCs no estado. Estas pesquisas foram realizadas no Portal de Periódicos da Capes, através da busca de artigos em periódicos científicos e também de dissertações e teses na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT.

Também foram levantadas informações na forma de consulta direta à funcionários públicos ligados a gestão de unidades de conservação. Foram considerados neste trabalho como conselhos formalmente instituídos somente aquelas UCs que possuíam um instrumento (portaria, resolução, decreto) confirmando a existência do conselho. A partir desse levantamento, as etapas seguintes foram: determinação da existência ou não de conselho gestor e tempo de funcionamento.

A análise dos dados foi feita a partir da classificação das informações obtidas sobre as UCs. As UCs foram agrupadas em função de: a/ existência ou não de conselho; b/ esfera administrativa vinculada; c/ categoria de manejo. Desta forma, buscou-se evidenciar a existência de padrões específicos para os conselhos identificados. Como da mesma forma foi realizada uma comparação com análises anteriores, tentando evidenciar os avanços no que tange a formação dos conselhos gestores.

2.5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, foram identificadas 52 unidades de conservação federais e estaduais no estado do Rio de Janeiro. Essas áreas ocupam cerca de 8.627 Km² (Figura 5). Foram excluídas deste levantamento as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) em todos os níveis.

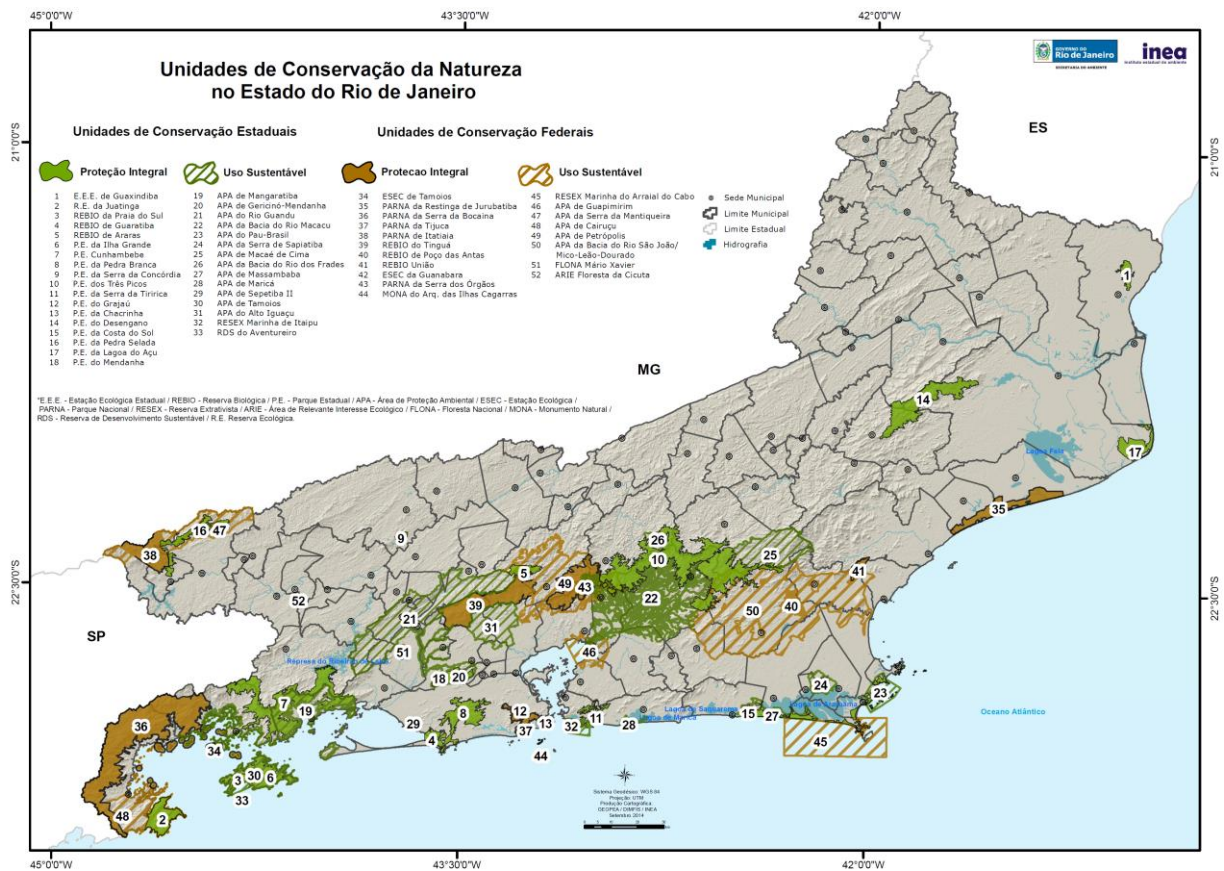


FIGURA 5 - Número de Unidades de Conservação por esfera administrativa (Fonte: Inea).

As UCs federais existentes no estado do RJ recobrem cerca de 4.831 Km², totalizando 19 UCs. A responsabilidade pela sua gestão fica a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (tabela 1).

Já as UCs estaduais correspondem a cerca de 4.524 Km² (dezembro de 2015), cuja gestão é de responsabilidade da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP) ligada ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, totalizando 33 UCs (tabela 2). Cabe frisar

que duas dessas UCs criadas pelo estado hoje estão sob administração do município do Rio de Janeiro, são elas o Parque Estadual da Chacrinha e o Parque Estadual do Grajaú.

Com relação aos limites das UCs, é importante ressaltar que há sobreposição de UCs no estado, tanto entre UCs de diferentes esferas como entre UCs da mesma esfera administrativa. Assim, a soma das áreas individuais não corresponde à área total real que o conjunto de UCs ocupa no estado.

TABELA 1 - Unidades de Conservação Federais no estado do RJ

	Nome da UC	Ano de criação	Conselho Gestor	Ano instituição	Instrumento CG
1	Parque Nacional de Itatiaia	1937	SIM	2002	Portaria n 96 de 06/08/02
2	Parque Nacional da Serra dos Órgãos	1939	SIM	2002	Portaria n 102 de 06/08/02
3	Parque Nacional da Tijuca	1961	SIM	2002	Portaria n 98 de 06/08/02
4	Parque Nacional da Bocaina	1971	SIM	2010	Portaria n 103 de 30/09/10
5	Reserva Biológica de Poço das Antas	1974	SIM	2002	Portaria n 103 de 06/08/02
6	Área de Proteção Ambiental Petrópolis	1981	SIM	2000	Portaria n 18/2000-P de 20/03/00
7	Área de Proteção Ambiental de Cairuçu	1983	SIM	2001	Portaria n 180 de 04/12/01
8	Área de Proteção Ambiental de Guapimirim	1984	SIM	2001	Portaria n 178 de 04/12/01
9	Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira	1985	SIM	2004	Portaria n 49 de 07/05/04
10	Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Cicuta	1985	SIM	2007	Portaria n 19 de 14/03/07
11	Floresta Nacional Mário Xavier	1986	SIM	2013	Portaria n 173 de 20/03/13
12	Reserva Biológica do Tinguá	1989	SIM	2002	Portaria n 100 de 06/08/02
13	Estação Ecológica de Tamoios	1990	SIM	2002	Portaria n 101 de 06/08/02
14	Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo	1997	SIM	2010	Portaria n 77 de 27/08/10
15	Parque Nacional Restinga de Jurubatiba	1998	SIM	2002	Portaria n 97 de 06/08/02
16	Reserva Biológica União	1998	SIM	2002	Portaria n 99 de 06/08/02
17	Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João - Mico Leão Dourado	2002	SIM	2005	Portaria n 235 de 07/12/05
18	Estação Ecológica Guanabara	2006	SIM	2011	Portaria n 042 de 29/06/11
19	Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras (antes Área de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas Cagarras)	1989 / 2010	SIM	2010	Portaria n 123 de 14/12/10

TABELA 2 - Unidades de Conservação Estaduais no estado do RJ

	Nome da UC	Ano de criação	Conselho Gestor	Ano instituição	Instrumento CG
1	Parque Estadual do Desengano	1970	SIM	2005	Portaria IEF/RJ nº 160/05
2	Parque Estadual da Ilha Grande	1971	SIM	2005	Portaria IEF/RJ nº 165/05
3	Parque Estadual da Pedra Branca	1974	SIM	2005	Portaria IEF/RJ nº 161/05
4	Reserva Biológica Estadual de Guaratiba	1974	SIM	2005	Portaria IEF/RJ nº 163/05
5	Reserva Biológica Estadual de Araras	1977	SIM	2012	Portaria Inea/Dibap nº 30, de 19/12/2012
6	Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul	1981	NÃO	-	
7	Área de Proteção Ambiental de Tamoios	1982	SIM	2013	Portaria Inea nº 39, de 27/12/2013
8	Área de Proteção Ambiental de Maricá	1984	SIM	2009	Portaria Inea Nº 48 de 01/07/2009
9	Área de Proteção Ambiental de Massambaba	1986	SIM	2002	Deliberação CECA nº 4.223, de 21/11/2002
10	Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba	1987	SIM	2014	Portaria Inea/Dibap nº 41, de 17/03/2014
11	Área de Proteção Ambiental da Serra de Sapatiba	1990	SIM	2004	Deliberação CECA nº 4.512, de 01/10/2004
12	Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio dos Frades	1990	NÃO	-	
13	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro	1990	NÃO	-	
14	Reserva Ecológica Estadual da Juatinga	1991	SIM	2005	Portaria IEF/RJ nº 166/05
15	Parque Estadual da Serra da Tiririca	1991	SIM	2006	Portaria IEF/RJ nº 176/06
16	Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima	2001	SIM	2005	Decreto nº 38.234, de 14/09/05 / Portaria Inea nº 25, de 28/05/2012
17	Parque Estadual do Grajaú*	2002	NÃO	-	
18	Parque Estadual da Chacrinha*	2002	SIM	-	
19	Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil	2002	SIM	2002	Decreto nº 32.578, de 30/12/2002 / Portaria Inea/Dibap nº 01, de 30/11/ 2009
20	Parque Estadual dos Três Picos	2002	SIM	2006	Portaria IEF/RJ nº 177/06
21	Área de Proteção Ambiental do Rio Macacu	2002	SIM	2010	Portaria Inea Nº 09, de 24/06/2010
22	Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba	2002	SIM	2012	Portaria Inea/Dibap nº 29, de 27/11/2012
23	Parque Estadual da Serra da Concórdia	2002	SIM	2012	Portaria Inea/Dibap/ nº 26, de 10/05/2012
24	Área de Proteção Ambiental Sepetiba II	2004	NÃO	-	
25	Área de Proteção Ambiental de Gericinó/Mendanha	2005	SIM	2010	Portaria Inea Nº 05, de 22/03/2010
26	Área de Proteção Ambiental do Rio Guandu	2007	SIM	2007	Decreto Estadual nº 40.670/07

27	Parque Estadual Cunhambebe	2008	SIM	2011	Portaria Inea/Dibap nº 16, de 12/08/2011
28	Parque Estadual da Costa do Sol	2011	SIM	2012	Portaria Inea/Dibap nº 21 de 15/02/2012
29	Parque Estadual da Pedra Selada	2012	NÃO	-	Em Formação
30	Parque Estadual da Lagoa do Açú	2012	SIM	2013	Portaria Inea/Dibap nº 33 de 31/08/2013
31	Parque Estadual do Mendanha	2013	NÃO	-	Em Formação
32	Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu	2013	NÃO	-	Em Formação
33	Reserva Extrativista Marinha de Itaipu	2013	NÃO	-	

Obs: * Administrado pela Prefeitura do Rio

Do total de 52 UCs identificadas, 43 (82,7%) UCs possuem conselho gestor formalmente constituído e implementado. As outras 9 (17,3%) áreas não possuem conselho (Figura 6).

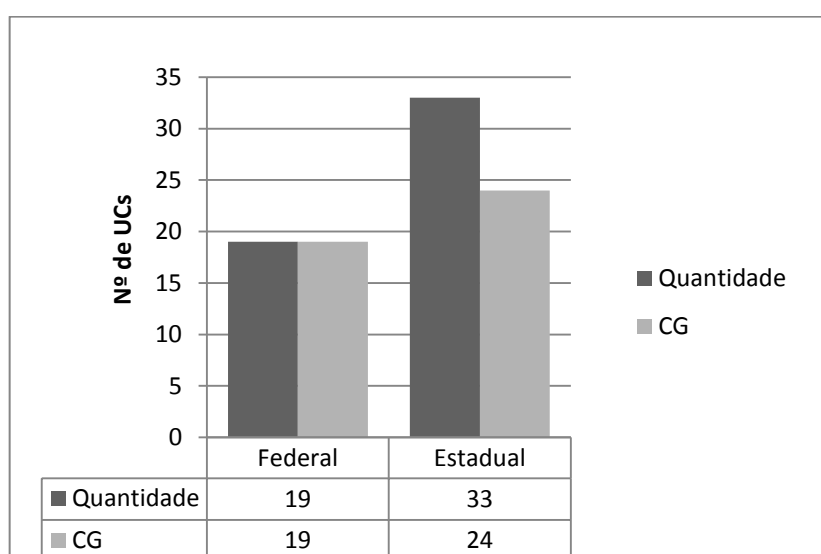


FIGURA. 6 - Número de Unidades de Conservação e de Conselhos Gestores instituídos em cada esfera administrativa.

Em termos absolutos, quando analisadas em relação à esfera administrativa a que está vinculada, as UCs estaduais foram as que apresentaram maior número de conselhos gestores implementados (24), seguido das UCs federais (19). No entanto, as unidades federais são aquelas que apresentam maior porcentagem de áreas com conselho gestor constituído (100% UCs federais contra 72,7% estaduais). Isto pode ser devido, em parte, ao próprio processo de consolidação das áreas federais que são as mais antigas e extensas e onde um investimento maior e de mais longo prazo tem sido feito pelo governo federal no sentido de fortalecer o seu

processo de gestão. Além disso, O IBAMA (agora o ICMBio) vem trabalhando desde 1993 com a Educação Ambiental visando fortalecer a gestão participativas em UCs.

Com relação as UCs Estaduais, o governo do Estado do Rio de Janeiro tem feito alguns esforços para efetivar a gestão destas áreas. Desde 2014 o estado conta com o Programa de Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, sendo coordenado pela Gerência de Educação Ambiental e pela Gerência de Unidades de Conservação de Proteção Integral do Inea, onde o mesmo tem como objetivo promover atividades de educação ambiental nas unidades de conservação fluminenses a fim de orientar a visitação pública, divulgar pontos de interesse turístico, reduzir os conflitos com a comunidade que habita seu entorno, ampliar a gestão participativa e promover eventos educativos, assegurando a sustentabilidade socioambiental destas unidades. Porém, como se pode ver, é uma ação bem recente.

Entretanto, cabe citar que, o Estado do Rio de Janeiro foi a primeira unidade da federação a regulamentar o artigo 33 e o artigo 48 da Lei do SNUC, que tratam dos serviços ecossistêmicos relacionados, respectivamente, à: exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, cênicos, biológicos ou culturais ou da exploração de imagem da UC (Decreto Estadual n. 36.930/2005); contribuição financeira para a proteção e implantação da unidade de órgão ou empresa, publico ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida pela UC (Decreto Estadual n. 43.946/2012).

Outra importante iniciativa do Estado do Rio de Janeiro com vistas a ordenar e monitorar o uso público, bem como para prevenir e combater os incêndios florestais, foi a criação do serviço de guarda-parques na estrutura do Inea. Dentre as atividades desempenhadas pelos agentes estão: manutenção de trilhas e demais equipamentos de uso público, bem como apoiar à educação e conscientização ambiental.

Já com vistas à proteção da paisagem e do patrimônio natural fluminense, foram criadas as Unidades de Polícia Ambiental (UPAm) no Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Estadual n. 43.641, de 15 de junho de 2012. As unidades são vinculadas ao Comando de Polícia Ambiental (CPAm) que tem a responsabilidade de planejar e coordenar as atividades das UPAMs no combate aos crimes ambientais.

As categorias de UC com maior frequência de ocorrência no estado são as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e os Parques, com 18 unidades respectivamente cada uma, seguidas das Reservas Biológicas (6) (Tabela 3). A predominância das APAs e dos Parques é devida, sobremaneira, em função do elevado número de UCs estadual dessa categoria (13 respectivamente cada uma) (Tabela 4).

TABELA 3 - Número de UCs e de CG por categoria.

Categoria	N de Ucs	N de CGs	% CG instituídos
APA	18	15	83,3
PARQUE	18	15	83,3
REBIO	6	5	83,3
EE	3	3	100,0
ARIE	1	1	100,0
RESEC	1	1	100,0
RESEX	2	1	50,0
FLONA	1	1	100,0
RDS	1	0	0,0
MONA	1	1	100,0
Total	52	43	82,7

TABELA 4 - Número de UCs e de CG por categoria em cada esfera.

Categoria de UC	Federal	UC com CG	Estadual	UC com CG	N de Ucs	N de CGs	% CG instituídos
APA	5	5	13	10	18	15	83
PARQUE	5	5	13	10	18	15	83
REBIO	3	3	3	2	6	5	83
EE	2	2	1	1	3	3	100
ARIE	1	1	0	0	1	1	100
RESEC	0	0	1	1	1	1	100
RESEX	1	1	1	0	2	1	50
FLONA	1	1	0	0	1	1	100
RDS	0	0	1	0	1	0	0
MONA	1	1	0	0	1	1	100
Total	19	19	33	24	52	43	83

A criação de APAs no estado do Rio de Janeiro tem sido um dos principais instrumentos da política de áreas protegidas com o objetivo de compatibilizar o crescimento urbano e uso do solo em áreas que possuem atributos naturais e/ou culturais significativos, além de não demandar desapropriações.

Já a criação dos Parques pelo governo estadual do Rio de Janeiro tem sido o principal instrumento da política de áreas protegidas com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, permitindo a realização de pesquisas científicas e atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico.

As APAs e os parques representaram as categorias que apresentaram o maior número de unidades com conselho gestor (15 em um universo de 18 parques, em cada categoria). Este fato pode ser devido especialmente por corresponderem à mais antigas e conhecidas categorias de UC.

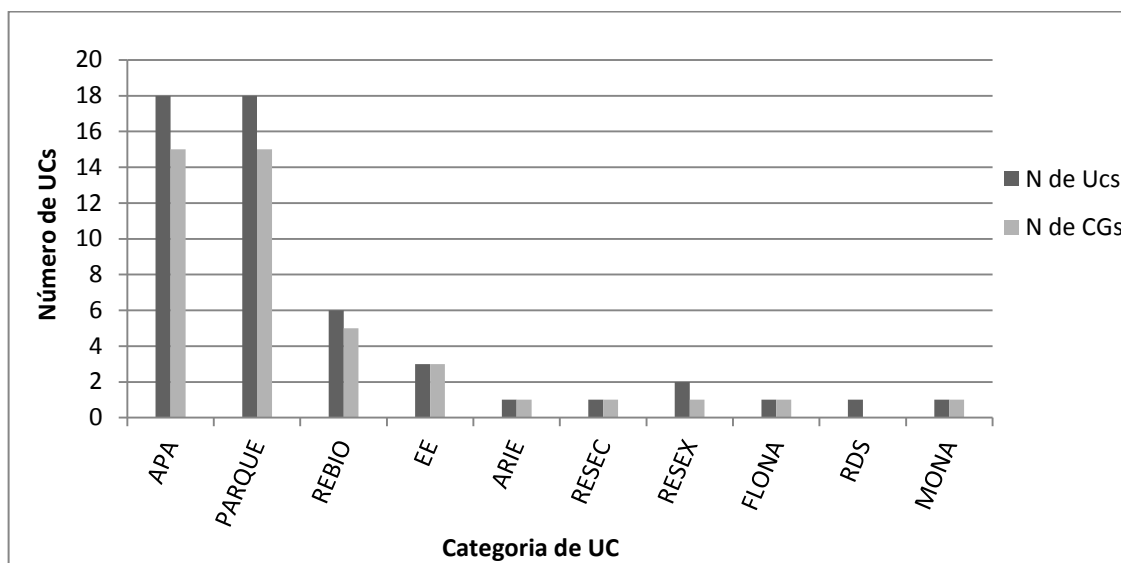


FIGURA 7 - Número de UCs e de Conselhos Gestores por Categoria de UC.

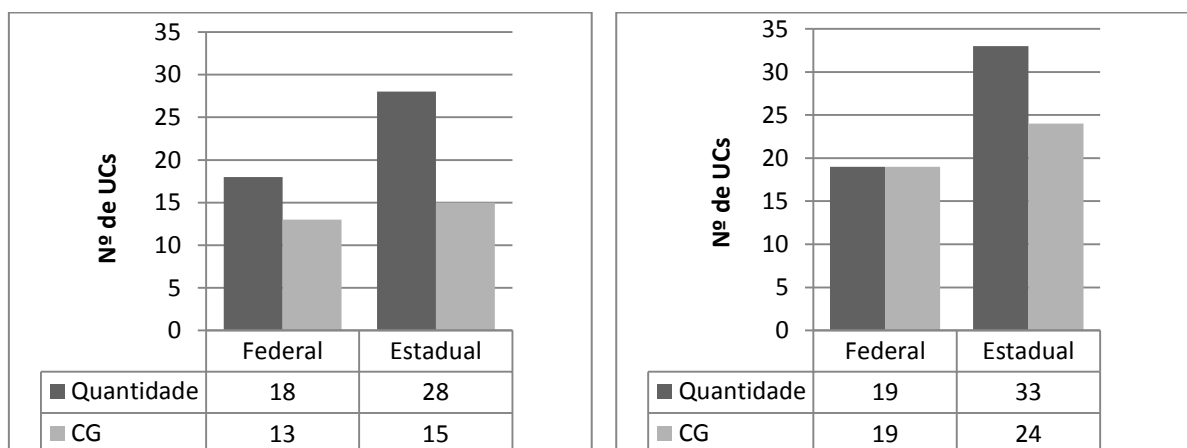
Das outras categorias de UCs identificadas no estado, das 6 REBIOs, 5 possuem conselho, enquanto todas as Estações Ecológicas e também as ARIES, bem como a FLONA possuem conselho gestor formalmente instituído. Das outras categorias de UCs identificadas no estado, metade das RESEXs possuem conselho, enquanto a única RDS (estadual) criada recentemente não possui conselho. Por fim, o único Monumento Natural (Federal) possui conselho formalmente instituído.

Especificamente no caso das ARIEs, cabe ressaltar que, mesmo que não haja a obrigatoriedade de existência de conselho gestor para essa categoria no SNUC, a única ARIE presente no estado possui conselho formalmente instituído.

Chama a atenção o fato da Reserva Ecológica, uma categoria que ocorre apenas no nível estadual, apresentar conselho formalmente instituído. Bem como de todas as UCs federais possuírem conselho gestor formalmente instituídos.

Comparando com estudos realizados no ano de 2007 (VIANA, 2007), pôde ser observado o avanço na criação dos conselhos gestores nas UCs federais e estaduais presentes no estado do Rio de Janeiro. Segundo Viana (2007), das UCs federais em 2007, 72,2% possuíam conselho gestor e, na esfera estadual a situação era ainda pior, onde somente 53,6% das UCs possuíam conselho gestor formalmente instituído.

Hoje, como se pode observar, 100% das UCs federais existentes no Estado do Rio de Janeiro possuem conselho gestor formalmente instituído. Enquanto que as estaduais possuem 72,7% das UCs com conselho gestor formalmente instituído. Um avanço significativo em menos de uma década com um aumento de 27,8% nas UCs federais e 19,1% na UCs estaduais. Entretanto cabe frisar que não houve criação de nenhuma UC federal desses últimos 9 anos enquanto que na esfera estadual ocorreu a criação de mais 8 UCs, tendo um acréscimo de aproximadamente 2.567 Km² de áreas protegidas. Destacando-se o Parque Estadual do Cunhambebe, com uma área total aproximada de 38.053,05 hectares, e ainda uma Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu, com 22.109 mil hectares, criada em janeiro de 2013.



FIGURAS 8 e 9 - Número de Unidades de Conservação e de Conselhos Gestores instituídos em cada esfera nos anos de 2007 e 2015, respectivamente.

Esta comparação temporal e por esfera, reforça a tese de que os conselhos possuem um papel fundamental como ferramenta essencial ao processo de democratização da gestão de áreas protegidas e inclusão das populações locais no processo de governança. Entretanto, mesmo sendo amplamente reconhecidos, sua práxis ainda não é plenamente difundida, no caso da esfera estadual. Nem mesmo a obrigatoriedade estabelecida pelo SNUC para algumas categorias, tem sua aplicação garantida na prática. Tal situação pode decorrer, como discute MMA/DAP (2004:29), “do recente histórico e pouco conhecimento da ocorrência de instâncias de composição pluralista no controle e apoio à administração de bens públicos, tornando compreensível que representantes da sociedade e órgãos gestores ainda estejam em um processo de aprendizado, *lato sensu*, e de estruturação funcional desse tipo de colegiado”.

Soma-se a isto, o fato de boa parte das UCs apresentarem um baixo nível de institucionalização do seu processo de gestão, como é o caso particular de grande parte das UCs estaduais. A maioria dessas unidades tem histórico recente de gestão formal, o que certamente é um elemento que dificulta a capacidade de mobilização e participação de agentes sociais interessados ou afetados pela UC.

Não está claro, da mesma forma, quais fatores influenciaram a construção dos conselhos identificados nesse estudo, tendo em vista que, em mais da metade das categorias, detectou-se tanto UCs com conselho constituído enquanto outras sem conselho constituído. Novos estudos poderão ajudar a compreender melhor esse quadro, verificando se existe uma lógica ou planejamento formal para esse processo ou se ele é fruto simplesmente do engajamento de gestores e/ou atores sociais interessados no processo de gestão participativa.

Um quadro de baixa difusão dos conselhos tende a mudar, conforme se pôde constatar. Bem diferente do que Seabra (2005) apontou, que, de acordo com o Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental, entre as 1.034 Unidades de Conservação pesquisadas em 2005, apenas 97 (9,4%) possuíam conselhos gestores constituídos.

A expectativa é a de que esse cenário continue a ser alterado no médio e longo prazo em função de novos arranjos políticos e institucionais que possam criar melhores condições para a ampliação no número de conselhos no Brasil. Neste sentido, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), estabelecido em 2006, configura uma oportunidade do país reforçar suas políticas de governança participativa da gestão de áreas protegidas, em consonância com os

objetivos e metas estabelecidos pela CDB através de seu Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas.

2.6. CONCLUSÕES

As Ucs do estado do Rio de Janeiro ainda possuem um baixo grau de difusão dos conselhos gestores. Este panorama reforça a tese de, que apesar de amplamente reconhecidos como ferramenta essencial ao processo de democratização da gestão de áreas protegidas e inclusão social, sua práxis ainda não é plenamente difundida;

Com relação às esferas, o fato das UCs federais apresentarem a maior porcentagem pode ser devido ao próprio processo de consolidação das áreas federais que são as mais antigas e extensas e onde um investimento maior e de mais longo prazo tem sido feito pelo governo federal. As UCs estaduais em sua maior parte são áreas estabelecidas em períodos mais recentes, pós década de 90, sendo a gestão ainda realizada de maneira precária;

As categorias de UCs com maior frequência de ocorrência no estado são as APAs e os Parques, em função do elevado número de UCs estaduais dessas categorias. A criação das APAs e dos Parques no estado do Rio de Janeiro tem sido o principal instrumento da política de áreas protegidas com o objetivo de compatibilizar o crescimento urbano e uso do solo em áreas que possuem atributos naturais e/ou culturais significativos, no caso das APAs, bem como, no caso dos parques, com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, permitindo a realização de pesquisas científicas e atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico.

Houve um significativo avanço na última década na formação de conselhos das UCs estaduais, em função da centralização da administração em um único órgão, o INEA, bem como programas de planejamento e educação ambiental em execução pelo órgão. O esperado é que esse cenário continue a ser alterado a médio e longo prazo em função de novos arranjos políticos e institucionais que possam criar melhores condições para a ampliação no número de conselhos no Brasil. Um bom exemplo é o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

2.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, E. **Conselhos de Unidades de Conservação: entre o consultivismo e o deliberalismo na gestão participativa de áreas naturais protegidas.** 2005. 228p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Jurídicas) - UFF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 23.793.** Aprova o Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, p. 25.538, 23 jan. 1934.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso: maio de 2015.

_____. **Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso: maio de 2015.

BRITO, D. M. C. **A Construção do Espaço Público na Gestão Ambiental de Unidades de Conservação: O caso da APA do Rio Curiaú/AP.** 2003. 141p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB-CDS. 2003.

CDB. 1992. **Convenção sobre Diversidade Biológica.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso: maio de 2015.

CDB. 2004. **Report of the Seventh Meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity.** VII/28 Protected Areas (articles 8a to e). Kuala Lumpur, Malaysia. 26p.

CNRBMA. Caderno nº 13. **Diretrizes para a política de conservação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.** Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. São Paulo, 2003. 53p.

COZZOLINO, L. F. F. & IRVING, M. A. Gestão em unidades de conservação: um caminho teórico e metodológico possível a partir da ótica da governança na APA do Sana (Macaé-RJ). In: Irving, Marta (org.). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro, Ed. Aquarius, 2006, p. 185-197.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras. 1996. 484p.

DIAS, T. C. A. C. **Gestão Participativa: uma alternativa de codesenvolvimento para a Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP.** 2003. 135p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB-CDS. 2003.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Ed. Hucitec, USP, 2002. 176p.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade a hora decisiva.** Curitiba Paraná: Editora UFPR, 2001. 307p.

DRUMMOND, J. A. **O sistema brasileiro de parques nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental.** Niterói, Editora da UFF & Centro de Estudos Gerais. 1997.

DRUMMOND, J. A. & CRESPO, S. **O Parque Nacional da Tijuca: Contribuição para a gestão compartilhada de uma unidade de conservação urbana.** Rio de Janeiro. Editora ISER. Série Comunicações do ISER, nº 54, ano 19, 2000.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A.; NINIS, A. B. **O Estado das Áreas Protegidas do Brasil – 2005.** Brasília, 2006.

FARIA, H. H. de. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil.** 2004. 401p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo. Presidente Prudente, 2004.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2013-2004; relatório técnico.** São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica. 2015. 60 p.

INEA. **Atlas das unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro.** Patrícia Figueiredo de Castro (org.). 2ª edição – São Paulo: Metalivros, 2015.

JACOBI, P. R. O Brasil depois da Rio+10. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 15, p. 19-29. 2002

LEAL, I. O. J. **Avaliação do processo de gestão participativa de recursos hídricos na bacia do rio Itapicuri**: O caso da microrregião de Jacobina – Bahia. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB-CDS. 2003.

LIMA, G.S. *et al.* Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. **R. Árvore**, Viçosa-MG, v.29, n.4, p.647-653, 2005.

MMA. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília: MMA / SBF, 2000. 40p.

MMA. **Gestão Participativa do SNUC**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas/ Programa áreas Protegidas da Amazônia, Brasília - DF, 2004.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza**: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. 2003. 391p. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia. Rio de Janeiro – 2003.

_____. 2006. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, vol IX; n°1; jan/jun 2006; p. 41-64 Campinas/SP.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, n° V, ano VI, no. 9, p. 83-93. 2004.

MEDEIROS, R. & GARAY, I. 2006. Singularidades do sistema de áreas protegidas no Brasil e sua importância para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes. In: GARAY, Irene Ester Gonzalez; BECKER, Bertha Koiffman. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis, Ed. Vozes, 2006, p. 159-184.

MILANO, M. S. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2. 2000. Campo Grande. **Anais**. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

MILANO, M. S. **Unidades de Conservação**: atualidades e tendências – Fundação O Boticário de Proteção a Natureza – Curitiba, 2002.

MYERS, N; MITTERMEIER, C.G.; da FONSECA, G.A.B. & KENT, J. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**: 403, 853-858.

MUSSI, S. M. & LOUREIRO, C. F. B. **Gestão Participativa em conselhos de Unidades de Conservação do Rio de Janeiro**: A Educação Ambiental como instrumento de mediação. CADMA - EICOS/IP – UFRJ – RJ. 2006.

PADOVAN, M. da P. Formulação de parâmetros e de um procedimento para certificação do manejo de unidades de conservação. In: 3th Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação; **Anais**. Fortaleza: Rede nacional Pró-UCs, Fundação O Boticário, 2002.

PÁDUA, M.T. J. Unidades de Conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: **Unidades de conservação**: atualidades e tendências. Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2002.

PADUA, S. M. & SÁ, L. M. Papel da Educação Ambiental nas Mudanças Paradigmáticas da Atualidade. **R. paran. Desenv., Curitiba**, n. 102, p.71-83. 2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto Estadual n. 36.930, de 14 de fevereiro de 2005**. Institui regulamentação para uso da imagem das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro subordinadas a Fundação Instituto Estadual de Florestas-IEF/RJ. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/>>. Acesso: maio de 2015.

_____. **Decreto Estadual n. 43.641, de 15 de junho de 2012**. Dispõe sobre a criação, implantação, estruturação e operação das Unidades de Polícia Ambiental (UPAm) no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.alerj.rj.gov.br/>>. Acesso: maio de 2015.

_____. **Decreto Estadual n. 43.946/2012 de 22 de novembro de 2012**. Regulamenta a contribuição financeira devida pelos serviços ecossistêmicos proporcionados por unidades de conservação estaduais e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.alerj.rj.gov.br/>>. Acesso: maio de 2015.

SEABRA, G., F. Planejamento e Gestão em unidades de Conservação: comunidades, visitantes e preservação ambiental. **Revista Conceito**. 2005. p. 97-103.

TERBORGH, J. & van SCHAIK, C. Por que o Mundo Necessita de Parques. In: **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. Da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. 518p.

VIANA, D. P. C. **Gestão Participativa em Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro**. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) - Instituto de Florestas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. 36p.

WETTERBERG, G.B. The concept of protected area system based on pleistocene refuges. In: MILANO, M. S. *et al* (orgs). **Unidades de Conservação: Atualidades e tendências**. Editora Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba, 2004. p.76-91.

3. ARTIGO CIENTÍFICO 2:

AVALIAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA³

RESUMO

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a estratégia de criação de unidades de conservação é utilizada desde a década de 30, permanecendo como uma das mais importantes ações do governo brasileiro para a proteção da biodiversidade (MMA, 2007). As Unidades de Conservação (Ucs) foram formalmente instituídas no Brasil, no ano 2000, em 18 de julho, com a Lei 9985. Criando assim o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que procurou reorganizar e reordenar distintas tipologias de áreas protegidas existentes no país desde os anos 30 (MEDEIROS, 2006; MEDEIROS & GARAY, 2006). O SNUC estabelece os princípios e diretrizes gerais que vão determinar a gestão de uma UC. Nele, está assegurado, em seu artigo 5º, “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”, consolidando a gestão participativa como elemento fundamental deste processo. O SNUC assegura ainda, que para o cumprimento desse objetivo, as UCs deverão dispor de Conselhos Gestores. Esses conselhos tratam-se de uma instância de discussão ampliada entre a UC e setores da sociedade interessados/afetados e deverão contar com ampla participação da sociedade. A inclusão social no processo de gestão de áreas protegidas constitui hoje uma meta a ser atingida em patamares mais expressivos por todos os países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, 1992; MEDEIROS & GARAY, 2006). O objetivo geral desse trabalho foi avaliar, sob o enfoque participativo, a gestão da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba - EEG, a partir da percepção dos membros do seu conselho gestor, tendo como referencial os princípios da boa governança, utilizando uma adaptação do método EMAP, *Medición de la efectividad del Manejo de Areas Protegidas*, idealizado por Cifuentes, Izurieta e De Faria (2000). Tendo como resultado uma Gestão Medianamente Satisfatória, onde a UC dispõe de elementos mínimos necessários para uma gestão participativa, contudo, apresenta deficiências que minam a sua efetividade.

Palavras chave: Unidades de Conservação; Gestão Participativa; EMAP

³ Artigo científico parte da dissertação intitulada: As unidades de conservação no estado do Rio de Janeiro e a gestão participativa: o caso da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba, São Francisco de Itabapoana, RJ, a ser apresentado no Instituto Federal Fluminense.

PARTICIPATIVE MANAGEMENT ASSESSMENT OF THE ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA⁴

ABSTRACT

According to the Ministry of Environment, the strategy for the creation of conservation units has been used since the 30s, remaining as one of the most important actions of the Brazilian government for the protection of biodiversity (MMA, 2007). Conservation Units (CUs) were formally established in Brazil in 2000, on July 18, with Law 9985. Thus creating the Brazilian Conservation Unit System (SNUC), which sought to reorganize and reorder different typologies existing protected areas in the country since the 30s (MEDEIROS, 2006; MEDEIROS & GARAY, 2006). The SNUC sets out the principles and guidelines that will determine the management of a UC. It is provided in its Article 5, "the effective participation of local people in the creation, implementation and management of protected areas", consolidating participative management as a key element of this process. The SNUC also ensures that the achievement of this objective, the CUs should have management councils. These councils these are an instance of expanded discussion between CU and sectors of interested / affected society and should rely on broad participation of society. Social inclusion in protected areas management process today is a goal to be achieved in the most significant levels for all signatory countries of the Convention on Biological Diversity (CBD, 1992; MEDEIROS & GARAY, 2006). The aim of this study was to evaluate, under the participative approach, the management of the Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba - EEEG, from the perception of the members of its management board, taking as reference the principles of good governance, using an adaptation of the EMAP method , *Medición de la efectividad del Manejo de Areas Protegidas*, created by Cifuentes, Izurieta and de Faria (2000). Resulting in a Moderately Satisfactory Management, where CU has minimum information necessary for a participative management, however, has weaknesses that undermine its effectiveness.

Keywords: Participative management. Conservation units. EMAP.

⁴ Scientific article part of the dissertation entitled The Conservation Units in the state of Rio de Janeiro and the participative management: the case of the Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba, São Francisco de Itabapoana, RJ, to be presented at Instituto Federal Fluminense

3.1. INTRODUÇÃO

Um dos primeiros atos dos portugueses que chegaram ao Brasil em 1500 foi abater uma árvore para montar a cruz da primeira missa. Nesse gesto premonitório, fez-se a primeira vítima da ocupação europeia da Mata Atlântica, que cobria boa parte do território brasileiro. Nos cinco séculos que se seguiram, cada novo ciclo econômico de desenvolvimento do país significou mais um passo na destruição de uma floresta que outrora ocupou cerca de um milhão de quilômetros quadrados e, hoje, está reduzida a menos de 10% de sua área original (DEAN, 1996).

O Brasil é o principal país entre aqueles detentores de megadiversidade, possuindo entre 15 e 20% do número total de espécies da Terra (MMA, 2000).

Historicamente, o homem sempre desejou manter para si ou para seus descendentes certas áreas fornecedoras de recursos naturais. Há notícias de que alguns de nossos antepassados guardavam para si próprios determinados trechos de seus domínios principalmente como reservas de caças e preservação de recursos hídricos.

No contexto da conservação, McCormick (1992 *apud* BRITO, 2003) considera que o divisor de águas em relação às preocupações com o ambientalismo global, está em Estocolmo. Nessa cidade sueca, realizou-se em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Na Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, discutiu-se, entre outras coisas, os resultados do relatório preparado pelo Clube de Roma intitulado *Limites do Crescimento*. Este relatório chamava a atenção para o crescente consumo mundial de recursos naturais e suas potenciais consequências. Desta forma, das discussões provenientes desta pesquisa apresentada na Conferência de Estocolmo uma das consequências foi o documento *Declaração sobre o Meio Ambiente*, que expressava uma consciência ambiental com maior consistência. Esse documento objetivava chamar a atenção do mundo para a crise ambiental associada aos padrões de consumo vigentes, tornando-se assim um marco histórico para a política ambiental internacional, influenciando vários países a desenvolverem mecanismos e diretrizes de gerenciamento e controle ambiental.

A partir desse panorama, reforça-se a prática de criação de áreas legalmente protegidas como um dos instrumentos de política e gerenciamento do meio ambiente. Porém, segundo Diegues (2002), as bases teóricas e legais para se conservar grandes áreas naturais foram definidas na segunda metade do século XIX, como marco o ano de 1872, quando foi

estabelecido o Parque Nacional de Yellowstone na região nordeste de Wyoming, nos Estados Unidos. A criação deste parque tinha como principal objetivo a preservação das paisagens naturais, devido ao seu valor cênico e da possibilidade de uso pelas gerações de então e as futuras.

Em seu trabalho, Dias (2003) cita que com o passar dos anos, outros países foram aderindo a essa política conservacionista e novas áreas protegidas passaram a ser criadas em todo o mundo, considerando-se apenas o critério de “belezas cênicas”. Em 1898, foi criado na África do Sul o Krüger National Park, e em 1914 a Suíça criou o seu primeiro parque. No Canadá, a primeira área protegida foi criada a partir de 1885; seguiram-se Nova Zelândia (1894), Austrália e México (1898), Argentina (1903) e Chile (1926). Embora tenha prevalecido em geral o critério de beleza cênica, tais iniciativas tornaram a criação de áreas naturais protegidas, uma das primeiras e mais importantes políticas ambientais implementadas pela maioria dos países no mundo contemporâneo.

No Brasil, o estabelecimento de áreas protegidas apenas foi efetivado parcialmente em 1896 com a criação do Parque Estadual de São Paulo. Só em 1937 foi criado o primeiro Parque Nacional, o Parque Nacional de Itatiaia (LEAL, 2004).

Vale ressaltar que, até a década de 70, nenhuma política de inclusão da sociedade no processo de criação e gestão das áreas protegidas no Brasil havia sido implementada (DIAS, 2003).

Somente no ano de 2000, após um período de tramitação de aproximadamente oito anos no Congresso Nacional, o projeto de lei, instituindo a Lei do SNUC – Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, posteriormente regulamentada pelo Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, foi aprovado. Esta Lei trouxe diretrizes e normas visando à modernização da gestão e do manejo das áreas protegidas no Brasil representando um avanço na política ambiental brasileira.

Um dos grandes avanços da implantação do atual Sistema de Unidade de Conservação refere-se à participação social no processo de criação e gestão das UCs. Entretanto algumas questões ainda devem ser trabalhadas, no que tange o modo de como viabilizar a participação das comunidades tradicionais e locais, bem como de entidades civis interessadas, de forma equilibrada, nessa política.

Essa participação dos indivíduos direta ou indiretamente vinculados com o processo de gestão das UCs, com vistas a torná-los parceiros tem como consequência, uma tendência de menor controle do Estado sobre essas áreas e a consolidação de uma nova definição de papéis dos atores sociais, com maior comprometimento dos mesmos nos resultados a serem alcançados.

Está bem claro que hoje as UCs mais bem geridas são aquelas que dispõem de uma participação mais efetiva da comunidade local e que buscam apoio financeiro de organismos internacionais e de outras instituições nos seus processos de gestão (PÁDUA, 2002).

A avaliação da eficácia da gestão de unidades de conservação é uma ferramenta importante para a identificação da situação atual de uma UC ou do sistema como um todo. Hoje, um tema constante e bem relevante nas estratégias de estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas que seja ecologicamente representativo e efetivamente manejado, (ARAÚJO, 2009).

Segundo Faria, 2004, estudos sobre UCs levantam os problemas e questionam a gestão propondo programas ou modelos de avaliação de eficácia. Essas propostas são parte de um esforço na busca de alternativas para fazerem as UCs responderem mais efetivamente pelos seus objetivos.

3.2. OBJETIVOS

O objetivo geral desse trabalho é examinar, sob o enfoque participativo, a gestão da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba - EEEG, a partir da percepção dos membros do seu conselho gestor.

Com relação aos objetivos específicos, busca-se: (i) e avaliar a qualidade (efetividade) da gestão participativa nessa unidade, tendo como referência a utilização de mecanismos de governança participativa em sua administração; (ii) evidenciar os conflitos existentes nessa UC; (iii) e caracterizar o quadro atual da EEEG e do seu entorno no que diz respeito aos seus aspectos ambientais e socioeconômicos.

3.3. REVISÃO DE LITERATURA

3.3.1. Caracterização da área de estudo

3.3.1.1 Histórico de criação da EEEG

Quando os colonizadores portugueses chegaram à região, esta era habitada principalmente por índios Tamoios e Goitacás, conhecedores de seu território e temíveis guerreiros, entre outros povos indígenas integrantes do tronco macro-gê. Devido a isso, a região permaneceu inalterada, com sua natureza preservada, por muitos anos. Somente a partir do Século XVII, após os índios serem abrandados pelo doutrinamento dos jesuítas, é que a região passou a ser colonizada (LAMEGO, 1913, 1945; SOFIATTI, 2005).

A ideia de criar uma unidade de conservação para a proteção da então chamada Mata do Carvão aconteceu na reunião do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, ocorrida na cidade de Atibaia, São Paulo em 1999. (INEA, 2010).

A região da Mata do Carvão tinha sido drasticamente reduzida e isolada no meio de culturas agropecuárias, que a rodeavam totalmente. O motivo da inclusão daquela área era para cuidar daquele patrimônio que remanesceu, mesmo não existindo um conhecimento de fauna e flora.

Um conjunto de esforços, tanto da comunidade científica brasileira, por causa da inclusão no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, mas também a comunidade internacional ativou um movimento muito grande dentro do IEF/RJ, o que permitiu começar a preparar, sistematicamente, o ato de criação da estação ecológica, cujo nome escolhido foi o de Guaxindiba. Desta forma, em dezembro de 2002, foi assinado o decreto de criação da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba (INEA, 2010).

Guaxindiba é uma denominação indígena originária do Tupi que quer dizer “vassouras em abundância”, referindo-se a região por possuir extensos campos com a herbácea do gênero *Sida* sp. (vassoura). Utilizada pelos indígenas na varrição e como remédio para o combate de diversos males, acabou por dar origem ao rio de mesmo nome.

A EEEG anteriormente era denominada de “Mata do Carvão”, por ter sido usada secularmente na produção de carvão com árvores retiradas de seu interior. Constitui o último

remanescente significativo de Floresta Estacional Semidecidual de Tabuleiro no estado do Rio de Janeiro. O remanescente de cerca de 1.000 hectares está situado inteiramente no município de São Francisco de Itabapoana, no Norte Fluminense, entre os córregos de Cobiça e Floresta, afluentes do rio Guaxindiba.

3.3.1.2 Aspectos ambientais e socioeconômicos da EEEG e do seu entorno

A EEEG encontra-se integralmente inserida no município de São Francisco de Itabapoana, em área de baixada litorânea. A hidrografia local é composta por inúmeras áreas de brejos e alguns rios, sendo principal o rio Guaxindiba. Em seu entorno encontramos alguns núcleos urbanos, destacando-se a sede do município.

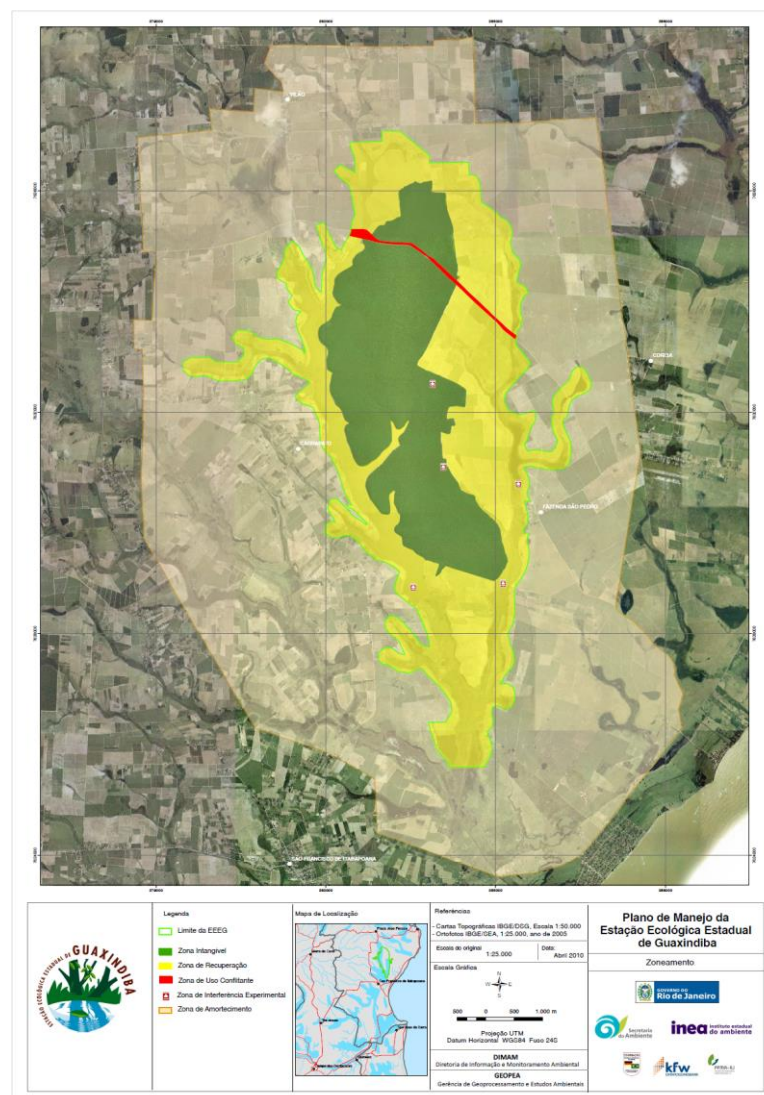


FIGURA 1 – Mapa ilustrando os limites da EEEG, sua zona de amortecimento e área de vegetação nativa (Fonte: Inea)

Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba		
Decreto de Criação: Decreto Estadual nº 32.576, de 30 de dezembro de 2002, conforme o publicado no DOE-RJ em 31/12/2002.		
Objetivos da UC: i. Preservação da natureza; ii. Realização de pesquisas científicas; iii. Visitação pública com propósitos educacionais.		
Município Abrangido: São Francisco de Itabapoana, RJ		
Situação Fundiária: A Unidade tem 100% de seu território inserido em propriedades particulares. O INEA já iniciou os procedimentos para regularização fundiária. Já foram realizados levantamentos de quantificação e identificação, além de algumas desapropriações.		
Superfície: 3.260 ha (32,6 Km ²)	Perímetro: 49.500 m	Altitude: 25 m
Coordenadas Geográficas: A EEEG encontra-se inserida geograficamente nas coordenadas UTM (WGS 1984, 24K): - canto superior esquerdo: 279.610, 7.636.956 - canto inferior direito: 286.845, 7.625.474		
Solos dominantes: Latossolos e Argissolos Amarelos; Gleissolos Háplicos, Melânicos e Sálidos e Neossolos Flúvicos; Neossolos e Espodossolos; e Argissolos Vermelho-Amarelos e Latossolos Vermelho-Amarelos.		
Clima: Quente e úmido, sem inverno pronunciado, com influência marinha e estação chuvosa no verão.		
Vegetação: Floresta de Tabuleiro – Espécies representativas: <i>Paratecoma peroba</i> (peroba-branca), <i>Metrodorea nigra</i> , <i>Pseudopiptadenia contorta</i> (anjico-rajado), <i>Anadenanthera colubrina</i> (angicos).		
Fauna: Espécies típicas de florestas costeiras com exceção de animais que necessitam de grandes áreas para sua sobrevivência. Espécies presentes e representativas: <i>Amazona rhodocorytha</i> (chauá), <i>Alouatta guariba</i> (bugio), <i>Pipra rubrocapilla</i> (cabeça-encarnada), <i>Xipholaena atropurpurea</i> (escarradeira), <i>Crypturellus soui</i> (sururina), <i>Epicrates cenchria hygrophilus</i> (jiboia-arco-íris).		
Relevância: (1) Um dos últimos remanescentes de Floresta de Tabuleiro da Região Sudeste, com a presença de cerca de 10 espécies listadas como ameaçadas de extinção. (2) Pertence à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA).		
Bioma: Mata Atlântica.		
Formação Florestal: Floresta Estacional Semidecidual.		

FIGURA 2 – Resumo de informações da EEEG.

No que tange aos aspectos ambientais, a cobertura vegetal encontrada na Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba representa um dos últimos fragmentos da chamada “Floresta de Tabuleiros” (RUSCHI, 1950 *In*: SILVA & NASCIMENTO, 2001; RIZZINI, 1979), que outrora ocupava a porção norte do estado do Rio de Janeiro e a região sul da Bahia.

Apesar da retirada intensiva de madeira nas últimas décadas, apresenta ainda espécies consideradas nobres devido ao seu valor comercial como a peroba-de-campos (*Paratecoma peroba*), peroba amarela (*Aspidosperma polyneurum*), canela (*Tabebuia* sp.), copaíba (*Copaifera lucens*) e jequitibá (*Cariniana legalis*).

As matas sobre os tabuleiros distinguem-se das outras formações de Mata Atlântica, *lato sensu*, por ocuparem uma extensa área de planície ou tabuleiro costeiro, de origem terciária, com suas espécies distribuídas ao longo de um gradiente climático (sentido litoral-interior). Nessas matas, as espécies que ocorrem próximo do litoral, em geral, diferem daquelas que ocorrem no interior do continente, próximo às encostas das serras, enquanto nas demais formações que abrangem as matas serranas e suas encostas as espécies se distribuem em um gradiente climático/topográfico (RIZZINI 1979, MORENO *et al.* 1998). Outro aspecto que as tornam diferentes da Mata Atlântica de encosta (Floresta Ombrófila Densa), é o fato de o interior da mata sobre os tabuleiros terciários, em geral, apresentar pouca vegetação rasteira e ocorrência de espécies epífitas (RUSCHI, 1950 *in*: SILVA & NASCIMENTO, 2001). A esclerofilia, típica das matas de tabuleiro, é outra característica diferencial (RIZZINI, 1979).

Quanto aos recursos hídricos, a região da EEEG é composta por três bacias hidrográficas, a saber: Bacia do Rio Guaxindiba, Bacia do Córrego Baixa do Arroz e Bacia do Buena. Onde o maciço florestal presente no interior da UC, de cerca de mil hectares, está localizado entre os brejos da Cobiça e da Floresta, conformando uma área brejosa de 764 ha presente na EEEG. Estes brejos são de água doce e pouco preservados. Unem-se ao sul do remanescente florestal para formar o Brejo do Espiador, que deságua no retificado rio Guaxindiba. Este teve seu curso semiabandonado após a construção do Canal de Guaxindiba pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS, na década de 1970, ligando o Brejo do Espiador ao Canal Engenheiro Antônio Resende, canal que interliga a Lagoa do Campelo ao Oceano Atlântico, aproveitando a foz do pequeno rio Guaxindiba. O sistema integrado destes cursos d’água se inicia com a construção do Canal do Vigário, aduzindo água do rio Paraíba do Sul para a Lagoa do Campelo, e desta para o mar através do

Canal Engº. Antônio Resende. Este sistema promoveu a redução do volume de acumulação das áreas alagadas da região (INEA, 2010).

A EEEG possui três grandes brejos, sendo que um, o Brejo do Espiador, formado pela junção do Brejo da Floresta e Brejo da Cobiça na porção sul da EEEG, possui um forte processo de erosão devido à intensa atividade pecuária desenvolvida na sua várzea, além de receber toda a erosão proveniente dos outros dois brejos.

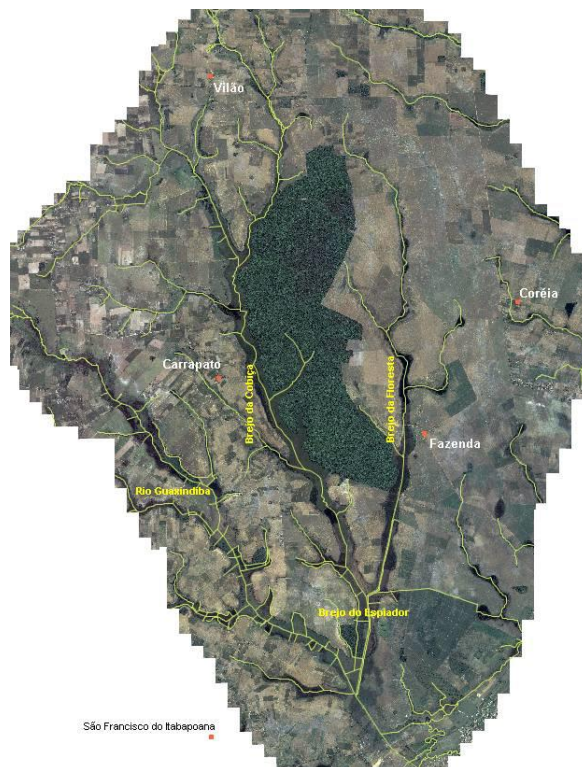


FIGURA 3 – Hidrografia na EEEG e no seu entorno (Fonte: Inea)

No que tange os aspectos socioeconômicos, foram identificadas no entorno da EEEG algumas localidades que direta ou indiretamente influenciam ou sofrem influências desta proximidade: Vilão, Carrapato, Coréia e moradores da Fazenda São Pedro.

Na porção Leste está localizada uma das maiores propriedades da região, a Fazenda São Pedro de Alcântara. Devido à atividade pecuária desenvolvida nessa parte da Unidade, o Brejo da Floresta, que também está situado nesta porção, encontra-se em processo de eutrofização. Outra atividade existente nessa área é a monocultura de cana-de-açúcar. Além

disso, o sistema hídrico foi drasticamente afetado por intervenções, como a construção de aterros para passagens de veículos. Para minimizar problemas relacionados ao escoamento de água, foram colocadas algumas manilhas em determinadas áreas, porém estas, muitas vezes, não foram dimensionadas de forma correta, podendo ocorrer um represamento a jusante (INEA, 2010).

Na face oeste da EEEG, encontram-se dois núcleos de urbanização pela presença das comunidades do Vilão e Carrapato ou Nova Belém, o que evidencia a atividade antrópica nesta área em comparação com a parte leste da UC. O Brejo da Cobiça, localizado na face oeste da EEEG, também foi bem antropizado pelas intervenções relacionadas à passagem de veículos e sistemas de drenagens do terreno, porém diferentemente do brejo da Floresta. Taboas e aguapés se desenvolvem nesses ambientes, alterando substancialmente as funções ecológicas dos sistemas dulcícolas.

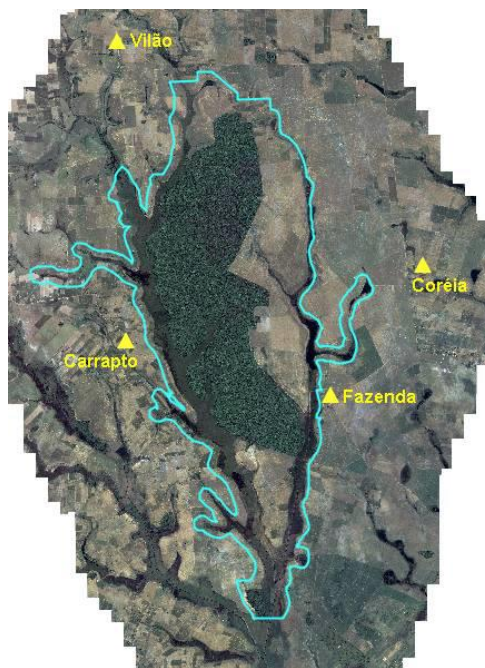


FIGURA 4 – Localidades no entorno da EEEG (Fonte: Inea)

A comunidade do Carrapato é uma localidade que apresenta pequena atividade comercial e possui em torno de 200 unidades residenciais as quais, em sua maior parte, possuem deficiência quanto ao saneamento e à captação de água, pois os sumidouros são construídos de forma precária e próximos as casas. Algumas residências são muito próximas ao brejo onde trilhas foram construídas objetivando o acesso à mata e ao acesso de veículos.

Nessa localidade foi identificado que muitos utilizam esses acessos para realizar a caça de animais silvestres, entre eles a capivara (INEA, 2010).

Uma das principais atividades desenvolvidas pela comunidade, além do trabalho na lavoura canavieira, é a plantação de abacaxi e mandioca, em que utiliza-se grande quantidade de defensivos químicos e fertilizantes cujas embalagens são muitas vezes depositadas perto do brejo. A comunidade do Vilão, situada ao norte da EEEG, possui coleta de lixo durante 2 dias na semana sendo realizada pela prefeitura, porém seus habitantes têm como hábito a queima de lixo. O esgoto é lançado em sumidouros. Diferentemente da comunidade do Carrapato, o Vilão não tem como hábito ter horta nas casas ou outra atividade agrícola que não seja a cana-de-açúcar (INEA, 2010).

Segundo levantamento realizado para elaboração do Plano de Manejo da Estação, a visão da população sobre a estação ainda é muito limitada, desde o total desconhecimento das diversas categorias de ocupação e monitoramento da mata até o andamento dos trâmites administrativos, legais e políticos da EEEG. A população reclama dos muitos grupos de “estudiosos” que aparecem nas localidades, fazem perguntas, mas que nunca dão retorno das conclusões ou relatórios dessas visitas.

Ainda segundo o Diagnóstico realizado para elaboração do Plano de Manejo, não foram identificadas, nas comunidades visitadas, grupos de interesse ou sociais que tenham como foco específico a questão da mata de Guaxindiba. O grupo de interesse social mais relevante identificado foi a Associação de Moradores e Produtores Agrícolas do Carrapato (AMPROAC), que atua mais nas questões de geração de renda de seus associados e desenvolve projetos em parceria com a Petrobras, SEBRAE e EMATER, voltados para a capacitação e a pesquisa de formas de produção e comercialização de produtos rurais.

Embora o município, e em particular essas comunidades, tenham um baixo índice de escolaridade na população adulta, é possível que, a partir da escola, se possa fazer um trabalho de conscientização, utilizando-se de crianças e adolescentes como multiplicadores de uma consciência ambiental sustentável.

3.3.1.3 Principais conflitos relacionados à EEEG

Supressão seletiva de vegetação

A retirada de madeiras nobres foi observada em todas as áreas amostradas da Estação na época de sua criação. Ainda é possível observar toras cortadas, assim como a presença de carregadores para facilitar a retirada. Entretanto hoje alguns desses carregadores são utilizados como trilhas para educação ambiental e fiscalização.



FIGURA 5 – Trilha aberta para carreamento de madeira extraída ilegalmente.

Em 2008, foram apreendidos na EEEG pela fiscalização 588 sacos de carvão, 127 m³ de lenha. Na atualidade, a espécie vegetal de maior valor, e que conseqüentemente tem sua população ameaçada, é a *Paratecoma peroba*. Entretanto, segundo a EEEG, não mais é observada essa atividade no interior da UC devido às constantes fiscalizações.

Agropecuária

Áreas nos limites e dentro da EEEG possuem utilização agropecuária. Na parte setentrional do limite leste as áreas estão cobertas pela cultura de cana-de-açúcar. Em direção ao sul e ao norte a utilização passa a ser pecuária. A oeste da UC estão áreas de agricultura, especialmente abacaxi e mandioca.



FIGURA 6 – Área de pastagem em primeiro plano e cultura de cana-de-açúcar ao fundo.

Gado

Os limites da EEEG não estão cercados e são livremente utilizados pelo gado, especialmente em seu extremo norte, extremo sul e porção sudeste. O gado pasta livremente utilizando-se dos acessos abertos. Essa ação leva a perda das plântulas emergentes e o aumento da incidência de luz, propiciando condições para ocorrência de espécies invasoras.



FIGURA 7 – Área da EEEG impactada pelo acesso de bovinos.

Fogo

A ocorrência de fogo é comprovada durante o período de colheita da cana-de-açúcar que vai de maio a setembro. Devido à falta de aceiro e controle do fogo, este, constantemente,

atinge áreas florestadas. Entretanto trabalhos são desenvolvidos constantemente para inibir esta pratica no entrono da UC. Como por exemplo, todos os proprietários do entrono já foram comunicados da proibição desta prática. Entretanto ainda ocorrem pontualmente alguns incidentes, podendo citar no ano de 2011 onde, decorrente de um foco de incêndio no entorno da EEEG com início no Brejo da Cobiça o mesmo sem controle abrangeu uma área de aproximadamente 4.000 metros lineares da EEEG e, somente após 09 dias pôde ser controlado e extinto.



FIGURA 8 – Área no Brejo da Cobiça danificada pela prática de queimada.

Caça

Foram observados indícios de caça como cevas, jiraus e armadilhas ao longo de todas as trilhas. Nos arredores, é comum a pratica de caça de passeriformes canoros com alçapão. Em diversas ocasiões, tem sido feita a apreensão de apetrechos de caça (gaiolas e alçapões), bem como pássaros de várias espécies. Entre os animais, pode-se dizer que a busca se dá por vertebrados diversos, com destaque para as capivaras e lagartos.

Fragmentação

A Estrada da Cobiça e a linha de transmissão que fragmentam o setor norte da Unidade continuam em operação separando populações e diminuindo a área de uso de

espécies sensíveis à borda florestal. Ocasionalmente são observados animais atropelados na via entre os quais diversas espécies de anfíbios. A manutenção da rede elétrica demanda podas e roçadas frequentes da vegetação, impactando a área e aumentando o espaço entre os dois fragmentos florestais.



FIGURAS 9 e 10 – Linha de transmissão e a estrada da Cobiça.

3.3.2 Governança participativa em Unidades de Conservação

É possível afirmar que são avanços práticos ocorridos no Brasil nos últimos anos a participação da comunidade, lideranças locais e outros atores no planejamento e gestão das UCs. Um fato que a médio e longo prazo verterá benefícios para ambas as partes, o social e o ambiental.

Hoje, após quase uma década de discussões sobre o SNUC até a sua aprovação em 2000, pode-se observar que ocorreram importantes avanços no campo da gestão participativa em UCs, processo com o qual se pretende primordialmente: legitimar o avanço democrático que representam tais espaços públicos no âmbito das políticas de conservação e proteção; compartilhar responsabilidades na proteção da UC, otimizando recursos e aprimorando ações; estabelecer relações entre a UC e o seu entorno, buscando integrar questões, ampliar a compreensão da realidade e resolver problemas de forma mais efetiva; valorizar a cultura local e os modos alternativos e sustentáveis de organização e produção; garantir o diálogo com os agentes sociais envolvidos com a gestão e o acesso deles às informações estratégicas; garantir o diálogo com aqueles que são afetados pela criação da UC, seja por passarem a obedecer a normas específicas à categoria escolhida, seja por serem colocados em situação de

ilegalidade com a criação de Unidades de Conservação de proteção integral, em locais anteriormente habitados.

A inserção da participação social na gestão de políticas públicas é algo recente. Segundo Machado, Miranda e Pinheiro (2004), esse fato pode ser compreendido, basicamente, por dois movimentos que ocorreram simultaneamente, um deles é a redefinição do papel do Estado e o outro é a democratização da sociedade.

Desta forma, não é sem motivo que o SNUC visa à participação social. Esta é fundada no *caput* do art. 225 da Constituição Federal, que impõe à coletividade e ao Poder Público o dever de zelar pelo equilíbrio ecológico do planeta, além de constituir um dos princípios fundamentais do Direito Ambiental. Ainda, e mais recente, o Decreto n. 5.758/2006 que Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, determina a participação social como princípio, diretriz, eixo temático e estratégia.

Segundo Milaré (2007), essa participação quando exercida de forma efetiva e não figurativa, acaba impondo o constante diálogo entre o Estado e a sociedade e entre os diversos segmentos sociais, nos processos decisórios e na formulação e execução das políticas públicas voltadas à conservação e à preservação dos recursos naturais.

Ainda, segundo Crespo & Drummond (2000), existe um consenso internacional de que a gestão coordenada e participativa é uma estratégia de sucesso na eficiência da gerência de UCs. Onde não há dúvida de que este caminho foi mais valorizado após a regulamentação do SNUC.

Como da mesma forma Loureiro e Cunha (2008, p. 244) também corroboram com este argumento e ainda acrescentam que:

(...) nas discussões relativas a espaços públicos de gestão e participação, é essencial a ideia de que a mobilização social e os tipos de representação devem buscar um novo modo de relacionar Estado e Sociedade Civil, para que haja um novo modo de governar com a presença de agentes não estatais nos órgãos públicos, exercendo o denominado controle social. É aí que se inserem as discussões afetas à gestão participativa em UCs (...).

Entretanto, para a consolidação dessa participação, é necessária a adoção de estratégias que possibilitem às populações locais adquirir novos comportamentos e atitudes frente aos problemas complexos do meio ambiente, bem como estímulos para participar ativa e

responsavelmente como cidadãos. Uma das estratégias a serem adotadas é a da educação ambiental, que permite uma melhor compreensão do meio ambiente e da sua interdependência com os demais elementos que o compõem. Visto que também é um processo participativo, uma vez que os seus objetivos se alcançam por meio da ação integrada de todos os atores envolvidos, sociedade e poder público, que juntos deverão identificar problemas e buscar alternativas, para que se estabeleça uma gestão compartilhada (SOUTO, 2003).

Segundo Brito (2003), o processo de gestão participativa deve ser precedido por um planejamento participativo, que deverá analisar os aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos, trabalhando valores, expectativas e perspectivas da comunidade. Este planejamento tem como objetivo estimular a participação das populações envolvidas com a UC, defendendo a idéia de que somente haverá proteção efetiva da biodiversidade quando forem desenvolvidos e implementados processos de gestão compartilhados, que devem ocorrer sob a forma de trabalhos conjuntos entre os responsáveis pelo gerenciamento das unidades e os grupos da sociedade.

Desta forma, um instrumento mediador na relação entre sociedade e o Estado para atingir uma gestão participativa são os conselhos gestores. Esses conselhos, ao reunirem os atores governamentais e os representantes da sociedade civil, são espaços fundamentais de negociação e participação dos atores locais e de construção das instâncias de governança para os processos de tomada de decisão. A legislação brasileira consagra os conselhos gestores como o espaço oficial de participação da sociedade na gestão das unidades de conservação.

Eles tem como uma das suas finalidade auxiliar o processo de gestão desses espaços, incorporando a representação de diferentes setores e segmentos da sociedade. As suas principais competências, conforme o Decreto nº 4340/02, são a elaboração, implementação e revisão dos planos de manejo; integrar a UC com outros espaços protegidos e com o seu entorno; auxiliar na compatibilização dos interesses diversos dos diferentes segmentos sociais; avaliar orçamentos e contratos; manifestar-se sobre obra ou atividade causadora de impacto; e potencializar a ação política, dando sentido de permanência às atividades que visam a sustentabilidade da unidade.

Porém, é preciso reconhecer que, na prática, são observados alguns problemas quanto à melhor forma de operacionalização dos conselhos, visto seu pouco tempo de existência. Também é importante lembrar o histórico de conflitos e de ausência de estratégias de diálogo entre órgãos ambientais e agentes sociais populares envolvidos em áreas protegidas, o que gera uma desconfiança mútua a reversão desse cenário centralizador de gestão ambiental

dominante no país. O fato de muitas UCs terem sido criadas de cima para baixo, sem participação social em sua definição, dificulta o sentido de pertencimento que auxiliaria na criação de um espaço de tomada de decisões, onde seria necessária a confiança na obediência das normas estabelecidas e acordadas em grupo.

Desta forma, é fundamental que seja priorizada, por parte do governo e dos grupos sociais envolvidos com a questão ambiental, a formação de conselhos nas UCs, sob princípios compatíveis de perspectiva participativa e democrática de gestão e com uma visão integradora, testando-se e aprimorando-se metodologias capazes de viabilizar tais espaços públicos em todas as UCs do território nacional.

Segundo o documento Gestão Participativa do SNUC (MMA, 2004):

As atividades para criação desses colegiados têm geralmente se constituído em processos restritos a poucas entidades, sendo comum que os convites para participação sejam direcionados prioritariamente a órgãos públicos e ONGs ambientalistas, cabendo a participação de outras organizações sociais apenas à imposição legal de paridade entre representantes de entidades públicas e da sociedade civil. Mesmo assim, nota-se a tendência para se convidar entidades que representem os interesses empresariais e de segmentos urbanos, em detrimento das formas de organização de moradores e dos produtores mais diretamente relacionados à unidade de conservação.

3.3.3. Efetividade no processo de gestão de Unidades de Conservação

Hockings e Phillips (1999) definem efetividade (*management effectiveness*) como o “uso dos recursos materiais e humanos de forma eficiente e ordenada nas bases planejadas direcionadas a atingir os objetivos da gestão”.

Já com relação aos conceitos aplicados à Unidades de Conservação, é possível afirmar que a efetividade é avaliar a relação da eficácia e eficiência no uso dos recursos organizacionais para atingir os objetivos da gestão. Sendo que eficácia é a medida para avaliar se as ações alcançaram os objetivos, e, a eficiência é a medida para avaliar se essas ações foram feitas com menores custos, recursos e riscos (CIFUENTES, IZURIETA E FARIA, 2000; HOCKINGS E PHILLIPS, 1999).

Hintze (2003) diferencia Eficiência de Eficácia esclarecendo que a Eficiência está relacionada à intensidade de aplicação dos recursos. O gestor é eficiente quando aplica valores iguais ou menores àqueles orçados. Tendo o critério financeiro como referência de eficiência. Já a Eficácia estaria relacionada aos produtos ou serviços disponibilizados, tendo sempre como base de comparação as metas originariamente planejadas.

A Comissão Europeia (European Commission, 1999), na tentativa de padronizar os conceitos de Eficiência e Efetividade no âmbito de seus projetos, estabeleceu que a Efetividade avalia em que medida os objetivos pretendidos foram alcançados tanto em relação aos resultados (ou seja, as alterações no comportamento dos agentes sócios econômicos) e/ou impactos (sobre o estado do ambiente biofísico), e a Eficiência avalia se esses objetivos foram alcançados com o menor custo.

A avaliação da eficácia da gestão de unidades de conservação é uma ferramenta importante para a identificação da situação atual da UC e/ou do sistema como um todo. Sendo um tema constante nas estratégias de estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas que seja ecologicamente representativo e efetivamente manejado (ARAÚJO, 2009).

Métodos de avaliação de gestão vêm despertando grande interesse em vários países do mundo e têm como característica principal identificar a distância entre a gestão desejada e a realidade atual. As informações decorrentes dos métodos de avaliação podem orientar o órgão gestor da UC na tomada de decisão quanto a alocação mais eficiente de recursos financeiros e de pessoal, na priorização dos processos intrínsecos à gestão da UC, como pesquisa e monitoramento. Pode também contribuir para identificar lacunas de capacidade técnica, traçar diretrizes de fortalecimento institucional, além de ser utilizada como um meio para negociação de apoio técnico, financeiro e político (HOCKINGS et al., 2006).

O projeto Parque em Perigo, desenvolvido pela *The Nature Conservancy* (TNC), em 1992, talvez tenha sido a primeira tentativa prática de maior vulto para se avaliar a situação de unidades de conservação utilizando rotinas estruturadas especificamente para isso (Faria, 2004).

Posteriormente, Faria (1993) apresentou uma metodologia destinada a avaliar a efetividade (eficácia) de manejo de UCs, utilizando uma série de indicadores agrupados: administrativo, político, legal, planejamento, conhecimentos, etc. (FARIA, 2004).

Tendo sido essa metodologia a ser utilizada em vários países da América Latina, com maiores ou menores ajustes e inclusão de novos indicadores. Segundo Faria (2004), na Costa Rica, Izurieta (1997) concluiu que o procedimento poderia adequar-se a qualquer tipo de categoria de manejo, desde que os indicadores fossem revistos e adequados às condições de cada área ou sistema analisado.

Considerando a metodologia de Faria (1993), e seu desenvolvimento progressivo, Cifuentes, Izurieta e Faria (2000), produziram o manual *Medición de la Efectividad del Manejo de Areas Protegidas*, apresentando uma diversidade de indicadores agrupados em diferentes âmbitos da gestão (FARIA, 2004). Essa metodologia foi considerada a mais detalhada e sofisticada dos procedimentos que utilizam indicadores e *scores* (HOCKINGS et al, 2000) e provavelmente a mais amplamente utilizada.

No Brasil, podemos citar alguns exemplos que vêm sendo desenvolvidos para a avaliação da gestão de unidades de conservação por meio de instrumentos, tais como a Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação - RAPPAM (IBAMA, 2007), o *Tracking Tool* (HIGGINS-ZOGIB e MACKINNON, 2006), e o já citado instrumento de *Medición de la Efectividad del Manejo de Áreas Protegidas* (CIFUENTES ET AL, 2000; FARIA, 2004).

Conforme Silva (2012), alguns outros instrumentos contribuem para a sistematização de informações de UCs e funcionam como ferramentas auxiliares: o Sistema de Informações das Unidades de Conservação (SIUC), o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e o recente Observatório de Unidades de UCs (WWF-Brasil), são alguns exemplos.

Desta forma, a avaliação da qualidade da gestão é uma importante ferramenta para otimizar os recursos financeiros nas unidades de conservação, considerando o alto custo de implementação e gestão de UCs. Lima et al., (2005) afirmam que a falta de eficácia de gestão das UCs é um dos fatores que contribui para a deficiência na conservação da biodiversidade, juntamente com o estado de degradação dos ecossistemas protegidos promovido pela expansão agrícola e pelo manejo inadequado dessas áreas.

Já Araújo (2007) afirma que no Brasil a baixa eficácia da gestão é, em boa parte, explicada por problemas relacionados à cultura organizacional, isto é, a falta de orientação para resultados e a baixa valorização e reconhecimento dos servidores gera forte desmotivação, conflitos entre membros das equipes, baixa pró-atividade e falta de inovação.

3.4. MATERIAL E MÉTODO

Por meio de uma revisão teórica para a gestão de espaços protegidos, principalmente no que tange à gestão participativa no processo de governança, busca-se descrever o estágio atual da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba - EEEG, com foco nos aspectos vinculados às suas questões ambientais, político-institucionais, administrativas, fundiárias e das relações mantidas com as populações locais.

Assim, será analisada a forma como vem sendo desenvolvida a gestão da EEEG. Desta forma será realizada uma análise histórica da criação dessa unidade, evidenciando os conflitos ambientais e socioeconômicos incorporados à sua rotina, chegando, finalmente, a uma valoração da gestão participativa desse espaço protegido. Para essa finalidade, será utilizado um procedimento metodológico adaptado de uma técnica denominada *Medición de la efectividad del Manejo de Areas Protegidas*, desenvolvida por Cifuentes, Izurieta e De Faria (2000).

Para auxiliar na pesquisa foram analisados documentos oficiais produzidos por entidades das diversas esferas de governo, técnicas de observação participante, bem como utilizados instrumentos específicos para a coleta de informações diretas, como o questionário e entrevista, aplicados aos membros do conselho gestor bem como ao gestor da UC, respectivamente. Justificamos a escolha desses atores em função do Conselho Gestor ser a principal instância de governança participativa prevista para as unidades de conservação.

Uma primeira fase envolveu consultas a publicações especializadas, textos acadêmicos e documentos produzidos por instituições oficiais. Foram consultados ainda documentos relativos aos processos de criação e gestão da unidade. As atas das reuniões do conselho gestor, seu regimento interno, plano de manejo e o decreto de criação também foram objetos de consulta.

Para esta pesquisa, que enfoca a gestão participativa em unidades de conservação, buscou-se apoio nas teorias de governança. Como os princípios da boa governança para áreas protegidas, recomendados pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD. Ele indica oito princípios: estado de direito; responsabilidade; orientação por consenso; participação de múltiplos atores; igualdade e inclusividade; transparência; abertura à auditoria; e efetividade e eficiência. Esses critérios foram construídos sobre consensos

internacionais, expressos nas declarações e princípios acordados nas Nações Unidas e em vários documentos produzidos pelo PNUD.

Para fins deste estudo, princípios acima mencionados foram sintetizados em apenas cinco — legitimidade e participação de múltiplos atores; igualdade e inclusividade; responsabilidade e transparência; abertura à auditoria e equidade; e efetividade e eficiência.

Foram utilizadas três técnicas para a coleta de informações: o questionário, a entrevista semiestruturada e a observação participante. A observação participante contribuiu para um melhor diagnóstico do objeto de estudo, por meio da participação em reuniões do conselho gestor.

Desta forma os questionários, a entrevista e a observação participante complementam os dados colhidos na leitura dos documentos coletados, contribuindo para com a análise do objeto estudado.

Como a intenção é avaliar a gestão participativa da EEEG, o questionário utilizado junto aos membros do conselho gestor foi fundamental para com o diagnóstico, o que possibilitou valorar a gestão da unidade de conservação. O modelo estruturado abrange seis âmbitos (gestor da UC, financiamento, avaliação das relações sociais e políticas, avaliação do âmbito legal, avaliação do âmbito planejamento e avaliação do âmbito conhecimento), divididos em 25 questões (variáveis e subvariáveis). Cada uma delas contém cinco alternativas (0, 1, 2, 3 e 4) e tem uma pontuação de 4,0 pontos, perfazendo, portanto, um total de 100 pontos. As 25 questões foram divididas em grupos de cinco, não necessariamente sequenciadas na estrutura do questionário. Cada grupo tem uma relação direta com um dos princípios da governança, descritos anteriormente.

O valor de cada variável e subvariável foi obtido por meio do somatório geral das alternativas assinaladas, dividido pelo número de conselheiros entrevistados.

Essa matriz de avaliação se baseia na construção de cenários de gestão para cada variável ou subvariável relacionada aos princípios estabelecidos e que correspondem a valores específicos, em que a situação com pontuação máxima (4) equivale ao “ótimo de gestão” para aquela variável ou subvariável específica. Dessa forma, o cenário ótimo ou total ótimo corresponde às melhores condições que a UC pode atingir no emprego de mecanismos de governança ambiental. O cenário atual ou total alcançado, por outro lado, corresponde à situação da respectiva unidade no momento da avaliação (FARIA, 2006).

Dessa forma, o ótimo numérico de cada princípio é a soma da pontuação máxima alcançada pelas variáveis e subvariáveis analisadas, ou seja, 20 pontos. O valor atual de cada princípio, portanto, corresponde à soma das pontuações alcançadas pelas suas variáveis e subvariáveis. Para valorar a gestão participativa da EEEG, realizou-se o somatório total alcançado por todas as variáveis e subvariáveis. A escala de qualificação adotada para a avaliação tem cinco níveis (0 a 4), associados a uma ponderação percentual que expressa o grau de gestão participativa, desde insatisfatória a muito satisfatória, conforme quadro abaixo.

Qualificação	% do ótimo	Significado
0	< 35	Gestão insatisfatória A UC tem uma administração altamente centralizada, sem a mínima participação de atores locais desde o seu processo de criação. Não existem gestor nomeado nem instrumentos que auxiliem na gestão (conselho gestor, planos de manejo, plano anual de gestão). Os seus limites não foram demarcados, gerando conflitos fundiários. Inexistem equipamentos de apoio à gestão e a unidade carece dos recursos mínimos necessários e, por isso, não existem garantias para a sua permanência em longo prazo. Os objetivos de conservação não são alcançáveis.
1	36-50	Gestão pouco satisfatória A UC dispõe de alguns recursos e meios indispensáveis para a sua gestão, contudo, abaixo de um nível mínimo aceitável. Existe um gestor nomeado residindo no local, mas ele não envolve os atores locais. A área encontra-se demarcada, porém, os limites não são aceitos pela comunidade, existindo conflitos pela posse da terra. Não foram elaborados instrumentos de gestão e o conselho gestor implantado se reúne raramente. A área tem alta vulnerabilidade e durabilidade duvidosa. Os objetivos de conservação dificilmente serão alcançados.
2	51-75	Gestão medianamente satisfatória A UC dispõe de elementos mínimos necessários para uma gestão participativa, contudo, apresenta deficiências que minam a sua efetividade. Existe um gestor nomeado, residente no local e aceito pela comunidade. Existe um conselho gestor implantado e funcionando, porém, pouco frequentado. Existe uma estrutura de apoio à gestão (sede e equipamentos) que facilita o acesso a UC. Parceiros foram identificados e acordos de cooperação efetivados, existindo recursos financeiros mínimos. Os limites estão definidos e aceitos, contudo, as questões fundiárias ainda não foram totalmente resolvidas. Existe um plano de manejo elaborado ou em fase de elaboração. Algumas normas e regulamentos não são respeitados, gerando conflitos que comprometem o alcance dos objetivos da unidade.

3	76-90	<p>Gestão satisfatória</p> <p>Os fatores e meios que possibilitam a gestão participativa estão sendo atendidos adequadamente. A UC possui um gestor que administra a unidade de forma participativa e compartilhada, com uma estrutura de apoio à gestão (sede e equipamentos) que facilita o acesso dos atores. Existe um conselho gestor atuante e mobilizado. Algumas parcerias e co-gestões foram implementadas e existem recursos financeiros compatíveis. Os limites da UC estão definidos e aceitos e a sua situação fundiária encontra-se praticamente regularizada. Contudo, seu plano de manejo está desatualizado e algumas normas não são respeitadas, gerando pequenos conflitos. As atividades se desenvolvem normalmente e com bons resultados, garantindo que os objetivos de conservação sejam atingidos.</p>
4	91-100	<p>Gestão muito satisfatória</p> <p>A UC adota sistematicamente diversos mecanismos de gestão de forma participativa, descentralizada e transversal. O gestor dispõe de uma equipe técnica qualificada e de infra-estrutura física e equipamentos suficientes para o bom desempenho das funções. O conselho gestor é atuante, os instrumentos de gestão encontram-se atualizados e todas as normas e regulamentos são aplicados e respeitados. A situação fundiária está regularizada e os principais conflitos já foram mitigados. A UC conta com todos os meios para uma gestão eficiente de acordo com as demandas atuais. O cumprimento dos objetivos de conservação está garantido.</p>

FIGURA 11 - Escala de qualificação da gestão participativa da EEEG. Fonte: Adaptado de Cifuentes, Izurieta e De Faria (2000) e Macêdo (2008).

O modelo utilizado neste estudo foi adaptado de uma metodologia utilizada por Cifuentes, Izurieta e De Faria (2000). Por se tratar de um procedimento flexível, permitiu a realização das devidas adaptações para este trabalho, pois o método facilita a inclusão, eliminação ou modificação de indicadores e variáveis, de acordo com as características de cada área protegida.

Também foi usado como referência um trabalho cujo tema foi a efetividade da gestão de áreas protegidas, tendo como referencial teórico a mesma metodologia utilizada neste trabalho. O estudo avaliou a gestão participativa dos parques estaduais da Bahia, produzido por Macêdo (2008).

O modelo de entrevista semiestruturado utilizado teve como objetivo subsidiar uma análise de cunho qualitativo. Composto por 21 questões de temas específicos, relacionados às questões administrativas e operacionais da unidade. A análise qualitativa foi também enriquecida com os resultados obtidos por meio da observação participante, que teve como função complementar a entrevista e o questionário.

Tanto o questionário como o modelo de entrevista foram adaptados de um trabalho que possui a mesma base metodológica que foi produzido por Macêdo (2008) onde o objetivo foi avaliar o grau da gestão participativa nos parques estaduais da Bahia.

3.5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na metodologia e procedimentos apresentados, segue abaixo uma abordagem quantitativa, elencadas pelos princípios supracitados, utilizando o questionário para realizar o diagnóstico das informações colhidas junto aos membros do conselho gestor. Cabe frisar que nem todos os conselheiros responderam ao questionário. Entretanto tentativas não faltaram onde por diversas vezes foi pedido que os mesmos respondessem. Desta forma das 21 instituições que compõe o conselho, somente 9 responderam ao questionário. De qualquer forma, uma amostra significativa quanto a confiabilidade estatística dos resultados apresentados a seguir.

3.5.1 legitimidade e participação

Neste princípio, foram utilizadas as seguintes variáveis: **atitudes pessoais do gestor da unidade**, considerando as atitudes do gestor com relação a suas atribuições, atitudes e posturas diante das comunidades locais; **apoio e participação comunitária**, definida pela existência de uma relação positiva entre a comunidade e a UC; **características do conselho gestor**, em que é analisada a sua formação, representatividade, legitimidade, transparência e funcionamento; **mitigação de conflitos**, que analisa se o envolvimento das comunidades locais na gestão da UC contribuiu para mitigar conflitos e a degradação dos recursos naturais; e **processo de criação**, que analisa se as comunidades e os atores locais foram consultados quanto a delimitação da UC.

Na primeira variável, os conselheiros da EEEG atribuíram um valor 3,6 a este quesito. Consideram que o gestor, no geral, mantém uma postura educada e respeitosa com a comunidade local, com os visitantes e com as organizações parceiras e está sempre atento e responde satisfatoriamente às solicitações.

Quanto a segunda variável, os conselheiros da EEEG deram a pontuação 3,6. Eles informam que existem mecanismos formais de participação comunitária e que o apoio de comunidades vizinhas a UC é inquestionável, havendo um elevado aporte de benefícios e diretos para a comunidade.

A terceira variável recebeu a pontuação 3,3 dos conselheiros da EEEG, indicando que os conselhos foram formados com base em uma relativa mobilização da comunidade, tendo uma boa representatividade e tomando decisões de forma democrática. As informações produzidas geralmente são divulgadas e o conselho tem funcionamento permanente.

Quanto à quarta variável, os conselheiros indicaram a pontuação 3,6. Esta alternativa informa que a participação das comunidades locais na gestão da UC contribuiu para minimizar conflitos existentes. Existiam ameaças à integridade dos recursos naturais da EEEG que foram reduzidas ou eliminadas em função da intervenção direta de atores locais.

A quinta variável recebeu por parte dos conselheiros da EEEG a pontuação 2,7. Onde esse resultado informa que as comunidades e atores locais participaram dos estudos técnicos visando a seleção e delimitação da UC de forma ativa, por meio de questionário e entrevistas realizadas pela equipe responsável pelos trabalhos. Foram realizadas consultas públicas visando dar publicidade ao processo.

Desta forma, para o princípio de Legitimidade e Participação da EEEG recebeu uma pontuação acumulada de 16,8 pontos. Conforme descrito na metodologia, o número máximo de pontos a serem alcançados dentro de cada princípio seria 20 pontos. A tabela abaixo, demonstra as pontuações obtidas.

TABELA 1 – Pontuação da EEEG nos princípios de Legitimidade e Participação

Princípios	Variáveis				
	atitudes pessoais do gestor	apoio e participação comunitária	características do conselho gestor	mitigação de conflitos	processo de criação
Legitimidade e Participação	3,6	3,6	3,3	3,6	2,7

3.5.2 Igualdade e inclusividade

Para analisar este princípio, as seguintes variáveis foram consideradas: **existência e atualização do plano de manejo**, considerando se a unidade tem um plano de manejo e se ele está atualizado; **compatibilidade do plano de manejo**, relacionado a compatibilidade do plano com outros instrumentos regionais, tais como ao zoneamento; **nível de planejamento**, em que se analisa a complexidade do processo de planejamento; **zoneamento**, que trata do instrumento que define o ordenamento territorial da unidade; e **limites**, em que se avalia o reconhecimento dos limites da unidade.

Com relação à primeira variável, os conselheiros da EEEG atribuíram um valor de 3,5. Onde existe um plano de manejo elaborado, de forma participativa, devidamente divulgado e implementado pela administração da UC.

A segunda variável recebeu dos conselheiros da EEEG o valor 3,5, indicando que existe um plano de manejo na unidade e que ele é compatível com outros instrumentos regionais de planejamento.

Quanto à avaliação da terceira variável os conselheiros da EEEG atribuíram um valor de 2,7. Onde informaram que a UC conta com Plano de Manejo e com o plano operativo anual, contudo nem todos os programas ou atividades possuem planos específicos. Existem amplas perspectivas de melhorar as formas de uso dos instrumentos de planejamento.

A quarta variável teve pontuação com o valor 2,3. Atestando que o zoneamento existente foi planejado há algum tempo, e necessita passar por uma revisão devido às mudanças ocorridas na área.

Quanto à quinta variável, os membros do conselho gestor atribuíram o valor 3,5. Onde os limites estão definidos legalmente e reconhecidos no campo, contudo não são respeitados

A pontuação acumulada atingidas pela EEEG foi: 15,5 pontos. A tabela abaixo, demonstra as informações.

TABELA 2 – Pontuação da EEEG nos princípios de Igualdade e Inclusividade

Princípios	Variáveis				
	existência e atualização do plano de manejo	compatibilidade do plano de manejo	nível de planejamento	zoneamento	limites
Igualdade e Inclusividade	3,5	3,5	2,7	2,3	3,5

3.5.3 Responsabilidade e transparência

Foram consideradas as seguintes variáveis para a análise deste princípio: **capacidade da UC para gerar recursos próprios**, que se refere à capacidade legal, administrativa e financeira de gerar recursos financeiros próprios a serem utilizados pela unidade; **capacidade de gestão**, que se refere a capacidade da unidade de vincular-se a fontes de financiamento, apoio financeiro e técnico; **mecanismos de controle e auditoria**, no que tange a existência e o funcionamento dos sistemas contábeis e pela regularidade dos controles financeiros; **apoio institucional**, com base na relação com o órgão gestor da unidade, o Inea; e **intercâmbio**, que se refere a troca de informação, experiência e recursos entre as instituições que se relacionam com a EEEG.

Quanto à primeira variável, os membros do conselho gestor atribuíram o valor 3,0. Demonstrando que o gestor da UC possui iniciativa e dinamismo que facilita na captação de recursos externos que são utilizados diretamente na Unidade, ainda que as estruturas administrativa e financeira não sejam suficientemente estruturadas.

Para a segunda variável os membros do conselho gestor atribuíram um valor 2,0. Informando que o órgão gestor possui mediana capacidade para vincular-se a potenciais fontes de financiamentos. As relações com potenciais parceiros nem sempre são as melhores, o que dificulta o contato permanente para apoio financeiro.

Na avaliação da terceira variável, o valor atribuído pelos conselheiros da EEEG, neste quesito foi 2,0. Demonstrando que o órgão gestor da unidade se concentra principalmente em

delinear políticas de conservação, a partir das quais consegue concretizar certos apoios à UC, sendo, contudo, fraco o enfoque de um sistema integrado.

Na avaliação da quarta variável, o valor atribuído pelos conselheiros da EEEG, foi 3,0. Demonstrando que o órgão gestor contribui frequentemente com elementos técnicos, financeiros, políticos e humanos para a EEEG, contudo estas contribuições não estão alinhadas com um sistema estadual integrado.

A quinta variável deste princípio foi valorada com a nota 2,6. Indicando que o intercâmbio e aporte de informações, experiência e recursos com outras instituições são permanentes.

Desta forma, a pontuação acumulada obtida foi: 12,9. Abaixo, a tabela ilustra essas pontuações.

TABELA 3 – Pontuação da EEEG nos princípios de Responsabilidade e Transparência

Princípios	Variáveis				
	capacidade para gerar recursos próprios	capacidade de gestão	mecanismos de controle e auditoria	apoio institucional	intercâmbio
Responsabilidade e Transparência	3	2,2	2	3,1	2,6

3.5.4 auditoria e equidade

Para a análise deste princípio foi considerado as seguintes variáveis: **regularização fundiária**, onde se observa se os processos de avaliação e indenização dos imóveis inseridos na UC antes da sua criação estão concluídos e se as famílias foram remanejadas; **resolução de conflitos**, em que se verifica quais as estratégias utilizadas para a resolução de conflitos relacionados com a posse de terras e uso dos recursos no entorno da UC; **clareza**, referindo-se a conflitos e competências do conjunto de instrumentos legais; **aplicação**, referindo-se à

obediência dos instrumentos legais por parte das comunidades do entorno, bem como aos esforços para fazer com que os mesmos sejam cumpridos; e **conhecimentos tradicionais**, em que se observa a existência e o uso do conhecimento tradicional e a sua possível contribuição para uma melhor gestão da unidade.

Quanto a primeira variável, sobre a regularização fundiária, os conselheiros atribuíram o valor 2,5. Onde, de 76% a 89% dos imóveis indenizados.

A segunda variável foi pontuada com valor, 2,9. Indicando que existem estratégias estabelecidas para a solução de conflitos relacionados com a posse e uso das terras e dos recursos naturais. Algumas dessas medidas foram adotadas e parte dos conflitos solucionados.

A terceira variável deste princípio recebeu o valor 3,0 dos representantes do conselho gestor, o que indica que existe um conjunto de instrumentos legais sobre o uso e aproveitamento dos recursos naturais no entorno e, embora não haja superposições, existem lacunas específicas que não chegam a afetar a gestão da Unidade.

A quarta variável foi pontuada pelos conselheiros da EEEG com o valor 2,8. Informando que os instrumentos legais são obedecidos pela maioria das pessoas que vivem no entorno da UC com relativa facilidade. Os técnicos realizam a divulgação satisfatoriamente.

A última variável deste princípio recebeu o valor 2,5. Onde os conhecimentos culturais tradicionais das comunidades locais, ainda que documentados, não são conhecidos pela Unidade e seu aproveitamento para a gestão da mesma é muito limitado.

A pontuação acumulada atingida foi de 13,7 pontos. Conforme ilustra a tabela a seguir.

TABELA 4 – Pontuação da EEEG nos princípios de Auditoria e Equidade

Princípios	Variáveis				
	regularização fundiária	resolução de conflitos	clareza	aplicação	conhecimentos tradicionais
Auditoria e Equidade	2,5	2,9	3	2,8	2,5

3.5.5 Efetividade e Eficiência.

Foram consideradas cinco variáveis para a análise deste princípio. **Motivação**, onde foi considerado o entusiasmo do gestor da UC com que exerce o cargo e a satisfação demonstrada no relacionamento com os segmentos sociais locais; **jurisdição**, Quanto a clareza com que outras instituições exercem determinado poder, direito ou autoridade sobre a UC; **alcance**, entendida como a permanência do apoio externo à administração da EEEG; **características do planejamento**, no que tange a existência e a forma participativa ou não do plano de manejo; e **investigação**, em que se avaliou a relação entre os estudos que se realizam e as necessidades de gestão da UC, assim como a disponibilidade de conhecimentos para devida aplicação.

A primeira variável deste princípio, os conselheiros lhe atribuíram o valor 3,4. Indicando que a motivação dos gestores dessas unidades é alta. Contudo, ainda existem conflitos com alguns setores das comunidades locais.

A segunda variável recebeu dos conselheiros a pontuação 2,9, o que indica que existe clareza na jurisdição e nas regras institucionais. Porém ocorrem certos conflitos de interesses entre determinadas instituições de fácil negociação.

A terceira variável foi pontuada pelo conselho gestor da EEEG com o valor 2,2 e tem relação com o alcance do apoio externo à unidade. Neste caso, ele é moderado, ou seja, o apoio gera uma melhora parcial na situação ou problema estabelecido na UC, porém sem possibilidades de renovação.

A quarta variável recebeu o valor 2,2. Demonstrando que o plano de manejo da unidade foi elaborado por uma equipe multidisciplinar.

A quinta e última variável deste princípio foi pontuada com o valor 3,3 pelos representantes do conselho gestor, atestando que as pesquisas e estudos são realizados sem considerar apropriadamente sua importância dentro do manejo integral da UC e para os recursos naturais compreendidos dentro e fora dele. Os resultados são de conhecimento da Unidade.

A pontuação acumulada neste princípio em estudo foi: 14,0 pontos. A tabela, a seguir, ilustra as informações produzidas.

TABELA 5 – Pontuação da EEEG nos princípios de Efetividade e Eficiência

Princípios	Variáveis				
	Motivação	jurisdição	alcance	características do planejamento	investigação
Efetividade e Eficiência	3,4	2,9	2,2	2,2	3,3

Decorrente da análise dos questionários respondidos, a pontuação, por princípios e variáveis em análise, está descrita nas tabelas 6 e 7. E o resultado final da pontuação acumulada da EEEG encontra-se ilustrado nas figuras 12 e 13.

TABELA 6 – Pontuação geral por princípios e variáveis relacionada ao processo de gestão participativa da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba - EEEG.

Princípios	Variáveis					SOMA
	atitudes pessoais do gestor	apoio e participação comunitária	características do conselho gestor	mitigação de conflitos	processo de criação	
Legitimidade e Participação	3,6	3,6	3,3	3,6	2,7	16,8
	existência e atualização do plano de manejo	compatibilidade do plano de manejo	nível de planejamento	zoneamento	limites	
Igualdade e Inclusividade	3,5	3,5	2,7	2,3	3,5	15,5

	capacidade para gerar recursos próprios	capacidade de gestão	mecanismos de controle e auditoria	apoio institucional	intercâmbio	
Responsabilidade e Transparência	3	2,2	2	3,1	2,6	12,9
	regularização fundiária	resolução de conflitos	clareza	aplicação	conhecimentos tradicionais	
Auditoria e Equidade	2,5	2,9	3	2,8	2,5	13,7
	Motivação	jurisdição	alcance	características do planejamento	investigação	
Efetividade e Eficiência	3,4	2,9	2,2	2,2	3,3	14

TABELA 7 – Pontuação da EEEG por princípios

Princípio	Pontuação
Legitimidade e Participação	16,8
Igualdade e Inclusividade	15,5
Responsabilidade e Transparência	12,9
Auditoria e Equidade	13,7
Efetividade e Eficiência	14,0
Total	72,9

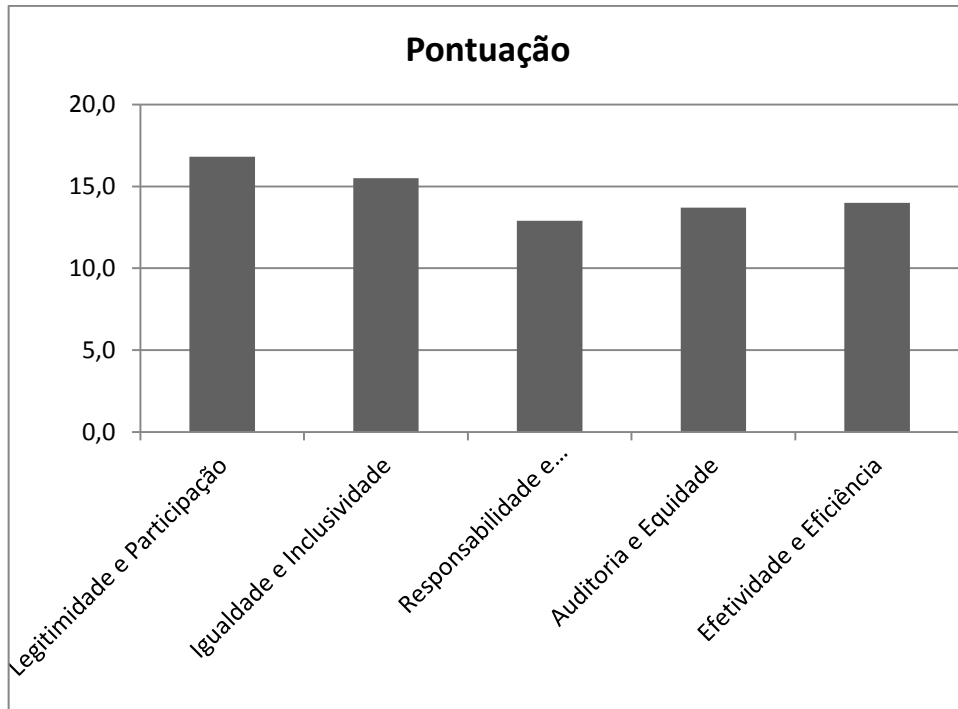


FIGURA 12 – Distribuição dos pontos da EEEG por princípios

Observando as figuras 12 e 13 e, com base na metodologia aplicada, foi constatado que a EEEG, por ter obtido 73 (setenta e três) pontos, se enquadrou na categoria de **Gestão Medianamente Satisfatória** (51 a 75% do ótimo), de acordo com a Escala de Qualificação e Ponderação da Gestão Participativa (vide Figura 11).

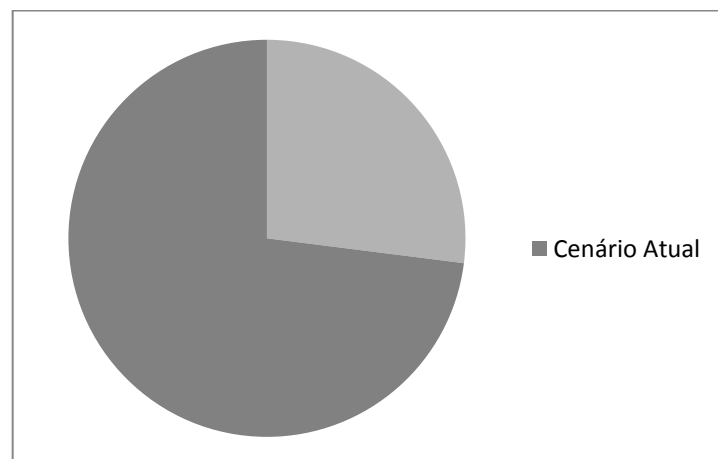


FIGURA 13 – Cenário atual do grau de gestão participativa da EEEG.

3.5.6 Diagnóstico e Avaliação da Gestão Participativa na EEEG

Neste item, foi realizada uma análise das informações produzidas a partir da pesquisa bibliográfica e documental e da observação participante bem como da entrevista realizada como o gestor da UC. Elas terão um tratamento mais qualitativo. Com objetivo de comparar as informações aqui obtidas, relacionando-as com as situações observadas na EEEG, com o intuito de comprovar a metodologia que foi utilizada no trabalho, a qual culminou na valoração da gestão participativa da UC em questão.

O gestor da unidade

Com relação ao gestor da EEEG, foi observado o seu compromisso com o exercício das funções do seu cargo. Muitas vezes mal compreendido por alguns setores das comunidades locais, por ter que fazer cumprir determinadas exigências. Contudo, é respeitado pela grande maioria dos atores locais, devido à presteza e à cordialidade com que conduz as questões relativas à unidade de conservação. O gestor está no cargo desde 2009, o que pode explicar o bom relacionamento que tem com as comunidades do entorno e com os conselheiros.

Envolvimento e participação das comunidades e mitigação de conflitos

A EEEG sofre com alguns conflitos antigos, ligados com o não-reconhecimento de seus limites. Comunidades que vivem no seu entorno ainda não incorporaram totalmente a EEEG ao seu modo de vida, e ao contrário, continuam realizando antigas práticas de caça predatória. Entretanto, cabe frisar que em menores proporções do que antigamente, tanto devido ao processo fiscalizatório mais intenso quanto ao programa de Educação Ambiental em curso na UC.

O Conselho Gestor

Constatou-se que a participação social é ainda frágil, sujeita a toda uma cultura que inibe o exercício de práticas democráticas de governança e seu maior envolvimento, especialmente pela população menos escolarizada, partindo de uma premissa que a responsabilidade de dar certo compete ao gestor e a instituição, neste caso o Inea. Contudo, os conselheiros em sua maioria tem uma visão positiva do processo, apoiam as iniciativas desenvolvidas pelo gestor e são otimistas com relação ao futuro. Entretanto corroborando com a afirmação acima que a participação ainda é frágil, a aplicação do questionário não foi procedida com a participação total dos conselheiros. Onde a metade deles não retornou com as respostas.

N	Instituição	CNPJ
1	Associação de Moradores e Produtores Agrícolas de Carrapato – AMPROAC	05.436.570/0001-42
2	Associação Santa Clara de Proteção e Def. da Criança do Adolescente e Ambiente – ASCLARA	06.085.733/0001-52
3	Associação NEA-BC / Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos	10.409.250/0001-33
4	Associação de Amparo a Ações Sociais - A.A.A.S	04.671.686/0001-01
5	Beija-Flor Associação de Prevenção as Drogas	04.732.601/0001-40
6	Colégio Estadual São Francisco de Paula	01.360.333/0001-94
7	EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	29.223.492/0039-39
8	Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora de Macaé – FSMA	29.694.775/0005-10
9	Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas	16.110.041/0001-70
10	Instituto Estadual do Ambiente – INEA / SUPBAP	10.598.757/0001-35
11	IFF – Instituto Federal Fluminense / UPEA	10.779.511/0001-07
12	Instituto de Desenvolvimento Afro Norte Noroeste Fluminense	10.857.993/0001-07
13	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	33.648.981/0013-70
14	Rotary Clube São Francisco de Itabapoana	04.801.920/0001-60

15	Secretaria Municipal de Meio Ambiente – PMSFI	
16	Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC / PMSFI	01.623.783/0001-22
17	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de S.J.B e SFI	30.401.624/0001-81
18	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Francisco de Itabapoana	04.357.013/0001-73
19	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF	
20	Associação de Moradores da Coréia - AMAC	
21	Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Vilão	

FIGURA 14 – Composição do Conselho da EEEG.

Processo de criação da EEEG

Conforme descrito anteriormente, a criação da EEEG partiu na necessidade de conservação daquele fragmento florestal, visto o processo de degradação ambiental com que a região, em especial aquele ecossistema, vinha sofrendo. Desta forma, a criação da UC foi pouco participativa, onde somente foram ocorrer reuniões com a comunidade local posteriormente a decisão de criação e a categoria escolhida pelo órgão gestor. Onde os segmentos sociais, em sua maior parte, não estavam ciente da criação da mesma.

Parcerias e articulação institucional, administrativa e financeira

De acordo com a lei do SNUC, uma das atribuições do conselho gestor de uma unidade de conservação é “avaliar o orçamento da Unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação” (SNUC, 2000). Contudo, a estrutura administrativa da EEEG não contempla uma unidade orçamentária autônoma, ficando subordinado aos procedimentos e controle financeiros do Inea, enquanto órgão gestor. Assim, o gestor não tem competência para firmar convênios, parcerias ou qualquer outro instrumento de cooperação técnica ou financeira. O desempenho da gestão de uma unidade de conservação está intimamente relacionado à capacidade da

mesma de coordenar esforços no sentido de identificar e formalizar parcerias (CAMARGO, 2003). Entretanto em função de um certo grau de articulação do órgão gestor nos níveis locais e do próprio dinamismo de seu gestor, a EEEG conseguiu formar algumas redes de apoio, evidenciando a importância que esse espaço protegido conquistou.

Como exemplo, citamos tanto a assessoria quanto a elaboração/finalização do Plano de Manejo em função da cooperação institucional com a KfW e a Cooperação Técnica Brasil Alemanha. Como da mesma parceria surgiram contribuições, por meio do Projeto de Proteção à Mata Atlântica – PPMA/RJ para aquisição de veículo para a fiscalização da UC e do seu entorno.

Cabe frisar que atualmente a EEEG vem sendo custeada por meio de recursos provenientes de uma Compensação Ambiental (TERMORIO). Como da mesma forma através do FUNBIO, entretanto com restrições de aplicação, necessitando de prévia aprovação do Inea e do Funbio.

Como da mesma forma está em andamento a implantação de um Projeto de Reposição Florestal nas áreas perturbadas da UC e que já possuem imissão de posse, em uma área correspondente a 535 ha, decorrente da Compensação Ambiental da FERROPORT (empresa de minérios sediada no Porto do Açú)

Alguns apoios eventuais podem ser considerados, tais como:

- da Secretaria de Meio Ambiente, Defesa Civil e Ordem Pública da Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana, em autuações e fiscalizações;
- do Corpo de Bombeiros Militar (CBMERJ/Campos dos Goytacazes), em ações ligadas ao combate a incêndios causados por queimadas de cana e ações de apoio ao impedimento de retirada de madeira da área florestada;
- da Polícia Militar (8º BPM), para segurança dos profissionais da Unidade em ações de Fiscalização;

Cabe evidenciar a parceria com diversas Instituições de Ensino no que tange a visitação para Educação Ambiental. Segundo o gestor, são em média quarenta visitas anuais, todas elas acompanhadas pela equipe de Guarda-Parque e corpo técnico. Em consonância com Programa de Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, sendo coordenado pela Gerência de Educação Ambiental e pela Gerência de Unidades de Conservação de Proteção Integral do Inea.

Outra iniciativa que partiu do órgão gestor, com vistas a ordenar e monitorar o uso público, bem como para prevenir e combater os incêndios florestais, foi a criação do serviço de guarda-parques na estrutura do Inea. Dentre as atividades desempenhadas pelos agentes estão: manutenção de trilhas e demais equipamentos de uso público, bem como apoiar à educação e conscientização ambiental. A EEEG conta atualmente com 7 guardas-parque.

Outra conquista importante foi a consolidação da Sede da UC por intermédio de uma compensação ambiental decorrente das obras da LLX Porto do Açu onde tanto a equipe quanto o conselho possuem infraestrutura suficiente para gerir a UC. Visto que a sede possui Auditório, prédio administrativo, casa do gestor, dormitório para pesquisadores e Guarda Parques.

Ainda, segundo o gestor, já existem parcerias com algumas Associações de moradores de comunidades vizinhas, tais como Vilão, Coréia e Nova Belém. Onde a EEEG:

Vêm oferecendo seus serviços (orientação quanto à piscicultura, cadastramento no CAR, realização de curso de brigada voluntária para combate a incêndios florestais, orientação quanto a dessedentação animal no interior da unidade, orientação quanto ao uso de agrotóxicos no espaço protegido). Oferecendo também o espaço físico da sede administrativa para reuniões, cursos, exposições e festejos comunitários.

Regularização fundiária

Em junho de 2008 foi iniciado o processo de estruturação do Núcleo de Regularização Fundiária – NUREF do IEF/RJ, hoje subordinado à Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do INEA. Esse núcleo tem como uma de suas prioridades a regularização fundiária das Ucs do Estado do Rio de Janeiro.

Em termos fundiários, a Unidade de Conservação é integrada totalmente por propriedades privadas. Para tanto, a equipe do núcleo começou seu trabalho de levantamento das propriedades a partir de uma primeira visita a campo. No mês de agosto/2009 a equipe realizou o levantamento fundiário da área remanescente da UC (quadrante oeste), o qual foi concluído no mês de novembro/2009. Deste trabalho resultou a elaboração de um relatório consolidado das ocupações.

Hoje aproximadamente todas as propriedades do lado leste, em sua maioria grandes propriedades, encontram-se com imissão de posse já emitida para o INEA. Entretanto no lado oeste, em sua maioria são de pequenos proprietários, onde muitos não possuem o registro da terra e o título do imóvel, o processo de desapropriação encontra-se mais lento onde nenhuma imissão de posse foi realizada. Desta forma, segundo o chefe da UC aproximadamente 90% das terras que a UC abrange encontram-se com imissão de posse já emitida.

Da mesma forma. O SERF (Serviço de Regularização Fundiária) do INEA foi reestruturado pela DIBAP no meado do ano 2016 e os trabalhos de regularização fundiária da Estação Ecológica devem ser retomados na porção Oeste. Já houve o contato prévio dos técnicos que fazem parte deste setor com a EEEG.

Pesquisas e estudos

Um dos principais objetivos dessa categoria de UC (Estação Ecológica) é possibilitar a realização de pesquisas científicas. Isto porque esses estudos expandem o conhecimento sobre os diversos ecossistemas, os saberes tradicionais e as relações sociais, associados às áreas protegida. Entretanto a EEEG, apesar de todo o potencial baseado nos elevados índices de endemismo, foi pouco explorada no que tange à realização de pesquisas científicas.

Hoje, algumas pesquisas encontram-se em andamento e outras já finalizadas. Dentre essas podemos destacar:

- Monitoramento estoque de carbono nas áreas de intervenção do Projeto Rio- Rural. Instituição: EMBRAPA.
- Pesquisas em longo prazo e monitoramento da diversidade biológica no estado do Rio de Janeiro – Instalação de módulo RAPELD na Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba. Instituição: UENF.
- Estudo e monitoramento de preguiças-de-coleira (*Bradypus torquatus*) na Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba e arredores. Instituição: FIOCRUZ.
- Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro: análises e estratégias para conservação da flora endêmica e ameaçada. Instituição: JBRJ.

Bem como alguns levantamentos de fauna e flora e estudos pontuais que foram realizados por pesquisadores autônomos ou vinculados a instituições de pesquisas e universidades, sendo a grande maioria do próprio Estado, com o objetivo puramente acadêmico, desvinculados de projetos de médio e longo alcance de gestão da UC.

Por fim, considerando a análise realizada e a aplicação do método descrito, concluímos que a Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba possui uma **Gestão Medianamente Satisfatória**, apresentando as seguintes características: A EEG tem elementos mínimos necessários para uma gestão participativa, contudo apresenta deficiências que não permitem estabelecer uma base sólida para sua efetividade. Existe um gestor nomeado e aceito pela comunidade e um conselho gestor implantado e em funcionamento, porém com uma frequência baixa a mediana. Existe uma estrutura de apoio à gestão (sede e equipamentos) que facilitam o acesso dos atores locais. Alguns parceiros foram identificados e acordos de cooperação efetivados, existindo recursos financeiros mínimos para suporte a administração. Os seus limites estão definidos e aceitos na sua maioria, contudo as questões fundiárias não foram resolvidas totalmente. Existe um plano de manejo e um zoneamento elaborado. Algumas normas e regulamentos referentes à unidade não são respeitados, gerando conflitos que podem comprometer o alcance dos seus objetivos de conservação.

Ressalte-se que a EEG obteve uma pontuação de 73 (setenta e três) pontos, o que a coloca bem próxima ao limite entre as faixas de Gestão Medianamente Satisfatória e Gestão Satisfatória (vide FIGURA 11). Alguns fatos contribuíram para esse posicionamento: a não participação das comunidades locais na sua criação e a não conclusão da regularização fundiária.

Corroborando com o resultado obtido, Faria (1997) avaliou a efetividade de gestão de algumas UCs. Esse estudo, que abrangeu 8 Unidades de Conservação de proteção integral de São Paulo, apontou que somente o Parque Estadual de Campos de Jordão apresentou nível satisfatório de manejo, três (37,5%) apresentaram nível de satisfação médio e quatro (50%) unidades nível pouco satisfatório.

Brito (2000) analisou as unidades de conservação do Estado do Mato Grosso (14 de proteção integral e 5 de uso sustentável), entre federais e estaduais. Como resultado, quanto ao nível de implementação das unidades, concluiu que 63% possuíam nível inadequado de implementação e 37%, nível regular, e nenhuma unidade dispunha de nível médio ou satisfatório de implementação.

Macêdo (2008) discutiu os efeitos da participação sobre a gestão de três parques estaduais da Bahia a partir da técnica EMAP. Para cada unidade foi calculado o índice de efetividade. Os Parques Sete Passagens e Serra do Conduru tiveram como resultado uma gestão mais participativa, com 71 e 57 pontos, respectivamente (numa escala de 1 a 100), alcançando uma gestão medianamente satisfatória. Já o Parque Morro do Chapéu alcançou 37, ficando na categoria de gestão pouco satisfatória.

Faria (2004) verificou a eficácia de gestão de unidades de conservação de São Paulo. O estudo envolveu 59 UCs, sendo 41 do grupo de proteção integral e 18 do grupo de uso sustentável. As UCs pesquisadas apresentaram padrões de qualidade de gestão intermediários, sendo que 22 tiveram a gestão classificadas como de padrão mediano, 27 como de padrão inferior e 04 como de padrão muito inferior. Apenas seis unidades alcançaram pontuação suficiente para o padrão de qualidade elevado.

3.6. CONCLUSÕES

Neste trabalho, foi explanado que uma das principais estratégias de conservação da biodiversidade é a criação de áreas protegidas e que a gestão integrada e participativa destas áreas representa uma das ferramentas mais importantes no processo da proteção e do uso sustentável da natureza em conjunto com a valorização sociocultural e o ordenamento territorial.

Os conselhos gestores das unidades de conservação são instrumentos eficazes para a gestão ambiental, servindo para a diminuição de conflitos socioambientais, integração da sociedade, aumento no comprometimento da sociedade na gestão, bem como do estabelecimento de um fórum decisório, inclusivo e participativo.

A avaliação de efetividade de áreas protegidas é uma oportunidade para identificar pontos para melhoria e para auxiliar na priorização e otimização dos esforços e dos investimentos para a conservação.

Muitos indicadores não refletem apenas a situação da gestão atual, mas sim o resultado de todo o planejamento e criação da Unidade. Portanto, alguns fatores que contribuíram para que a EEEG não atingisse uma pontuação mais elevada são sistêmicos e independentes da gestão atual, e apenas se mantêm como desafios a serem minimizados por ela.

De maneira geral, a EEEG caminha para atingir bons desempenhos futuros. Considerando ainda que mesmo com todos os pontos problemáticos observados, a simples implantação dessa unidade de conservação, já se mostra importante para pode representar a proteção mínima desse fragmento, um dos últimos remanescentes da Floresta de Tabuleiros da região sudeste, uma vez que mesmo com o mínimo de gestão e aporte de recursos apresentaram tendência à melhoria.

Esse trabalho representa um primeiro panorama da situação gerencial da EEEG, bem como o diagnóstico apresentados reflete apenas um cenário resultante de um momento de análise, que pode facilmente ser mudado, considerando as constantes mudanças entre órgãos, mudanças políticas e prioridades de governo.

A análise da efetividade da gestão também é importante, uma vez que permite evidenciar os pontos falhos a fim de subsidiar propostas de mudanças que colaborem para o melhor desempenho da UC, que terá como consequência, uma melhor eficiência na conservação.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o aprimoramento dos estudos de avaliação de políticas públicas ambientais no que tange a gestão de UCs com uma melhor eficiência.

Está claro que a atuação dos indivíduos e dos grupos locais, discutindo e propondo, se organizando e exercitando a sua cidadania, promove mudanças na cultura de suas organizações e na própria cultura da comunidade.

Desta forma, as agressões à EEEG listadas, tais como queimadas, caça predatória e conflitos fundiários, se ligam ao distanciamento das comunidades e atores locais com relação aos mecanismos de gerência desse espaço protegido.

Só a democracia levará à sustentabilidade de políticas ambientais por meio da criação de espaços de negociação e do fortalecimento dos instrumentos existentes, como por exemplo, os conselhos gestores.

A inclusão dos atores sociais na gestão de áreas protegidas depende da efetivação de espaços institucionais de exercício da cidadania como os conselhos gestores, mas também, e principalmente, da capacitação da sociedade para participar deste processo, para que esta participação não se configure numa simulação democrática, onde a construção da governança caminhe para uma gestão que se alicerce na ampla participação da comunidade nos processos de tomada de decisão.

Finalmente, pretende-se que os resultados desse trabalho sirvam como elemento orientador para futuras pesquisas relacionadas ao tema, assim como para auxiliar a melhoria da gestão da EEEG e de outras unidades de conservação que dele necessitem.

3.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil: da república a gestão de classe mundial** Belo Horizonte: Segrac, 2007.

_____. **Melhorando a efetividade da gestão de unidades de conservação: a experiência do Programa de Gestão para Resultados – PGR - Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA e Cooperação Técnica Alemã - GTZ.** Brasília: MMA, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso: maio de 2015.

_____. **Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso: maio de 2015.

BRITO, M. A. Avaliação do nível de implementação das unidades de conservação do Estado do Mato Grosso. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2. 2000. **Anais.** Trabalhos técnicos, Campo Grande: 2000. v.2. p. 645-653.

BRITO, D. M. C. **A Construção do Espaço Público na Gestão Ambiental de Unidades de Conservação: O caso da APA do Rio Curiaú/AP.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2003

CAMARGO, A. Meio Ambiente e Governança. In: TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam na gestão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

CDB. 1992. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso: maio de 2015.

CIFUENTES, M; IZURIETA A. FARIA. H. H. **Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas**. Turrialba, CC.R.: WWF:IUCN: GTZ, 2000.

CRESPO, S; DRUMMOND, J. A. O Parque Nacional da Tijuca: contribuições para a gestão compartilhada de unidades de conservação urbana. **Série Comunicações Iser**. Rio de Janeiro, ano 19, n. 24, 2000.

CUNHA, D. F. S. Estrutura do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). In: _____. **Patrimônio Cultural: proteção legal e constitucional**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. 484p.

DIAS, T. C. A. C. **Gestão Participativa: uma alternativa de ecodesenvolvimento para a Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB-CDS. 2003.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Ed. Hucitec, USP, 2002. 176p.

EUROPEAN COMMISSION. **Evaluating EU Expenditures Programmes: A Guide to Ex Post and Intermediate Evaluation**. Luxembourg. January, 1997.

FARIA, H. H. Avaliação da efetividade do manejo de unidades de conservação: como proceder? In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997, Curitiba. **Anais**. Curitiba: 1997. p. 478-499.

FARIA, H. H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, 2004.

FARIA, Helder Henrique de. Aplicação do emap e rotinas estatísticas complementares na avaliação da eficácia de gestão de unidades de conservação do estado de São Paulo. **Revista Ciências do Ambiente**. v. 2, n. 2, p. 185-219, 2006.

HIGGINS-ZOGIB, L. & MACKINNON, K. 2006. World Bank/WWF Alliance Tracking Tool: Reporting conservation progress at protected area sites. In: Hochings, M.; Stolton, S. and Dudley, N. **Evaluating Effectiveness: a framework for assessing the management of protected areas**. 2a. ed. Gland, Switzerland: IUCN. 121p.

HINTZE, J. Instrumentos de Evaluación de la Gestión del Valor Público. In **VIII. Congreso Internacional Del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Panamá: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo – CLAD, 2003.

HOCHINGS, M. **Evaluating protected area management**. A review of systems for assessing management effectiveness or protected areas. Occasional Paper. Queensland AU: School of Natural and Rural Systems Management. The University of Queensland, 2000.

HOCKINGS, M.; PHILIPPS, A. How well are we doing? – Some thoughts on the effectiveness of protected areas. **Parks**. Gland, v. 9, n. 2, p. 5-14, junho de 1999.

HOCKINGS, M.; STOLTON, S.; LEVERINGTON, F.; DUDLEY, N.; COURRAU, J. 2006. **Assessing effectiveness** – a framework for assessing management effectiveness of protected areas (2ª edição), IUCN, Gland, Switzerland.

HOCKINGS, M.; STOLTON, S.; DUDLEY, N. 2000. **Evaluating effectiveness: a framework for assessing the management of Protected Areas**. WCPA Best Practice Protected Area Guideline Series No. 6. IUCN, Gland Switzerland, pp. 1-121.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil**. Ibama/WWF-Brasil, Brasília. 2007.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba – EEGG: Plano de Manejo**. Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2010. 272p.

_____. Instituto Estadual do Ambiente. **Portaria Inea/Dibap nº 29, de 6 de dezembro de 2012**. Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba.

_____. Instituto Estadual do Ambiente. **Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba: plano de manejo/ resumo executivo**. Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2013. 45p. il. Mapas

IZURIETA, A. **Evaluación de la eficiencia del manejo de áreas protegidas**: validación de una metodología aplicada a un subsistema de áreas protegidas y sus zonas de influencia, en el Área de Conservación de Osa, Costa Rica. Tese (Doutorado em Ciências Agrícolas e Recursos Naturais) - Turrialba, Costa Rica, CATIE. 1997.

LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. **A Terra Goitacá à Luz de Documentos Inéditos**. Bruxelas, L'Édition d'Art, 1913.

LÂMEGO, A.R. **O Homem e a Restinga** (2ª Edição). Editora Lidor. Rio de Janeiro, 1974.

LEAL, I. O. J. **Avaliação do processo de gestão participativa de recursos hídricos na bacia do rio Itapicuri**: O caso da microrregião de Jacobina – Bahia. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB-CDS. 2003.

LIMA, G. S.; RIBEIRO, G. A.; GONÇALVES, W. Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.29, n.4, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v29n4/al7v29n4.pdfn4.pdf>. Acesso em: maio de 2015.

MACÊDO, J. A. C. **Avaliação da gestão participativa dos parques estaduais da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB-CDS. 2008.

MACHADO, C. J. S.; MIRANDA, N.; PINHEIRO, A. A. S. A Nova Aliança entre Estado e Sociedade na Administração da Coisa Pública: Descentralização e Participação na Política Nacional de Recursos Hídricos. In: MACHADO, C. J. S. (Org.). **Gestão de Águas Doces**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004, v., p. 3-38

MEDEIROS, R. & GARAY, I. 2006. Singularidades do sistema de áreas protegidas no Brasil e sua importância para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes. In: GARAY, I.; BECKER, B. K. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis, Ed. Vozes, 2006, p. 159-184.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais**. 2003. 391p. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia. Rio de Janeiro – 2003.

_____. 2006. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, vol IX; n°1; jan/jun 2006; p. 41-64 Campinas/SP.

MILARÉ, E. 2007. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2007.

MMA. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília: MMA / SBF, 2000. 40p.

MMA. **Áreas Protegidas, V.2**, Gestão Participativa do SNUC. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MORENO, M.R., NASCIMENTO, M.T. & KURTZ, B. 1998. Estrutura e composição florística do estrato arbóreo em duas zonas altitudinais diferentes em Mata Atlântica de encosta na região do Imbé, RJ: primeira aproximação. In: IV Simpósio de Ecossistemas Brasileiros. (S. Watanabe, coord.). **Anais. ACIESP**, v.II, p.64-70

PÁDUA, M.T. J. Unidades de Conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto Estadual nº 32.576, de 30 de dezembro de 2002**. Cria a Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/>>. Acesso: maio de 2015.

RIZZINI, C. T. 1979. **Tratado de fitogeografia do Brasil**. v.2. Aspectos ecológicos. Hucitec / Edusp, São Paulo.

SILVA, D. O. **Avaliação de efetividade de gestão de unidades de conservação: o mosaico de Apuí – AMAZONAS/AM**. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

SILVA, G. C. & NASCIMENTO, M. T. 2001. Fitossociologia do componente arbóreo de um remanescente de mata sobre tabuleiros terciários no Norte Fluminense (mata do Carvão). **Revista Brasileira de Botânica** 24: 51-62.

SOFFIATI, A. A. Ecofisionomia e História. In: SUZUKI, M. S.; NOVELLI, R.; DALCIO RICARDO DE ANDRADE, D. R.; SOFFIATI, A. A. **Relatório: Áreas Alagáveis do Norte Fluminense**. Área 3 - Lagoas do segmento sul da Restinga Norte: entre a margem direita do Paraíba e o Cabo de São Tomé. Campos dos Goytacazes, 2005. Disponível em: <http://www.georeferencial.com.br/old/trabalhos_de_campo/1%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Parcial%20das%20lagoas.pdf>. Acesso em: julho de 2015.

SOUTO, M. A. de J. **Educação Ambiental como Instrumento de Gestão em Área de Proteção Ambiental**: O caso da criação do Conselho Gestor na APA de Pratigi-Bahia. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

WWF & IBAMA. **Efetividade de Gestão de Unidades de Conservação Federais do Brasil**. Brasília, IBAMA, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIFUENTES, M; IZURIETA A. FARIA. H. H. **Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas**. Turrialba, CC.R.: WWF:IUCN: GTZ, 2000.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil**. Ibama/WWF-Brasil, Brasília. 2007.

MEDEIROS, R 2006. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, vol IX; n°1; jan/jun 2006; p. 41-64 Campinas/SP.

MEDEIROS, R. & GARAY, I. 2006. Singularidades do sistema de áreas protegidas no Brasil e sua importância para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes. In: GARAY, Irene Ester Gonzalez; BECKER, Bertha Koiffman. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2006, p. 159-184.

MMA. **Gestão Participativa do SNUC**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas/ Programa áreas Protegidas da Amazônia, Brasília - DF, 2004.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto Estadual nº 32.576, de 30 de dezembro de 2002**. Cria a Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/>>. Acesso: maio de 2015.

UNEP-WCMC. **State of the world's protected areas: an annual review of global conservation progress**. UNEP-WCMC, Cambridge. 2008.

VIANA, D. P. C. **Gestão Participativa em Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro**. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) - Instituto de Florestas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. 36p.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA
DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA**

Público-Alvo: Membros do Conselho Gestor

Identificação da UC: _____

Nome do Conselheiro: _____

Instituição: _____

Cargo/Função: _____

Contato: tel: () _____ Email: _____

Tempo como membro do Conselho: _____ **Data da Entrevista:** ____/____/____

I. GESTOR DA UC: aquele que diretamente dirige e conduz a gestão da Unidade e preside o Conselho Gestor.

Atitudes pessoais: Avalia-se considerando a resposta e presteza do Gestor a cerca de suas atribuições, suas atitudes e posturas diante das comunidades locais.

- () Está sempre atento e responde satisfatoriamente às solicitações da comunidade local, dos visitantes e das organizações parceiras.
- () Em geral, mantém uma postura educada e respeitosa com a comunidade local, com os visitantes e com as organizações parceiras.
- () Há casos isolados de conflitos com a comunidade local, com os visitantes e com as organizações parceiras.
- () Não possui um padrão de comportamento pessoal adequado nas relações com a comunidade local, com os visitantes e com as organizações parceiras.
- () Mantém uma postura distante com a comunidade local, com os visitantes ou com as organizações parceiras.

Motivação: Avalia-se considerando o entusiasmo com que exerce o cargo e a satisfação demonstrada no relacionamento com os segmentos sociais locais.

- () Motivação muito elevada: responde com entusiasmo ao trabalho e existe um bom relacionamento com todos os setores da comunidade local.

- () Motivação elevada: há consciência da importância do trabalho desenvolvido, sendo este executado com dedicação, contudo ainda existem conflitos de relacionamento com alguns setores da comunidade local.
- () Motivação moderada: a execução das tarefas é feita normalmente, contudo com sentimento geral de insatisfação no relacionamento com as comunidades locais.
- () Baixa motivação: há pouco entusiasmo ou motivação demonstrada no exercício da função e sua relação com as comunidades locais é insatisfatória.
- () Nenhuma motivação: não há nenhum entusiasmo demonstrado no exercício da função e sua relação com as comunidades locais é insatisfatória.

II. FINANCIAMENTO: Avalia-se considerando a capacidade da Unidade para gerar recursos próprios e a funcionalidade do sistema financeiro/contábil.

Capacidade da UC para gerar recursos próprios: refere-se à capacidade legal, administrativa e financeira de gerar recursos econômicos próprios que possam ser utilizados pela Unidade.

- () O gestor da UC possui iniciativa e dinamismo que facilita na captação de recursos externos que são utilizados diretamente na Unidade, graças a existência de uma estrutura administrativa e financeira legalmente estabelecida.
- () O gestor da UC possui iniciativa e dinamismo que facilita na captação de recursos externos que são utilizados diretamente na Unidade, ainda que as estruturas administrativa e financeira não sejam suficientemente estruturadas.
- () O gestor da UC possui iniciativa e dinamismo que facilita na captação de recursos externos, contudo a estrutura administrativa e financeira da Unidade não permite sua utilização direta.
- () A UC não conta com um mecanismo legal e administrativo que permita angariar recursos próprios, apesar do gestor possui iniciativa e dinamismo para a captação de tais recursos.
- () O gestor da UC não possui iniciativa nem dinamismo para captar recursos para a Unidade, apesar de a mesma possuir estrutura administrativa e financeira que permita fazê-lo.

Sistema financeiro/contábil: avalia-se a capacidade e funcionalidade financeira da administração da UC por meio de duas subvariáveis: capacidade de gestão e mecanismos de controle e auditoria.

Capacidade de Gestão: Avalia-se considerando a capacidade para vincular-se a fontes de financiamento e a capacidade para manter bons contatos a fim de que futuramente se consiga apoio financeiro e técnico necessário.

- () O Órgão Gestor possui reconhecida capacidade para vincular-se a potenciais fontes de financiamentos e para manter boas relações com as mesmas.
- () O Órgão Gestor possui capacidade relativamente boa para vincular-se a potenciais fontes de financiamentos e para manter boas relações com as mesmas.
- () O Órgão Gestor possui mediana capacidade para vincular-se a potenciais fontes de financiamentos. As relações com potenciais parceiros nem sempre são as melhores, o que dificulta o contato permanente para apoio financeiro.
- () O Órgão Gestor possui baixa capacidade para vincular-se a potenciais fontes de financiamentos; as relações com potenciais parceiros são escassas e indiretas. As possibilidades de apoio financeiro são reduzidas.
- () Não há vínculos diretos ou indiretos com possíveis fontes de financiamentos.

Mecanismos de Controle e Auditoria: Consideram-se os sistemas contábeis e a regularidade dos controles financeiros da UC.

- () A gestão contábil é suficientemente ágil e descentralizada, sendo executada de acordo com normas contábeis estabelecidas.
- () A gestão contábil é aceitável e descentralizada, sendo executada de acordo com normas contábeis estabelecidas. As auditorias são executadas mediante solicitação.
- () A gestão contábil apresenta deficiências e está sujeita a entraves burocráticos. Utiliza-se de certas normas contábeis. As auditorias são esporádicas.
- () A gestão contábil é elementar, havendo, por vezes, descumprimento de normas contábeis reconhecidas. As auditorias são quase inexistentes.
- () Não há gestão contábil e não se realizam auditorias.

III. AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS: Variáveis a serem medidas: apoio e participação comunitária, características do Conselho Gestor, mitigação de conflitos, apoio institucional e interinstitucional.

Apoio e participação comunitária: define-se pela existência de uma relação positiva entre a comunidade e a UC, onde todos ganham com este tipo de relação.

- () Há mecanismos formais de participação comunitária (conselho gestor, comitês locais, associações, cooperativas) e o apoio de comunidades vizinhas à UC é inquestionável. Há um elevado aporte de benefícios diretos para a comunidade.
- () Existem mecanismos formais que garantem a participação da comunidade, ocorrendo também a participação informal de líderes comunitários na gestão da Unidade. Existe um mediano a alto aporte de benefícios para a comunidade.
- () Há uma cooperação medianamente cordial e de ajuda mútua entre a administração da UC e a comunidade, contudo esta não participa do planejamento nem da gestão da Unidade, ainda que apóie sua gestão. O aporte de benefícios para a comunidade é mediano.
- () Não há cooperação entre a administração da UC e a comunidade, contudo comunidades vizinhas reconhecem parcialmente o valor intrínseco da Unidade. Os benefícios perceptíveis para a comunidade são baixos.
- () Não há nenhuma forma de cooperação, nem reconhecimento ou apoio comunitário à UC. Os benefícios diretos quantificáveis ou perceptíveis para a comunidade são muito baixos ou não existem.

Características do Conselho Gestor: analisa a formação, representatividade, legitimidade, transparência e funcionamento.

- () O Conselho Gestor foi formado por meio de uma forte mobilização da comunidade, possui uma grande representatividade com relação aos segmentos sociais locais e suas decisões são tomadas de forma democrática. As informações produzidas são sempre divulgadas e o mesmo encontra-se em permanente funcionamento.
- () O Conselho Gestor foi formado por meio de uma relativa mobilização da comunidade, possui uma boa representatividade com relação aos segmentos sociais locais e suas decisões são tomadas de forma democrática. As informações produzidas geralmente são divulgadas e o mesmo encontra-se em permanente funcionamento.
- () O Conselho Gestor foi formado por meio de uma fraca mobilização da comunidade, possui uma representatividade com relação aos segmentos sociais locais incipiente e suas decisões são tomadas de forma pouco democrática. As informações as vezes são divulgadas, porém o mesmo encontra-se em permanente funcionamento.
- () O Conselho Gestor foi formado sem nenhuma mobilização da comunidade, possui uma representatividade com relação aos segmentos sociais locais incipiente e suas decisões são tomadas de forma pouco democrática. As

informações não são divulgadas, contudo o mesmo realiza reuniões com uma certa freqüência.

- () O Conselho Gestor foi formado sem nenhuma mobilização da comunidade, não é representativo com relação aos segmentos sociais locais e suas decisões não são democráticas. As informações não são divulgadas e o mesmo não se reúne freqüência.

Mitigação de Conflitos: analisa se o envolvimento das comunidades locais na gestão da UC contribuiu para mitigar conflitos e diminuir a degradação ambiental dos recursos naturais.

- () A participação das comunidades locais na gestão da UC contribuiu para minimizar conflitos existentes. Existiam ameaças a integridade dos recursos naturais da EEEG que foram reduzidas ou eliminadas em função da intervenção direta de atores locais.
- () A participação das comunidades locais na gestão da UC contribuiu para minimizar conflitos existentes. Existiam ameaças a integridade dos recursos naturais da EEEG que foram reduzidas ou eliminadas em parte em função da intervenção direta de atores locais.
- () A participação das comunidades locais na gestão da UC contribuiu para minimizar alguns conflitos existentes. Existem algumas ameaças a integridade dos recursos naturais da EEEG que não foram reduzidas ou eliminadas mesmo com o envolvimento de atores locais.
- () A participação das comunidades locais na gestão da UC não contribuiu para minimizar conflitos existentes. Existem ameaças a integridade dos recursos naturais da EEEG que não foram reduzidas ou eliminadas mesmo com o envolvimento de atores locais.
- () Não existe a participação das comunidades locais na gestão da UC no que concerne a mitigação de conflitos.

Apoio institucional: Relação com o Órgão Gestor da Unidade. No caso do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

- () O Órgão Gestor contribui eficientemente com elementos técnicos, financeiros, políticos e humanos para a EEEG, sendo estas contribuições baseadas em um sistema estadual integrado.

- () O Órgão Gestor contribui freqüentemente com elementos técnicos, financeiros, políticos e humanos para a EEEG, contudo estas contribuições não estão alinhadas com um sistema estadual integrado.
- () O Órgão Gestor se concentra principalmente em delinear políticas de conservação, a partir das quais consegue concretizar certos apoios a EEEG, contudo é fraco o enfoque de um sistema estadual integrado.
- () O Órgão Gestor não demonstra um claro apoio a EEEG, devendo este gerenciar suas próprias políticas e apoios, sem uma visão de sistema integrado (regional ou estadual).
- () Não se sente o apoio do órgão gestor para com a EEEG, nem existe um enfoque de manejo como um sistema integrado.

Apoio interinstitucional: refere-se às relações da EEEG com outras instituições ou organizações não governamentais, privadas ou comunitárias, voltadas a solucionar problemas de manejo e participar no desenvolvimento sustentável da Região. Esta variável é analisada por meio da combinação das subvariáveis jurisdição, intercâmbio e alcance.

Jurisdição: Avalia-se a clareza com que as instituições exercem determinado poder, direito ou autoridade.

- () Existe clareza na jurisdição e regras institucionais para a administração da EEEG. Não existem conflitos.
- () Existe clareza na jurisdição e regras institucionais, porém existem certos conflitos de interesses de fácil negociação.
- () Ainda que exista clareza na jurisdição e regras institucionais, existem certos conflitos de interesses.
- () As jurisdições são confusas, mas não se superpõem. São gerados conflitos graves que afetam o manejo da EEEG.
- () As jurisdições são confusas e se superpõem. São gerados conflitos graves que afetam o manejo da EEEG.

Intercâmbio: Avalia-se a troca de informação, experiência e recursos entre as instituições.

- () O intercâmbio e aporte de informações, experiência e recursos para implementação das ações são permanentes e eficientes.
- () O intercâmbio e aporte de informações, experiência e recursos para implementação das ações são permanentes.
- () O intercâmbio de informação, experiência e recursos se realizam em função das necessidades e com periodicidade variada.
- () O intercâmbio de informação, experiência e recursos se realizam dependendo das necessidades.
- () O intercâmbio de informação, experiência e recursos são inexistentes.

Alcance: Avalia-se o real alcance e permanência do apoio externo.

- () O alcance é elevado; ou seja, o apoio técnico, financeiro ou político soluciona problemas ou lacunas específicas de alta prioridade para o manejo da UC, com possibilidade de continuação.
- () O alcance é moderado, ou seja, o apoio gera uma melhora parcial na situação ou problema estabelecido na UC, com possibilidades de renovação.
- () O alcance é moderado, ou seja, o apoio gera uma melhora parcial na situação ou problema estabelecido na UC, porém sem possibilidades de renovação.
- () O alcance é baixo, ou seja, existe algum aporte específico, contudo muito modesto para resolver a situação ou problema estabelecido na UC.
- () Não existe apoio externo na administração da UC.

IV. AVALIAÇÃO DO ÂMBITO LEGAL: As variáveis a serem medidas são: regularização fundiária, resolução de conflitos relacionados a posse da terra e instrumentos legais.

Regularização fundiária: Os processos de avaliação e indenização dos imóveis particulares inseridos na UC anterior a sua criação estão concluídos e as famílias devidamente remanejadas.

- () De 90% a 100% dos imóveis indenizados e famílias relocadas.
- () De 76% a 89% dos imóveis indenizados e famílias relocadas.
- () De 51% a 75% dos imóveis indenizados e famílias relocadas.
- () De 36% a 50% dos imóveis indenizados e famílias relocadas.

() ≤ a 35% dos imóveis indenizados e famílias deslocadas.

Resolução de Conflitos: Estratégia efetiva para resolução de conflitos relacionados com a posse de terras e uso dos recursos.

- () Existem estratégias estabelecidas para a solução dos conflitos relacionados com a posse de terras e uso dos recursos. Existe uma escala de prioridades. As medidas são adotadas e se solucionam os conflitos.
- () Existem estratégias estabelecidas para a solução dos conflitos relacionados com a posse de terras e uso dos recursos. Algumas medidas são adotadas e se solucionam parte dos conflitos.
- () Existem estratégias estabelecidas para a solução dos conflitos relacionados com a posse de terras e uso dos recursos. Existe uma escala de prioridades. As medidas são adotadas, mas não se solucionam os conflitos.
- () Existem estratégias para a solução dos conflitos relacionados com a posse de terras e uso dos recursos, porém não são adotadas e não se solucionam os conflitos.
- () Não existem estratégias para a solução dos conflitos relacionados com a posse de terras e uso dos recursos.

Instrumentos Legais: refere-se à existência de decretos, convênios, regulamentos e outros instrumentos relativos ao manejo dos recursos naturais no entorno da UC. As subvariáveis são: clareza e aplicação.

Clareza: Refere-se à conflitos e competência do conjunto de instrumentos legais.

- () O conjunto de instrumentos legais existentes é muito claro e abarca todos os níveis de competência do Estado sobre os recursos naturais protegidos, garantindo o bom uso e aproveitamento dos mesmos e a gestão da UC.
- () Existe um conjunto de instrumentos legais sobre o uso e aproveitamento dos recursos naturais e, embora não haja superposições, existem lacunas específicas que não chegam a afetar a gestão da Unidade.
- () Existe um conjunto de instrumentos legais sobre o uso e aproveitamento dos recursos naturais, com algumas lacunas específicas e ligeiras superposições que prejudicam ou dificultam a gestão da UC.

- () Existem alguns instrumentos legais que propiciam a conservação dos recursos naturais, contudo havendo conflitos entre os mesmos, o que prejudica ou impede a gestão da unidade.
- () Não se conta com instrumentos legais que regulamentem o uso e aproveitamento dos recursos naturais.

Aplicação: Refere-se à obediência dos instrumentos legais por parte das pessoas que vivem no entorno da UC, bem como aos esforços em fazer com que os mesmos sejam cumpridos.

- () Os instrumentos legais são obedecidos sem problema pelas pessoas que vivem no entorno da UC e os administradores se esforçam por divulgá-los e fazê-los cumprir.
- () Os instrumentos legais são obedecidos pela maioria das pessoas que vivem no entorno da UC com relativa facilidade. Os técnicos realizam a divulgação satisfatoriamente.
- () Os instrumentos legais são obedecidos com alguma dificuldade pelas pessoas que vivem no entorno da UC, apesar da divulgação e esforço dos técnicos da UC.
- () Os instrumentos legais são obedecidos com muita dificuldade pelas pessoas que vivem no entorno da UC. Os técnicos se limitam a realizar alguns controles e divulgações esporádicas para propiciar o cumprimento daqueles.
- () Os instrumentos legais são raramente obedecidos pelas pessoas que vivem no entorno da UC. Os técnicos da Unidade não se esforçam por divulgar e/ou controlar a execução dos mesmos.

V. AVALIAÇÃO DO ÂMBITO PLANEJAMENTO: As variáveis a serem medidas são: processo de criação da UC; Plano de Manejo; compatibilidade do plano; nível de planejamento; zoneamento e limites.

Processo de Criação: As comunidades e os atores locais foram consultados quando da realização dos estudos preliminares e definitivos visando a seleção e delimitação da UC.

- () As comunidades e atores locais participaram dos estudos técnicos visando a seleção e delimitação da UC de forma efetiva, por meio da realização de oficinas, seminários e outras formas de encontros. Foram realizadas consultas públicas visando dar publicidade ao processo.
- () As comunidades e atores locais participaram dos estudos técnicos visando a seleção e delimitação da UC de forma ativa, por meio de questionário e

entrevistas realizadas pela equipe responsável pelos trabalhos. Foram realizadas consultas públicas visando dar publicidade ao processo.

- () As comunidades e os atores locais foram apenas consultados por meio de questionários quando da realização dos estudos técnicos visando a seleção e delimitação da UC. Foram realizadas consultas públicas visando dar publicidade ao processo.
- () As comunidades e os atores locais apenas foram informados da criação da UC por meio da realização de audiências ou consultas públicas.
- () As comunidades e os atores locais foram informados sobre a criação da UC só após a publicação do decreto de criação do mesmo. Não foram realizadas consultas públicas.

Plano de Manejo: esta variável é medida por meio das seguintes subvariáveis: existência e atualização do plano e forma de planejamento.

Existência e Atualização do Plano de Manejo

- () Existe um Plano de Manejo elaborado ou revisado, de forma participativa, o qual foi devidamente divulgado e implementado pela administração da UC.
- () A UC está passando por um processo de elaboração ou revisão de um Plano de Manejo com a participação de setores da comunidade local.
- () Existe um Plano de Manejo sem revisão, elaborado de forma não participativa. Não existem estudos ou outros instrumentos de planejamento que orientem as atividades de gestão da Unidade.
- () Existe somente um Plano de Manejo muito desatualizado, elaborado de forma não participativa, que o gestor já não utiliza. Não existem ações voltadas para revisar este plano.
- () Não há Plano de Manejo, nem perspectivas de elaboração.

Características do Planejamento

- () O Plano de Manejo foi ou está sendo elaborado por uma equipe multidisciplinar e pela comunidade.
- () O Plano de Manejo foi ou está sendo elaborado por um grupo técnico específico e pela comunidade.
- () O Plano de Manejo foi ou está sendo elaborado por uma equipe multidisciplinar.

- () O Plano de Manejo foi ou está sendo elaborado por um grupo técnico específico.
- () Não existe Plano de Manejo.

Compatibilidade do Plano de Manejo: mede a integração e compatibilidade do Plano com outros instrumentos regionais de planejamento, especialmente quanto ao Zoneamento, Planos Diretores etc.

- () Existe compatibilidade total entre os planos.
- () Existem conflitos menores entre os planos, contudo estes não têm um efeito significativo na implementação do Plano de Manejo da EEEG.
- () Existem conflitos substanciais entre os planos, afetando negativamente a implementação do Plano de Manejo da EEEG.
- () Existem conflitos maiores entre os planos, não permitindo a implementação do Plano de Manejo da EEEG.
- () Não existe Plano de Manejo nem outros instrumentos de planejamento na EEEG.

Nível de Planejamento: mede a complexidade do processo de planejamento e a utilização de instrumentos como planos específicos (plano anual de gestão, planos de investigação, plano de educação ambiental, etc.) que contribuem com o manejo da UC.

- () Todos os programas ou atividades desenvolvidas na área têm seus planos específicos, sob a direção de um plano geral. Os planos específicos se integram com os planos operativos anuais.
- () A UC conta com Plano de Manejo e com plano operativo anual, contudo nem todos os programas ou atividades possuem planos específicos. Existem amplas perspectivas de melhorar as formas de uso dos instrumentos de planejamento.
- () A UC possui Plano de Manejo e plano operativo anual, junto com alguns instrumentos que podem ser considerados como base para algumas atividades. Existe a intenção de melhorar o planejamento em médio prazo.
- () A UC possui somente plano operativo anual. Os técnicos/colaboradores necessitam melhorar seus conhecimentos sobre planejamento, como instrumento para a gestão da Unidade.
- () A UC carece totalmente de instrumentos de planejamento.

Zoneamento: instrumento que define o ordenamento territorial da Unidade:

- () Existe um sistema de zoneamento definido cujo desenho incorpora conhecimentos científicos, conceitos técnicos atualizados e conhecimento popular. A regulamentação está estabelecida e os colaboradores conhecem devidamente as regras de uso de todas as zonas.
- () Existe um sistema de zoneamento definido cujo desenho incorpora conhecimentos científicos, conceitos técnicos atualizados e conhecimento popular, contudo, este zoneamento não é reconhecido ou aceito pela totalidade dos colaboradores da UC.
- () O zoneamento existente foi planejado há algum tempo, e necessita passar por uma revisão devido às mudanças ocorridas na área.
- () O zoneamento proposto para a Unidade não está ajustado à realidade, além de ser pouco reconhecido e aceito entre os colaboradores. As normas de uso não são apropriadas para as atividades atuais.
- () Não há nenhum tipo de zoneamento na UC.

Limites: avalia-se o reconhecimento a respeito dos limites da Unidade.

- () Os limites estão definidos legalmente, sendo reconhecidos e respeitados pela comunidade.
- () Os limites estão definidos legalmente e reconhecidos no campo, contudo não são respeitados.
- () Os limites estão definidos legalmente, contudo não são reconhecidos ou respeitados.
- () Os limites não estão definidos legalmente, ainda que sejam reconhecidos e respeitados.
- () Os limites não estão definidos legalmente nem são reconhecidos ou respeitados pela comunidade.

VI. AVALIAÇÃO DO ÂMBITO CONHECIMENTOS: As variáveis a serem medidas são: investigação e conhecimentos tradicionais.

Investigação: avalia-se pela relação entre as pesquisas e estudos que se realizam e suas reais necessidades para a gestão da UC, como também a disponibilidade desses conhecimentos e sua devida aplicação.

- () As pesquisas e estudos científicos relacionados com o aproveitamento e conhecimento dos recursos naturais se efetuam de maneira permanente e seus resultados estão disponíveis.
- () As pesquisas e estudos são realizados sem considerar apropriadamente sua importância dentro do manejo integral da UC e para os recursos naturais compreendidos dentro e fora dele. Os resultados são de conhecimento da Unidade.
- () As pesquisas e estudos efetuados são executados esporadicamente e sem uma relação com a problemática da Unidade e suas regiões circunvizinhas, ainda que os resultados estejam disponíveis para a mesma.
- () O conhecimento das pesquisas e estudos é escasso e o acesso aos resultados é difícil por falta de continuidade do processo.
- () O conhecimento das pesquisas e estudos é nulo.

Conhecimentos Tradicionais: refere-se à sistematização e o uso do conhecimento tradicional que contribui para uma melhor gestão da Unidade.

- () Os conhecimentos culturais tradicionais das comunidades locais são de pleno conhecimento dos colaboradores da UC, documentados e aproveitados para a gestão do mesmo.
- () Os conhecimentos culturais tradicionais das comunidades locais, ainda que não documentados, são conhecidos e aproveitados pela maioria dos colaboradores da UC em sua gestão.
- () Os conhecimentos culturais tradicionais das comunidades locais, ainda que documentados, não são conhecidos pela Unidade e seu aproveitamento para a gestão da mesma é muito limitado.
- () Os conhecimentos culturais tradicionais das comunidades locais estão parcialmente documentados, sendo raramente conhecidos e aproveitados pelos colaboradores da UC.
- () Os conhecimentos tradicionais das comunidades locais não estão documentados e não são conhecidos pelos colaboradores da UC.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - AVALIAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA

Público-Alvo: Gestor da EEEG

Nome do Gestor: _____

Contato: tel: () _____ **Email:** _____

Tempo na função: _____

1. Quais os principais conflitos socioeconômicos e ambientais que atualmente ameaçam a integridade dos recursos naturais da EEEG, interferindo negativamente para uma adequada administração da mesma?
2. Quais as medidas ou iniciativas já tomadas visando solucionar os conflitos identificados?
3. Tais medidas vêm apresentando resultados satisfatórios?
Sim () Não () em parte ()
4. O que pode ser feito para melhorar a participação dos atores locais na busca de soluções dos problemas ambientais que afetam a UC e seu entorno?
5. Quais foram os fatores que motivaram o envolvimento dos diversos atores locais na gestão da EEEG?
6. E quais foram os fatores inibidores ou que desestimularam um maior envolvimento dos atores locais na gestão da EEEG?
7. Em sua opinião o envolvimento das comunidades locais no processo de gestão da EEEG contribuiu para minimizar os conflitos existentes?
8. Em contrapartida, o não envolvimento dos diversos segmentos sociais na administração da EEEG promoveu uma maior degradação de seus recursos?
9. Existem comunidades, tradicionais ou não, residindo no interior da Unidade? Se existem, já foi elaborado ou encontra-se em execução algum projeto visando o reassentamento delas?
10. De que maneira as comunidades que residem no interior ou no entorno da EEEG se envolvem com a gestão da UC? Ou não existe nenhum relacionamento entre as partes?

11. Como você avalia o grau de motivação dos membros do Conselho Gestor com relação a gestão participativa da Unidade? Qual o número médio de participação nas reuniões do Conselho?

12. Qual a periodicidade que acontece as reuniões do Conselho Gestor? Quantas já ocorreram desde a sua criação?

13. A UC conta com algum mecanismo de divulgação? Qual? Em sua opinião este mecanismo atende aos objetivos propostos?

14. Qual o número médio de pesquisadores que frequentam a EEEG durante um ano? Quais são suas instituições de origem?

15. As decisões no que tange à visitação na Estação para EA e pesquisa são tomadas totalmente pela administração da Unidade ou existe alguma forma de consulta e de participação de atores sociais? Como é feita e quais atores participam?

16. Qual o número médio de visitas anuais à EEEG? Existe acompanhamento sistemático?

17. A EEEG já realizou pesquisas sobre o perfil e o nível de satisfação de seus visitantes?

18. Qual a origem dos frequentadores da EEEG? (Marcar mais de uma opção se for o caso).

Local – comunidades localizadas no entorno da unidade

Municípios próximos

Oriundos de outras áreas do Estado

Oriundos de outros Estados

Oriundos de outros países

19. A infraestrutura existente na Unidade é compatível com a demanda instalada? Esses equipamentos, se existentes, se encontram em que estado de conservação?

20. A EEEG possui algum sistema de controle contábil? Com que frequência se realiza auditorias em suas prestações de contas?

21. A equipe técnica lotada na Unidade encontra-se capacitada para desenvolver atividades inerentes a gestão da EEEG? A quantidade de técnicos é a ideal?